



COSME FERREIRA FILHO



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS  
1918 - 2018

# AMAZÔNIA EM NOVAS DIMENSÕES



Coleção  
Pensamento Amazônico  
Série João Leda - v. 3



## **NOTA EXPLICATIVA SOBRE ESTE LIVRO ELETRÔNICO**

Os direitos sobre os textos contidos neste livro eletrônico são reservados ao(à) seu(sua) autor(a) e estão protegidos pelas leis de direito autoral. Esta é uma edição eletrônica, não comercial, que não pode ser vendida nem comercializada em hipótese nenhuma, nem utilizada para quaisquer fins que envolvam interesse monetário. Em caso de citação acadêmica deste E-book, todos os créditos e referências devem ser dados ao(à) autor(a), a Academia Amazonense de Letras e a Reggo Editorial.

Este projeto foi contemplado pelo "Programa Cultura Criativa, 2020 / Lei Aldir Blanc – Prêmio Feliciano Lana" do Governo do Estado do Amazonas, com apoio do Governo Federal, Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Fundo Nacional de Cultura.



Secretaria de  
Cultura e Economia  
Criativa



**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DA  
CULTURA

MINISTÉRIO DO  
TURISMO



**PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



Coleção  
Pensamento Amazônico  
Série João Leda – v. 3

# AMAZÔNIA EM NOVAS DIMENSÕES

COSME FERREIRA FILHO



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS  
(1918-2018)



**DIRETORIA  
BIÊNIO 2020/2021**

Presidente

**ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA**

Vice-Presidente

**MARCUS LUIZ BARROSO BARROS**

Secretário-Geral

**EULER ESTEVES RIBEIRO**

Secretário-Adjunto

**ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO**

Tesoureiro

**ABRAHIM SENA BAZE**

Tesoureiro-Adjunto

**FRANCISCO GOMES DA SILVA**

Diretora de Patrimônio

**CARMEN NOVOA SILVA**

Diretora de Promoções e Eventos

**MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS**

Diretor de Edições

**JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA**

Conselho Fiscal

**MARIA JOSÉ MAZÉ SANTIAGO MOURÃO**

**LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA**

**MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA**

Conselho Fiscal – Suplentes

**SERGIO VIEIRA CARDOSO**

**JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS**

**ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS**

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

CEP.: 69010-120 – Centro de Manaus

Manaus-Amazonas

Tel./Fax: (92) 3342-5381

Site: [academiaamazonensedeletras.com](http://academiaamazonensedeletras.com)

E-mail: [academiadeletras.am@gmail.com](mailto:academiadeletras.am@gmail.com)

## SUMÁRIO

Palavra do Presidente .....	7
Da mesa do editor .....	9
Amazônia em novas dimensões .....	11

© **Cosme Ferreira Filho**, 2021

Coordenação Editorial  
José Braga

Comissão Editorial

Marcos Vilaça, Elson Farias, William Rodrigues, Bernardo Cabral, Lafayette Vieira,  
José Braga, Carmen Novoa Silva, Dom Luiz Vieira, Márcio Souza, Almino Affonso,  
Aristóteles Alencar, Sergio Cardoso, Artemis Soares.

Produção Editorial

Marcicley Reggo, Dayana Teófilo

Capa e Projeto Gráfico

Marcicley Reggo

Imagem da capa

© piccaya/Envato

Digitalização dos originais

Roumen Koynov

Ficha catalográfica

Ycaro Verçosa dos Santos – CRB-11 287-AM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F383a Ferreira Filho, Cosme, 1893-1976

Amazônia em novas dimensões. Manaus: Reggo/  
Academia Amazonense de Letras, 2021.

Edição digital (formato .pdf)  
Coleção Pensamento Amazônico.  
Série João Leda – v. 3;

ISBN 978-65-86325-75-1

1. Amazônia – Ensaio I. Título

CDD 918.11

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei n.º 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004. Todos os direitos reservados (Lei 9.610/98).  
Partes desta publicação poderão ser citadas, desde que referenciada a fonte.

**2021**

**REGGO EDITORIAL**

Rua Rio Javari, 361

N. Sra. das Graças – Sala 303

69053-110 – Manaus-AM

**REGGO**

Fone: (92) 98817-0172

@editorareggo

## PALAVRA DO PRESIDENTE

Robério dos Santos Pereira Braga

**A**o definirmos a reedição de clássicos da Academia de forma fac-similada e em meio digi-tal, constituindo a Coleção do *Pensamento Amazônico*, Série *João Leda*, compreendendo títulos das mais variadas formas de manifestação literária, não só homenageamos os auto-res selecionados, como abrimos ao grande público a possibilidade de conhecimento de importantes obras de autores que vivenciaram a Amazônia por vários anos, e Manaus, em particular, e sagramos o nome de um dos mais tradicionais cultores do idioma pátrio, membro fundador da Academia Amazonense de Letras ainda sob o nome de Sociedade Amazonense de Homens de Letras: João Leda.

Cosme Alves Ferreira Filho, misto de intelectual, estudiosos dos problemas ama-zônicas, notadamente do seu desenvolvimento econômico, empresário e político, editou, há anos passados, no meio regional, o seu *Amazônia em novas dimensões* (1961) que conquistou justos elogios não só pela temática e conteúdo, como pela forma da abordagem que assinala problemas antigos, conhecidos e reconhecidos dos que labutavam em busca de estudar e contribuir para a promoção do desenvolvimento regional.

É autor de outros títulos, como *A borracha problema brasileiro: Inquérito sobre a actual posição da borracha amazônica* (1938); *A borracha na economia amazônica, subsidio a conferência dos Bispos e Prelados da Amazônia* (1952), *Novos ângulos do problema amazônico*, (1964), *Porque perdemos a batalha da borracha* (1965), *Fronteira do desenvolvimento* (1967) e o seu *Versos de outrora: 1917-1925* (1975).

Em certos aspectos e por algum tempo ele foi conselheiro do governador Arthur César Ferreira Reis quando este teve a incumbência de dirigir os destinos do Amazonas nos anos 1967-1970, em gestão que foi tomada como missão política e encargo gerencial em fase particular da vida nacional e cujos resultados reclamam apreciação isenta.

Na obra agora reedita com a ampla possibilidade de consulta nas redes de comunicação moderna, o autor, com base teórica e experimental expressiva, trata do processo econômico da região que tão bem conhecia, debatendo ideias, cogitando das potencialidades e, desde àquela época, tratando de biodiversidade, do turismo típico para o mundo amazônico que se confirmou como de natureza, até a correta exploração dos produtos florestais.

Editado, originalmente, em brochura, de 13x20cm, com 268 páginas, ilustrado, pelo selo da Editora Conquista, em 1961, em que pese tenha tido uma segunda edição, falta nas prateleiras dos estudiosos e de bibliotecas, e tem valor especial no campo de sua descrição.

Os objetivos da Academia Amazonense de Letras com a ampliação das suas edições e ingresso no mundo digital, passam a ser melhor e mais amplamente alcançados, graças a projetos de aporte financeiro do Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e fundos disponibilizados pelo Governo Federal e por Emendas Parlamentares estaduais.

É hora de ampliar o debate sobre as possibilidades de desenvolvimento regional com base em obras como as Cosme Alves Ferreira Filho, pensador e empreendedor nordestino que se fez amazônida por excelência.

## DA MESA DO EDITOR

Acadêmico José Braga

O livro constitui a principal e mais genuína vocação das academias de letras, uma espécie de missão sempre inconclusa e desafiadora.

Criação engenhosa do mundo novo virtual, o “livro sem papel” muito contribuirá para a difusão e democratização do conhecimento.

Acompanhando os novos tempos, a Academia Amazonense de Letras reuniu 40 obras de seu precioso acervo, que foram vigília e foram luz nesta Casa, legado intelectual de nossos antecessores, cujas edições se acham esgotadas, revitalizando-as e disponibilizando-as sem qualquer custo para a atual e futuras gerações de leitores.

Um resgate de parte do que, ao longo da centenária e luminosa trajetória deste silogeu consubstancia o que se pode chamar de Pensamento Amazônico, inspirado no ideal acadêmico.

Com o uso da nova tecnologia, amplia-se consideravelmente o acesso dos leitores à produção intelectual acadêmica, popularizando-se cada vez mais o livro e sua função libertadora.

Festejemos, pois, esta conquista!

**Casa de Adriano Jorge**, setembro, 2021.



COSME FERREIRA FILHO

**A M A Z Ô N I A**  
**EM NOVAS DIMENSÕES**



*Conquista*



## OFERECIMENTO

*Dedico êste ensaio à Nação, nas pessoas do sr. Presidente da República, dr. Jânio da Silva Quadros, e do Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, General Oswaldo Cordeiro de Faria, ambos emergencialmente responsáveis pela preservação do domínio político e cultural das atuais dimensões geográficas do País.*

*Não alimento o temor de que nações de qualquer matiz ideológico ambicionem apoderar-se da Amazônia, como nos idos da expansão colonialista. Deve ser, todavia, motivo de preocupação o alarmante crescimento populacional do mundo, impondo a procura de espaços disponíveis para acomodação dos excedentes demográficos de outros continentes. Essa busca de terras habitáveis passará a constituir problema de configuração universal, a que nosso próprio país não ficará alheio. Em semelhante conjuntura, nenhum poder militar, como nenhum preceito ou preconceito de âmbito nacional, impedirá que os territórios da Bacia Amazônica, tanto de jurisdição nacional como dos países que dela participam, sejam utilizados nessa operação, embora em têrmos pacíficos, como episódio de solidariedade humana.*

*Quando êsse acontecimento irreversível ocorrer, faz-se necessário que a cultura brasileira já se encontre nitidamente impressa na Amazônia, evitando que o recebimento de massas humanas alienígenas desfigure a unidade política e espiritual do país. E a única maneira de se alcançar semelhante desiderato consiste em promover, desde agora, a ocupação dessa área, acelerando sua cobertura demográfica com homens de nossa raça e de nossa formação espiritual e cultural.*

*Manaus — Março de 1961.*

**COSME FERREIRA FILHO**



Prétende-se, neste livro, uma interpretação nova, diferente, da Amazônia, contrariando-se, dêsse modo, quanto já se afirmou acerca da região mais examinada e menos sávida com segurança. Seu autor, Cosme Ferreira Filho, não tem formação universitária. Seus conhecimentos decorrem de sua experiência, vivida durante mais de quarenta anos com os problemas, as realidades e as soluções indicadas para o imenso deserto, que continua a ser a Amazônia. O que escreve não se baseia, portanto, fundamentalmente, no que concluíram os doutores das ciências naturais e das ciências sociais, concluíram ou tentaram concluir, mas no que aprendeu, sem desacreditar naqueles, no contato com o meio físico, o meio humano e o meio econômico. Suas palavras têm, assim, significado de um depoimento, coberto pela constatação diária de uma série de fatos em que se apóia para pensar do modo por que pensa e indica nos capítulos de seu livro, insistiu-se, em que não devemos procurar a sentença do técnico saído dos centros da alta pesquisa científica.

Sendo assim, até que ponto Cosme Ferreira pode ser acolhido nas suas reflexões? A pergunta tem toda procedência. E que estamos num mundo em que o desprezo pelos que opinam sem o título acadêmico constitui constante aplaudida. Os pontos de vista e as sugestões de quem não se protege com essas credenciais podem ou devem ser creditados ou rejeitados, desde logo, sem maior exame?

Discordo dêste livro em muitas de suas páginas e conceitos. Nem por isso, todavia, quero deixar logo de dizer que o considero um dos mais lúcidos e melhores ensaios sobre o Extremo-Norte, com o pensamento do autor me solidarizando muitas e muitas vezes. Não me deixou impressionar, para aprender, com o fato de quem me ensina não trazer a láurea de uma faculdade ou de um instituto de alto nível científico. Tavares Bastos, apenas bacharel em direito, adquiriu tal compreensão da Amazônia nos seus aspectos sócio-econômicos que, mesmo depois dêle, poucos sociólogos e economistas souberam ver melhor ou com maior segurança. Ademais, esta não é mais uma obra de feição sensacionalista sobre a Amazônia. Não foi elaborada com tal objetivo. Ao contrário, com ela deseja-se equacionar a Amazônia dentro de novas dimensões, isto é, sob visão nova

dos vários ângulos de sua vida, propondo-a à consciência do país, que precisa considerá-la sem mais demora, antes que a perca ou que se veja forçado a comprometer-se, na sua utilização, com o poder esmagador que hão de representar, em futuro bem próximo, os mais legítimos interesses da humanidade faminta e sem lar certo e seguro, interesses que não têm bandeira e não se vincularam, assim, a esta ou àquela soberania.

Nega-se nestas páginas que a Amazônia possua qualquer mistério, que seus solos sejam os solos malsinados pelos antitropicalistas, que seu subsolo apresente a pobreza que lhe querem atribuir geólogos e mineralogistas, que o homem tenha a marca de um apático, sem credenciais, no passado e no presente, para a empresa agrária, para a criação industrial, visando, enfim, a libertar-se do extrativismo que o esmaga e o vem impedindo de caminhar com mais amplitude. Afirma-se, ainda, que não tem fundamento a tese de que, com a valorização, tão suspeita ao autor, se esteja realizando a integração regional no complexo nacional. Porque, na verdade, essa integração já se efetivou, sendo, assim, página de ontem e não de hoje ou de amanhã. Os equívocos que tanto têm pesado sobre a terra das grandes águas e das grandes florestas, já é tempo de contê-los, pondo fim às dúvidas que prejudicam ou importam em negação impiedosa, irrealista.

Cosme Ferreira investe, sem agressividade, contra a variada tessitura de idéias feitas sobre a Amazônia. Apesar da paixão que o domina não se deixou perturbar para procurar a verdade, que encontrou no que oferece, valto a insistir, como resultante da experiência que adquiriu. Até que ponto estará certo? Até onde os técnicos concordarão com o que assegura?

O problema da extensão da Amazônia e do ar de deserto que apresenta, como aquêle outro de sua economia presa ao extrativismo vegetal, animal e mineral, como o uso de técnicas primaríssimas, herdadas, muitas delas, do indígena que o europeu encontrou na hora do descobrimento, mais o do uso imoderado da terra, o do domínio absoluto das águas portentosas da imensa bacia hidrográfica, o da aplicação de recursos públicos e privados, compõem uma série de capítulos movimentados por fatos, e não apenas por idéias, sobre que o autor constrói as teorias ou discute as soluções até agora indicadas pelos que o precederam, soluções em que o fator tempo nem sempre foi devidamente considerado como o de maior importância.

Para Cosme Ferreira, o complexo amazônico deve ser decifrado pela ação da iniciativa privada, comparecendo o Estado supletivamente ou solidariamente sem, todavia, o sentido de comando que vem assumindo. Cabe aqui recordar que esse comando, atribuído ao Estado, decorre da própria incapacidade da iniciativa privada para realizar a integração, que é o fenômeno de nossos dias, pois só após a abertura de mercados nacionais, para os produtos amazônicos, o que hoje está ocorrendo, os interesses da Amazônia passaram a entrosar-se nos interesses do país. Vamos exemplificar. Quando chegamos a Belém, em 1953, para instalar a SPVEA, entrou em funcionamento uma companhia, de capitais privados e governamentais, para o fornecimento de luz e energia à cidade. O capital, que representava todo o possível de obter no meio paraense, não passava de . . . . . Cr\$ 30 000 000,00 (trinta milhões de cruzeiros), o que era ridículo para as ambições da empresa. Fomos solicitados a participar. Os estudos feitos mostraram que o capital disponível seria três a quatro vezes, no momento, o que fôra apurado. Levamos, mais de uma vez, a contribuição da SPVEA. A usina está em funcionamento. A pobreza local exigiu que a SPVEA desse nova contribuição em dinheiro, para que as instalações se vissem ampliadas e o mercado de consumo atendido.

Em Manaus, a companhia de eletricidade, prestes a entrar em funcionamento, só pôde ser organizada com a presença quase integral da União, à falta de recursos da iniciativa privada, que em nenhum momento mostrou disposição ou dispôs de meios para, por si só, enfrentar o problema, vital para ela própria.

O comando do Estado, para a posse física e não apenas para a posse sentimental, política, da Amazônia, é um comando necessário. Sem êle, não acreditamos seja possível, pelo menos na etapa atual, dominar aquela natureza, matura ou imatura, transformando-a num mundo humanizado.

A história do que tem sido a ofensiva de três séculos para o descobrimento, a ocupação e a utilização do mundo amazônico, desafio permanente à sagacidade, à coragem e à inteligência dos homens, não valeria como lição eloqüente de que a ofensiva não pode ser conseguida com a ausência, a indiferença, a ignorância do poder público? E ao invés de mera participação supletiva, complementar, subsidiária, não nos encontramos frente à única solução cabível, ou seja, a do Estado detendo em suas mãos o comando para a mobilização de técnicas, recursos em dinheiro, gente capaz, iniciativa, disci-

plinação segura? Ao aventureirismo pioneiro, de linhas admiráveis, mas ultrapassado em tôda parte, não deve ceder lugar a ação planejadora, de objetivos mais amplos e ousados?

Quando o legislador constituinte de 1934 e o de 1946 tentaram, em vão aquêle, com sucesso êste, dar solução aos problemas amazônicos como solução a problemas do Brasil, integrando-se as regiões num todo harmônico, dentro das diferenças locais, o que viram como caminho certo foi a presença do Estado como centro de poderosa ação vitalizadora. Os legisladores ordinários, posteriores, quando, gastando cinco anos, entre os legisladores contando-se o autor dêste livro, votaram a lei que deu conteúdo ao dispositivo constitucional, não se afastaram daquele pensamento central. Ao contrário, deram-lhe maior segurança, impuseram-no com maior ponderância. Não se desvirtuou, como pretende Cosme Ferreira, a intenção do legislador constituinte. Deu-se-lhe, antes, um conteúdo, que o texto sêco do artigo do diploma básico do país não podia possuir. Foi ampliado o espaço por valorizar? Foi ampliado o sentido da expressão "valorizar"? A lei feriu as autonomias estaduais? Tirou-se, à iniciativa privada, o direito de realizar? Imaginou-se que os planos quinquêniais, submetidos a um Congresso, que é político, essencialmente político, aqui e em todos os outros países, perderiam o caráter de obra técnica, sob a influência dos interesses políticos? Tôdas essas reflexões, para negar, podem ser invocadas. Cosme Ferreira votou a lei que critica e é origem de tudo quanto lhe parece errado, desde o nome, visando a retirar a Amazônia da condição de área subdesenvolvida da pátria para incorporá-la (êle tem horror ao integrar) aos níveis de progresso, de bem-estar, de dinamismo estuante que se constata em outras partes do Brasil. Alegará que não dispôs de fôrça para impedir que assim a redigissem. E no livro de agora, analisa-a nos resultados, que lhe pareceram magros, ou inúteis.

\* \* \*

A valorização econômica da Amazônia não é empresa fácil. Exige tempo e comando enérgico, que possa exercer o contrôle do empreendimento de maneira a evitar as distorções e o emprêgo desatinado dos recursos. Lembramos que, certo ou errado, a área sôbre que incide a legislação, votada pelo Parlamento, apresenta proporções gigantescas (cêrca de 2/3 do território brasileiro!) e abrange cinco Estados e quatro Territórios, cada um com suas peculiaridades e suas

exigências, exigências que não representam, na verdade, no mais das vezes, aspectos ponderáveis numa obra de vulto e da categoria do planejamento de valorização da Amazônia. É esse um fato da mais alta importância quando se examina o assunto. Cada estado, como cada município, entende que os seus problemas, isto é, os problemas que os seus governantes ou os seus políticos sustentam, para fins eleitorais, são os de maior importância. A minha experiência, por exemplo, é essa — sem consciência do que é o empreendimento, apegados às questões puramente locais, esqueceram que o objetivo do legislativo constituinte não fôra a aplicação pura e simples de recursos da União sem a disciplina conveniente, mas justamente as aplicações promovidas dentro das limitações e dos rigores de uma ordenação técnica. A região era um todo global. Os problemas é que deviam ser equacionados e resolvidos: mais graves num Estado, menos noutro. No planejamento, consideramos os problemas e não os Estados ou Territórios.

No tocante ao problema tempo, será necessário não esquecer que num mundo desértico (cinco milhões e meio de quilômetros quadrados em números redondos, habitados por três e meio milhões de habitantes) como a Amazônia, a tarefa de ocupá-la, integrando-a no processo de dinamização que se opera em outras regiões do país, não pode ser empresa fácil, a realizar-se em vinte ou trinta anos. Os cem a duzentos mil nordestinos, que aos atrativos da borracha e aos imperativos das secas correram para o Extremo-Norte, num *rush* pioneiro decididamente sensacional, ampliaram a fronteira econômica subindo os grandes e os pequenos cursos d'água que confluem para a calha central do Amazonas. Mas em cinquenta anos, quantos foram, realmente, os que se gastaram na aventura, na verdade o que ocorreu não foi a ocupação demográfica permanente e continuada. Não se registrou a concentração populacional. Manaus e Belém animaram-se, fortificaram-se como centros ativos, comerciais e políticos, mas a região não se beneficiou de uma colonização continuada que tivesse solucionado o problema da posse definitiva e útil. As manchas que se verificaram não passaram de manchas. Ademais, o espaço amazônico, como natureza, ambiente físico, não pode ser possuído com facilidade. Exige equipamento moderno, muito caro, pessoal habilitado para manejá-lo, decisão para vencer. As equipes, que se propuseram a tal, devem dispor de saúde e de organização. Passou a época da improvisação. Não pode continuar o desatino das experiências desprovidas de qualquer fundamento.

Ora, vencer, na Amazônia, a mentalidade rotineira de seus atuais possuidores, é vencer uma grande batalha para a vitória da técnica. O próprio autor deste livro, um dia, pretendeu, com o concurso das pequenas economias privadas de Manaus, iniciar a cultura da castanheira e da seringueira. Lançou-se à experiência com o entusiasmo dos que têm fé no que projetam. E o que se viu foi, menos de meia dúzia de anos, a saída dos contribuintes que não se sentiam confiantes e riam do planejador, desdenhavam da iniciativa que, hoje, é uma esplêndida realidade graças, unicamente, ao esforço de seu idealizador que não cedeu ao desânimo de uns nem se deixou dominar pelas hesitações de outros. As castanheiras estão viçosas e em produção; como as seringueiras, mais um cafezal e um cacau. Venceu a decisão de um homem, em meio à descrença generalizada. Nem por isso, todavia, o exemplo vigorou. Quem o acompanhou?

As plantações de seringueiras não se fizeram porque a SPVEA ou o Banco da Amazônia não financiaram? Porque as lições de Belterra e de Fordelândia desencorajaram? Não se fizeram, falemos claro, sinceramente, porque os seringalistas, criados na exploração extrativa, desestimam o esforço da lavoura na espécie, ou nela não têm a menor confiança. As exceções quase se contam pelos dedos das mãos.

O plano quinquenal que aos olhos de Cosme Ferreira pareceu um vasto tijolo, na realidade, a um exame sem paixão constitui o maior balanço da realidade sócio-econômica da Amazônia, com as soluções que os planejadores entenderam necessárias e viáveis. Ao contrário do que pensam sem a conveniente preparação técnica, o plano quinquenal não foi elaborado ao Deus dará, fruto apenas da imaginação dos quinze brasileiros que, sob nossa presidência, receberam a incumbência legal daquela tarefa. É momento de dizer que esses quinze brasileiros não tiveram a cooperação dos que, posteriormente, se lançaram à crítica demolidora. Trabalharam com os dados que foi possível obter para analisar, com os depoimentos que conseguiram ouvir, as poucas informações que lhes foi dado receber, muitas vezes cheias de fantasia, decorrentes do entusiasmo fácil de muita gente que se deixa deslumbrar pelo cenário regional e começa a arquitetar em termos megalomânicos. Não dispusemos de outras experiências ou modelos. O que se fazia no vale do Tennessee, no São Francisco, na Guiana Holandesa e em outros trechos do mundo, no Oriente ou na África, não nos podia servir. Apenas o planejamento

do Congo Belga, pelos aspectos de similitude da região com a Amazônia, pôde ser aproveitado. Nosso trabalho foi, assim, criador.

É momento de esclarecer, mais, que os quinze planejadores, representantes da União, dos Estados e Territórios, integralmente solidários entre si, numa comunhão de vistas admirável, pairando acima de divergências ou solicitações meramente locais, identificados com o sentido global que o plano devia possuir, em nenhum instante tiveram o seu pensamento desviado para a proposição de conclusões que fugissem ao realismo da obra em que se empenhavam. Quantos, a uma leitura supérflua do plano, pretenderam ver nêles indicações imediatistas, evidentemente ignoraram ou desejaram ignorar as dificuldades que tivemos de vencer para, no prazo estabelecido na lei (lembrem-se os que me leiam que se tratava de lei e não de um ato executivo, de fácil remoção nos prazos estipulados), elaborar o texto que se nos exigia. Ninguém nos procurou para um subsídio, uma sugestão que pudéssemos aceitar. Procuravam-nos para pedir empregos. Diga-se, a bem da verdade, que também ninguém nos bateu à porta para fazer propostas de uso irregular dos recursos orçamentários que deveríamos aplicar. É preciso registrar que houve um colaborador, solicitado, é certo, que nos trouxe cooperação de primeira ordem — o professor Darcy Ribeiro, no particular da ordem cultural, que êle ajudou a estruturar com a serenidade e a seriedade que sabe pôr em todos os seus trabalhos.

\* \* \*

O planejamento cobria as necessidades mais ponderáveis da região. No social e no econômico. Executado, ter-se-ia o homem amazônico, juntamente com os novos contingentes que se buscariam na imigração dirigida, vivendo a fase inicial de seu aparelhamento para a conquista definitiva da terra firme, da várzea, com o domínio da floresta e das águas. Evidentemente, o primeiro plano seria como que um prefácio à obra, a exigir tempo, continuidade, perseverança, decisão firme e honesta.

Aconteceu, todavia, que o plano não mereceu as honras de seu exame e de sua reforma ou aprovação pelo Congresso Nacional, como determinava a lei. E não mereceu, vamos falar francamente, porque não tinha êste, como não tem, o menor interesse em que tal ocorra. É que, aprovado um planejamento, estará encerrada a possibilidade de atender aos interesses eleitorais, imediatos, dos políticos que não poderão mais utilizar o orçamento federal, na rubrica da valorização.

Daí porque Getúlio Vargas não se conformava em que o plano fôsse ao Parlamento. Lembro-me de que me disse, ao entregá-lo no prazo da lei: "Vou mandá-lo ao DASP, para ganharmos tempo".

Embora não examinado sequer por uma das várias comissões do Congresso, muito do que se continha no plano começou a ser posto em execução, através das obrigações que conseguimos introduzir nos orçamentos da União. A angústia maior estava, porém, no recebimento dos recursos. Os Estados, com exceção do Pará, como os municípios, não pagavam as contribuições devidas. O que vinha do poder federal só a muito custo era entregue. Um episódio será bastante — chamara-me a Petrópolis o presidente Vargas, interessado que se mostrava em que a SPVEA funcionasse, sem mais tardança, indagando do que havia a respeito das verbas. Disse-lhe das dificuldades que enfrentava. Ordenou, por escrito, em minha presença, que o Ministério da Fazenda fizesse entregar, no Banco do Brasil, os primeiros Cr\$ 300 000 000,00 (trezentos milhões de cruzeiros). Passavam-se dias e a ordem não era cumprida. Fiz chegar ao conhecimento do Presidente, por intermédio de seu assistente, o economista Jesus Soares Pereira, o que se passava. Ficou pasmo. Irritou-se. Determinou novamente o pagamento, agora dando prazo certo, de horas. Foi obedecido: o pagamento fêz-se imediatamente. O exemplo não será significativo? Há mais — quando deixei a SPVEA, por exigência dos políticos, a que não atendi nos desejos e interesses, a União devia, e estávamos em dezembro, mais de oitocentos milhões de cruzeiros, de um orçamento de pouco mais de um milhão e meio de cruzeiros.

As obras programadas eram muitas. Para executá-las, mas imaginando evitar o aumento da burocracia, com o aumento do número de servidores e de serviços, pensamos no aproveitamento dos órgãos federais e estaduais — que dispunham de experiência. Dar-lhes-íamos os recursos para que se aparelhassem, entrosando-se nos nossos propósitos e operações. O sucesso nem sempre foi colhido. Mesmo assim, conseguimos iniciar um vasto programa de trabalho de campo, infelizmente não continuado, com graves perdas em dinheiro e evidentemente desprestígio para o órgão que começara sob tantas esperanças. A história de tudo isso não cabe aqui. Quisemos, com este registro sêco, responder às dúvidas do autor deste livro, incorpornado com a morosidade do empreendimento. Essa história virá a seu tempo, detalhada e objetiva.

Não se criou ainda, no Brasil, uma consciência fora do emotivismo ou do sensacionalismo de romance e de jornal, elaborada com serenidade e com realismo, acêrca da Amazônia. Temos preferido conhecê-la, quando não nos deixamos dominar pela frase macia, as sentenças euclideanas, pela mão dos homens de ciência do estrangeiro, que não se cansam de freqüentá-la e de investigá-la com os propósitos de bem servir ao conhecimento humano mas, também, aos interesses políticos de suas pátrias.

Já disse uma vez, em livro e em série de artigos em publicação especializada (*Revista Brasileira de Política Internacional*) que o Brasil realizou, através dos tempos, uma política platina e uma política atlântica. Nunca a política amazônica, planejada, obedecida, continuada, sem interrupção e sem tibiezas. Se neste ou naquele momento houve o interesse despertado pelo fato snsacional, êsse interesse cedo feneceu, sem provocar a emoção nacional numa larga direção.

Neste livro, Cosme Ferreira provoca a atenção do país, reclama-a, sacode-a, desperta-a. Fala numa linguagem clara, sincera, positiva. Não lhe procurem a página imatura. Encontrarão sempre, todavia, com a esplêndida vocação do escritor, a reflexão que expressa a vida vivida, muito bem vivida, em tórno a uma "Amazônia em novas dimensões".

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS



**PRIMEIRA PARTE**

**INTERPRETAÇÕES E CONCEITOS**



## NOS LIMITES DA AMAZÔNIA CLÁSSICA

Somos, freqüentemente, assaltados por estranho sentimento de culpa, reminiscência de erros e distorções que ocorrem tanto na intimidade de nossa vida como no seio da comunidade a que pertencemos. Erros e distorções cuja origem vinculamos à nossa abulia em presença de fatos e conceitos, perante cujo desdobramento deveríamos ter adotado posição mais atuante. Sentimos haver pecado por omissão, não contribuindo para corrigi-los ou modificá-los. Mais cedo ou mais tarde, porém, acicata-nos o desejo de romper essa barreira de alheamento, buscando, num tardio esforço, compensar a falta cometida por imaturidade ou negligência.

Foi cedendo a êsse indefinível estado de espírito que resolvi condensar e publicar as experiências e observações de quarenta anos ativamente vividos na Amazônia, experiências e observações envolvendo, sobretudo, aspectos marcantes de sua economia, cujo primarismo é permanente desafio aos estudiosos dos problemas geo-econômicos e de antropologia social. Seria uma forma de reparação, desde que o conteúdo dêste ensaio, que não se forra de conhecimentos científicos nem se esmalta de valor literário, pudesse servir para elaboração de uma política acertada e benéfica, visando a libertá-la da condição de pêso morto em que se tem mantido, a partir de quando cessou sua participação predominante no embasamento da economia nacional.

Não tenho a presunçosa veleidade de apresentar uma análise do complexo geográfico, econômico e antropológico regional. O que se vai ler nada mais será, por conseguinte, do que uma série de flagrantes da

paisagem geográfica e humana na Amazônia. Esses flagrantes, reunidos e ajustados, à maneira de como se procede nas operações de aerofotogrametria, permitirão que se obtenha um quadro panorâmico regional, de relativa fidelidade. Valerão como esboço do que me parece ser a Amazônia de nossos dias, para que melhor se possa dimensioná-la, partindo de novas perspectivas e tendo por principal objetivo sua ocupação, como medida acauteladora da unidade territorial e cultural do país.

Devo esclarecer, entretanto, que o presente estudo não tem como base física e ambiente social a Amazônia, na extensão dos limites admitidos pelo diploma legal, que instituiu o Plano de Valorização Econômica dessa parte do território nacional. Nêle apenas se enquadra a Amazônia em sua conceituação clássica, abrangendo Estados, Territórios e populações, que viveram e vivem escravizados ao mesmo processo de desenvolvimento, que hauriu seu impulso inicial na indústria extrativa da borracha. Processo que avançou do delta amazônico às fronteiras do Peru, da Bolívia, da Colômbia e da Venezuela, pelos caminhos sinuosos do Rio Amazonas e seus tributários, usando-os como estradas naturais, fontes de subsistência e clareiras abertas à fuga e à libertação da imensa e esmagadora massa florestal que ensombra a região.

Ao ajustar os limites do presente trabalho, no tempo e no espaço físico, ao período e à área influenciados pelo extrativismo da borracha, desde quando, entre 1837 e 1845, Goodyear e, posteriormente, Dunlop, lhe rasgaram novos e desmarginados campos de aplicação, adargo-me na premissa de que o surgimento desse produto com preponderância nos quadros da economia regional marca o começo de um ciclo histórico que, partindo daqueles idos, vem até os nossos dias.

Não tenho dúvida de que, através da simples apresentação de fatos e dados reais sobre a fisiografia da região e sua estrutura social, muitos equívocos poderão ser desfeitos. Por sua vez, com a divulga-

ção de observações de pesquisadores e cientistas, os mais arraigados conceitos e julgamentos poderão ser modificados, e toda uma tradição de negativismo dos valores materiais da Amazônia, envolvendo solo, clima e população, sofrerá irrecorrível desmentido. Do mesmo passo, a excitação ufanista, baseada em pressupostos e avaliações exageradas e irreais, dará lugar a uma apreciação fria e pragmática dos recursos e possibilidades da área amazônica, para efeito da mobilização ordenada de sua verdadeira potencialidade. Avaliação que conduzirá a uma única e singular conclusão: a de que a Amazônia é uma área sem contrastes marcantes, sem singularidades que a distanciam de outras regiões do mesmo tipo de solo e de clima, no cinturão equatorial, sem as sombras de um quadro nosológico desalentador, sem agressividades que não se possam vencer com os atuais recursos da técnica de domesticação das áreas despovoadas e incultas.

O homem que Euclides da Cunha considerou um intruso, a perturbar, com a sua presença, a serena e majestática gestação de um capítulo inacabado do "Gênesis", é aqui, na realidade, o visitante longamente esperado, que apenas completará a paisagem, violando-a para que possa frutificar em benefícios que, de há muito, deviam estar sendo fruídos pela comunidade brasileira, para não dizer pelo próprio mundo, tão carecedor desse imenso campo de trabalho, acolhedor e pacífico.

## ESCALONAMENTO

Desdobra-se o presente ensaio em três partes orgânicamente distintas:

- (1) análise do fenômeno ou tema amazônico, comportando interpretações e especulações, de ordem geral;
- (2) avaliação do conteúdo econômico da região, com apresentação de sugestões para sua utilização disciplinada;
- (3) busca e formulação de soluções adequadas à ocupação e mobilização da área, para atender a imperativos de interesse nacional.

Obedecendo a essa ordenação, dedica-se a primeira parte do presente trabalho a uma espécie de reexame do complexo amazônico, em suas características geográficas, geo-econômicas e sociais, visando, sobretudo, à correção de equívocos que sôbre o mesmo prevalecem como dogmas inarredáveis.

Objetiva, igualmente, demonstrar que não existe, na realidade, **um problema amazônico**, de contornos definidos ou definíveis, como ordinariamente se pretende. O que existe é um vasto continente, com as características gerais de territórios semelhantes, confinados no cinturão equatorial, quase desabitado e desconhecido, onde reduzidos seqüestros humanos geram problemas específicos, que precisam ser considerados e atendidos dentro de uma política de ocupação progressiva da área, com o aproveitamento racional das virtuosidades de seus solos e dos fatores ecológicos ali prevaletentes.

Ultrapassada aquela análise de conjunto, com a tentativa de correção dos equívocos, distorções e pressupostos que desfiguram a região, passará êste ensaio à apresentação do balanço de seu conteúdo econômico atual, complementado com o estudo das possibilidades de ampliação que o mesmo oferece, quando acertadamente submetido a processos de racionalização e dinamização.

Por sua vez, como remate a essa tentativa de reapresentação da Amazônia, formulam-se sugestões e apontam-se caminhos que poderiam ser adotados e seguidos, para alcançar sua intransferível ocupação e mobilização, como empreendimento estatal capaz de assegurar ao país maiores dimensões no plano internacional.

## LENDA E REALIDADE

Não existe, a rigor, uma literatura de interpretação da Amazônia, em bases conceituais totalmente despidas de excessos ufanistas ou negativistas. Além de livros, monografias e artigos de âmbito setorial, em que sua economia, clima, solo e coordenadas sociais são estudados com relativa equidistância desses excessos ("Amazônia, Clima Caluniado" de Celso Caldas; "Uma Comunidade Amazônica" de Charles Wagley; "Amazônia, a Terra e o Homem" de Araújo Lima; "A Amazônia que eu vi" de Gastão Cruls, e outros), o que se encontra mesmo no campo científico, sofre o ônus daqueles excessos, em maior ou menor escala, indo dos desconceitos radicais dos seguidores de Pierre Gourou à exaltação imoderada de Marston Bates que, regressando aos Estados Unidos, depois de longa permanência na zona equatorial, a serviço da United Fruits, confessa não haver encontrado sentido na vida, preferindo às fascinações de Nova Iorque a direção da Fundação Rockefeller, na Colômbia.

A outra literatura, muito mais abundante, sem ambições científicas, não pode ser levada a sério, pelo seu conteúdo, de fundo impressionista, cedendo seus autores, quase sem exceção, aos fortes impactos emocionais, que provocam a grandeza do caudal amazônico, a opulência e a diversidade de sua cobertura florística, a monotonia verde e quente de suas paisagens, vistas, quase sempre, da amurada de um navio ou da carlinga do avião, que a sobrevoa pelos caminhos de rotina, monótonos e retilíneos.

Nos quadros dessa literatura, em que seus autores se rendem mais à emoção do que ao espírito de aná-

lise, há, ainda, a separar o joio do trigo, os bons dos maus livros ou dos livros sem qualquer merecimento. Alfredo Ladislau ("Terra Imatura"), Raimundo Morais ("Na Planície Amazônica"), Alberto Rangel ("Inferno Verde") e outros, são exemplares saudáveis e honestos dessa publicidade, que procura revelar a Amazônia em suas marcantes peculiaridades.

O mesmo se poderá dizer da contribuição dos historiadores de seus fatos políticos e sociais — Arthur Cezar Ferreira Reis, Anísio Jobim, Castello Branco Sobrinho, Mário Ypiranga Monteiro, Agnello Bittencourt e, mais recentemente, Leandro Tocantins, os quais, escravizados a métodos racionais de pesquisa, não se concedem extrapolações imaginativas, nem, por certo, de autores da envergadura de um Tavares Bastos e de cientistas, como Humboldt, Spix, Martius, Barbosa Rodrigues, La Condamine e numerosos outros, cujos conceitos, envolvendo fatos anteriores às transformações sociais e econômicas provocadas pelo rush da borracha, carecem de ajustamento ao panorama atual.

Paraíso verde ou inferno verde são extremos polares que enquadram a Amazônia no julgamento superficial dos que desconhecem as peculiaridades de sua fisiografia e a realidade de seus fatos sociais e econômicos.

Contrariando êsse empirismo conceitual, que não resulta de observações e pesquisas de campo nem da vivência direta de seu complexo ecológico, Araújo Lima contrapõe opinião equidistante, ao dizer, em "Amazônia — A Terra e o Homem": "Essa terra não é inferno nem paraíso; não é terra misteriosa nem terra paradoxal; é simplesmente uma terra lastimavelmente fraudada e saqueada. Primitivamente salubre, salubérrima, poluíram-na com a contaminação de males exóticos e evitáveis; rica de minas de "ouro líquido", foi violada: héveas mutiladas, sacrificadas ao furor dos que as exploram inconscientemente e impiedosamente; a sua riqueza piscosa, sacrificada pela deflagração da dinamite; a reserva de quelônios (tartarugas), próprios à alimentação, comprometida pelo assalto às covas de

postura de ovos nas praias; habitada por gente sã, reduzida em número e parca civilização, abre-se a uma colonização doentia, de homens psicologicamente miseráveis e indigentes de cultura”.

A verdadeira apresentação da Amazônia como capítulo de ciência geo-econômica, exigindo participação de quase todos os ramos de conhecimento humano, ainda está por ser feita, através de jornadas de pesquisas e de avaliações objetivas, embora seus primeiros marcos já tenham sido plantados na região, com a criação do Instituto Agrônomo do Norte e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Deve-se ao primeiro, além de experimentações no campo da genética vegetal, a formulação das normas de aproveitamento racional das terras aluvionais do delta amazônico, e, ao segundo, as investigações preliminares nos domínios da mineralogia, do plâncton de alguns dos nossos cursos d'água (seção de limnologia) e o seqüestro de uma reserva florestal, nas imediações de Manaus, para estudo do valor e do comportamento das plantas autóctones.

Quaisquer planos ou medidas que visem à avaliação disciplinada do complexo amazônico, sem os vícios da improvisação e do aventurismo, terão de partir, necessariamente, do conhecimento de todos os fatores que regem e mantêm o equilíbrio de sua natureza e das reações do homem que nela se instalou, onde é, ao mesmo tempo, causa e efeito, por força de sua ação modeladora e pela necessidade irrefugível de acomodação às incidências de seu meio físico.

## ANTERIORIDADE GEOLÓGICA

O conhecimento geológico define a Amazônia como sendo o primitivo leito de um mar mediterrâneo. Segundo C. F. Hartt ("Journal of American Geographic Society"), foi o levantamento dos Andes, provocando a elevação do leito dêsse mar interior e seu estreitamento, que deu lugar à formação e à posterior inversão do curso do rio Amazonas, encaminhando-o para sua embocadura atlântica. E prossegue o mesmo competente estudioso da geografia do grande Vale, referindo trabalhos de Pedro Moura e de Paul Lecointe, para concluir que a Amazônia "é um mundo geológico rematado ou consolidado em sua geomorfologia atual, caracterizada pelas "várzeas", terrenos formados de sedimentos modernos, composto de lodo moderno, impalpável, sem nenhuma pedra ou areia, e que formam as vastas zonas de terrenos alagadiços, os "igapós", matas sujeitas a inundações, os "tesos", nível de cota enxuta, a coberto das enchentes, e a terra firme, terras relativamente altas e bem drenadas"...

Encontro em "Amazônia — o conceito e a paisagem" — excelente estudo de Eidorfe Moreira, esta síntese da geomorfologia amazônica:

"A Amazônia — já se disse — é um anfiteatro e a disposição do seu relêvo confirma isso, devendo-se apenas acrescentar que se trata, no caso, de um anfiteatro muito irregular, não só pela sua forma incompleta e excessivamente alongada como também pela posição assimétrica do Amazonas relativamente ao conjunto.

A gradação de nível dêsse imenso anfiteatro imprime diferenças se não definidas pelo menos bem sensíveis no relêvo da região, diferenças que podem ser to-

madras como base não só para uma divisão física como econômica dos seus quadros naturais. Assim é que, de acordo com essa gradação, temos três zonas de diferenciação: a várzea, a terra firme e o planalto».

Desprezando, todavia, a anterioridade geológica, em seu confuso e distante processo de ajustamento e conformação infra-estruturais, de interesse puramente científico, e partindo da aceitação dos contornos de superfície, de que Osório Nunes também nos dá uma foto — descrição perfeitamente cabível, marcha-se, logicamente, para admitir a validade do binômio, que classifica, empiricamente, as terras da área penetrada pela hidrografia amazônica, em dois componentes distintos: várzea e terra firme.

São, afinal, esses dois caracteres predominantes e onipresentes, na geografia da região, que comandam o estilo de vida, o processo econômico e o comportamento social dos escassos elementos humanos que ocupam as margens de seus lençóis d'água, praticando atividades agrícolas de pequeno ciclo, exercendo o extrativismo florestal ou plantando, na terra firme, os núcleos de maior densidade populacional — povoados, vilas e cidades — com algumas pontas-de-lança no sentido de profundidade, de que é exemplo, altamente representativo, a chamada zona bragantina, verdadeiro **back-ground** agrícola da cidade de Belém.

## GEOMORFOLOGIA

Existe a presunção generalizada de que a Amazônia, como último capítulo do "Gênesis", na interpretação romântica de Euclides da Cunha, ou como terra imatura, segundo o pensamento literário de Alfredo Ladislau, é uma espécie de imenso charco, onde predominam as formações aluvionais, inconstantes e movediças. Outra, porém, é a realidade geográfica. Muito embora o delta amazônico e as terras marginais de seu imenso sistema potamográfico tenham ponderável participação na caracterização de sua geografia, a predominância das terras enxutas, isto é, não inundáveis, representa acima de 80% de sua extensão total.

A insistência nesse conceito de terra anfíbia, em que a presença da água e de terras periodicamente inundadas se oferece como uma constante na paisagem regional, é resultante de seu processo de ocupação, determinado pelo extrativismo da borracha, cuja maior frequência, em quantidade e qualidade, ocorre à margem dos rios.

Foram, por outro lado, esses mesmos rios, tendo como eixo o caudaloso Amazonas, e, subsidiariamente, seus tributários de grande envergadura, os primeiros caminhos de acesso aos territórios centrais da Amazônia.

A trilha aquática, confinada entre as margens da calha central, dos leitos daqueles tributários e de todos os seus afluentes — rios, igarapés e paranás — não permitia aos primeiros desbravadores e aos que lhes sucederam, na caça aos produtos naturais, satisfatória tomada de conhecimento da topografia regional. Sua paisagem, por toda a extensão desses caminhos, marcada, apenas, por escassas elevações ca-

pazes de atraírem atenção, como os relevos orográficos de Monte Alegre e de Óbidos, não lhes possibilitava exato julgamento da morfologia de seu território.

Mesmo recentemente, ao iniciar-se o tráfego aéreo, ligando Belém a Manaus e, mais tarde, a outros núcleos populacionais do interior, a insegurança dos recursos aeroviários de então e a ausência de campos de pouso, obrigando a utilização de hidroaviões, impunha, como medida de cautela, a rota em seguimento aos cursos d'água, a extensa pista natural, sempre pronta a receber, sem obstáculos, o pouso normal ou eventual dos aerobarcos.

Havia, por conseguinte, permanente limitação visual do panorama. Incursionando por ar ou pelo rio, os viajantes apenas viam e, ainda hoje, vêem uma terra encharcada, que alguém já comparou a enorme prato de sopa semeado de fragmentos de pão.

Só na medida do estritamente necessário à coleta daqueles recursos naturais, e na extensão em que fôsse possível seu penoso transporte até à margem dos rios, paranás, lagos e igarapés, é que se fazia a penetração da floresta, alcançando-se as terras interiores.

A verdade, porém, é que a parte de terras baixas e periodicamente inundáveis da Amazônia, segundo F. Osborne, é da ordem de 150 000 quilômetros quadrados, que devem ser acrescidos, obviamente, das superfícies cobertas pela grande massa líquida do sistema, provavelmente estimável em menos de 300 000 quilômetros quadrados. Afirma esse notável geógrafo que o extravasamento dos rios alcança limites que oscilam entre 8 e 48 quilômetros de penetração. Deve ser levado em conta, entretanto que, ordinariamente, as margens esquerdas dos cursos d'água são constituídas de terras altas, fato que não escapa à observação dos que viajam pela região. As margens esquerdas dos rios Solimões, Negro, Madeira e outros são tôdas elevadas, em contraposição às margens direitas, constituídas de várzeas baixas ou de pequeno relêvo.

O restante território amazônico, já, a essa altura, mais conhecido por observações visuais e trabalhos de

aerofotografia, é constituído de terras enxutas, por vezes escassas de água, como no caso do planalto de Santarém, por savanas, campinas e terras fortemente onduladas de que dão exemplo os arredores de Manaus, os percursos cobertos pelas estradas em abertura, dessa cidade a Itacoatiara, de Lábrea a Humaitá, e a própria rota seguida pela rodovia Belém-Brasília.

Esta revelação afasta o pressuposto de que a ocupação da Amazônia estaria na dependência exclusiva de seus cursos d'água, subordinada à existência de amplo e diversificado aparelhamento de transportes fluviais. Esse equipamento é requerido, apenas, na medida em que se limite o aproveitamento da região e mobilização de suas riquezas naturais ou de seus solos cultiváveis, margeantes de seus infindáveis caminhos fluviais.

A luz desses novos conhecimentos, que se tornam, dia a dia, mais amplos, chega-se, inexoravelmente, à conclusão de que a Amazônia, como unidade fisiográfica homogênea, é uma ficção literária.

A morfologia de seu território, da extensão de um continente, oferece extraordinária diversificação, não podendo ser objeto de generalizações, como as que lhe emprestam, em fotografias de lagos e de igapós e em longas descrições literárias, a fisionomia de terra apenas saída do seio das águas, que constitui o ângulo mais próximo é mais expressivo de sua exuberante natureza.

Embora sem representar, aparentemente, capítulos geológicos distanciados, a área amazônica não alcança a estranha homogeneidade que quase todos lhe atribuem. Sua superfície, indo das várzeas inundáveis às terras enxutas, às médias e grandes elevações, desde que visualizada no sentido transversal de suas cordas fluviais, apresenta inconcebível diversificação, exigindo, para seu aproveitamento, métodos e equipamentos numa escala sem precedentes.

## VÁRZEA E TERRA FIRME

A divisão empírica dos solos tipicamente amazônicos — refiro-me aos solos influenciados pelo sistema potamográfico que abraça a região — em várzeas e terras firmes deve ser eleita como ponto de partida para o planejamento das atividades agrícolas a implantar nessa área.

São chamadas várzeas tôdas as terras marginais sujeitas a inundações periódicas, mesmo quando espaçadas de vários anos. As várzeas podem ser altas ou baixas, aquelas sòmente beneficiadas pela colmatagem, por ocasião das chamadas grandes enchentes ou cheias; estas, anualmente invadidas pelas águas, no período invernos.

Há, todavia, diferenças marcantes entre as várzeas dos rios de águas amarelas, carregados de alto teor de argila e de ricos sedimentos orgânicos, cujo transbordamento assegura ótima colmatagem anual aos solos ribeirinhos, e as várzeas dos rios de águas escuras, azuladas ou cristalinas, que pouco ou nada adicionam às terras marginais.

Os rios de águas barrentas têm seu leito em constante transformação, correndo em terrenos quaternários, de formação aluvional, cuja desagregação lhes dá essa tonalidade característica, contribuindo para formação dos depósitos de lodo e argila que, após cada transbordamento, tornam suas áreas marginais particularmente férteis.

Os rios de águas escuras ou de relativa cristalinidade, lançados sôbre leitos de formação mais antiga e consistente e, freqüentemente, graníticos, já não bene-

ficiam suas terras margeantes com aquêles depósitos, tornando-as pouco aproveitáveis para as lavouras de pequeno ciclo.

Nessas condições, os solos de várzeas baixas e altas, a considerar para efeito de aproveitamento em culturas de pequeno ciclo, devem ser, preferentemente, os que ladeiam os rios de águas amarelas ou barrentas, neste grupo se incluindo, além do Amazonas, todos ou quase todos os afluentes da sua margem direita (Madeira, Purus, Juruá) e mais os numerosos furos e paranás.

Quais as dimensões geográficas desses solos inundáveis? Já as estimou F. Osborne ("Os Limites da Terra") em cerca de 150 000 km<sup>2</sup>, partindo do pressuposto de que o transbordamento do Amazonas e seus afluentes alcança uma penetração que vai de 8 a 48 km, muito embora essa avaliação entre em conflito com a estimativa admitida na monografia "Estudos do Desenvolvimento Regional — Amazonas" — (Edição CAPES), que admite o alto índice de 40% da área amazônica, como de terras sujeitas à invasão cíclica das águas.

A outra parte do polígono amazônico, formada de terras enxutas e, por vêzes, escassas de água, em que a geomorfologia anota ravinas, campos e florestas, com acentuada freqüência de pequenos relevos, possuindo as dimensões de um continente, exige, por sua vez, no que respeita ao seu aproveitamento em atividades agropecuárias, planejamento específico, em completo antagonismo com o que venha a ser admitido para aquêles pressupostos 150 000 km<sup>2</sup>.

Enquanto os primeiros se esquematizam, tendo por eixo a água, a segunda se coloca na dependência exclusiva e inarredável de rodovias de penetração, no rumo dos sertões até agora inacessíveis e inviolados.

Várzea e terra firme integram o binômio sôbre o qual se deverá alicerçar a verdadeira política de utilização dos solos amazônicos, em termos de planejamento agrícola.

Não se trata, evidentemente, de conceito novo. As observações e as experiências de Felisberto de Camar-

go, sem sombra de dúvida o maior conhecedor dos problemas relacionados com o aproveitamento dos solos amazônicos, representam contribuição de inestimável valor, quando se pretenda levar a efeito uma política de mobilização dessa área, visando a libertá-la do primarismo das atividades extrativistas.

## CAMINHOS FLUVIAIS E CAMINHOS TERRESTRES

É evidente que, para a exploração da Amazônia na extensão de suas rotas fluviais, limitada essa exploração às atividades ribeirinhas ou de pequena penetração no sentido de suas terras centrais, o transporte por água é fator decisivo. Esse meio de circulação, entretanto, apenas possibilita uma tomada de contacto com faixas de terra quase sempre sujeitas às inundações. A massa imensa de seu território, não acessível por via fluvial, permanece, praticamente, desconhecida e quase intocada. Desde que se pretenda ocupá-la, tanto para operações de extrativismo disciplinado como para atividades agropecuárias permanentes, não se pode prescindir das estradas de rodagem ou de ferrovias, isto é, da abertura de caminhos terrestres, por onde venham a transitar animais de carga ou veículos motorizados.

Os caminhos fluviais já deram a contribuição que deles poderia ser solicitada, no desbravamento da região. E, por eles, não foi possível avançar além dos limites que marcam os fundos das propriedades que se debruçam sobre os cursos d'água. O segundo capítulo da história econômica da Amazônia, implicando sua posse definitiva, terá de ser escrito ao longo de estradas de rodagem, que estabeleçam uma segunda linha de ocupação, como no caso do Canadá primitivo, e de que são exemplos a rodovia Manaus-Itacoatiara e Manaus-Manacapuru, as que demandam o interior, como as ferrovias de Bragança e Madeira-Mamoré, a estrada que ligará o vale do rio Madeira ao do rio Purus, e outras que, partindo dos núcleos de maior densidade populacional, busquem o sertão de terras altas e bem drenadas.

O pressuposto que subordina a ocupação da Amazônia exclusivamente ao enriquecimento de seu sistema de transportes fluviais é mais um dos equívocos que precisa ser combatido. A estrada de rodagem é tão necessária nessa região como em qualquer outro quadrante do país, nada obstante a extensão e a multiplicidade de suas vias aquáticas navegáveis.

Esse ângulo do processo de desenvolvimento da Amazônia mereceu a atenção do engenheiro José Edilson de Melo Tavares, então chefe do 1.º Distrito Rodoviário Nacional, quando, em "Conjuntura Rodoviária do Amazonas" (Manaus-1952), rico em observações sobre a fisiografia e a ecologia regionais, assim se expressou:

"O rio Amazonas, seus numerosos afluentes, paranás e furos, permitindo a navegação no Estado do Amazonas, numa extensão, que, na época invernal, ultrapassa a sessenta mil quilômetros, ou seja, num total duas vezes superior ao percurso navegável do Mississipe, são geralmente dados, pelo aspecto de "caminhos naturais", como vias suficientes à penetração e à colonização do interior do Estado. Daí dominar, com relação à região, uma mentalidade completamente desapercibida da importância das vias de transportes terrestres. Entretanto, um fenômeno interessante é observado: enquanto as vias de transportes constituem fatores de progresso, o Estado do Amazonas, possuindo uma extraordinária rede de navegação, possibilitando desde os primórdios de sua colonização acesso aos mais diferentes recantos do vale, continua na retaguarda do progresso..." "Esta realidade nos leva a crer, que a utilização exclusiva das denominadas vulgarmente "estradas naturais", na colonização do Amazonas, não corresponde à suficiência preconizada".

De modo contrário, permaneceremos, ainda, por tempo ilimitado, a chafurdar no lodo das várzeas em atividades agrícolas que não deixam vestígios de sua

passagem, de que é exemplo indesmentível a cultura da juta, que não terá jamais o poder de construir civilização nem de sedentarizar o homem, porque uma e outro não se implantam nem se fixam na lama dos solos inundáveis.

Vemos, em contraposição, como os empreendimentos agropecuários sobre solos não inundáveis, a exemplo das lavouras de café, em São Paulo e no Paraná, do algodão e da cana de açúcar, no Nordeste, vão semeando cidades ou mantendo em ritmo seguro de crescimento antigos núcleos populacionais, de que são testemunho edificante Marília e Londrina, Campina Grande e, na própria Amazônia, os florescentes municípios de Bragança e de Tomé-Açu, no território paraense.

Outro capítulo empolgante dessa penetração rodoviária é a revelação de aspectos inteiramente desconhecidos do mundo amazônico. Desde que cessou a perseguição desesperada à árvore da borracha que justificou o avanço de levadas pioneiras a relativa profundidade, sempre, porém, escravizadas aos caminhos fluviais de acesso e de fuga, nenhuma nova ação desbravadora se verificou. Por detrás das faixas ribeirinhas ocupadas, permaneceu o mistério da selva inviolada. De certa forma, verificou-se uma inversão de movimentos. Operou-se a revirginização das vastas áreas dos seringais, cuja exploração foi abandonada por anti-econômica.

Vitor Hagen, em "Les Pionniers des Amazones", historiando a aventura científica de Charles-Marie de La Condamine e seus companheiros, fala no redescobrimto da América, ao ser permitida por Philippe V a entrada de uma primeira expedição científica nos territórios de suas colônias americanas, rigidamente trancadas, por cerca de dois séculos e meio, ao acesso dos povos de qualquer outra nação.

Episódio equivalente e, talvez, de proporções ainda mais largas, ocorrerá com o lançamento de rodovias buscando as terras centrais da Amazônia. Será, sem qualquer sombra de dúvida, um verdadeiro redescobrimto. Suas repercussões na vida do país e nos meios

científicos universais serão das mais intensas, valendo por verdadeiro desafio ao espírito de aventura e de heroísmo dos que sentem fome de saber e o fascínio do imprevisto.

## O FATOR ÁGUA

A vida nos seus diferentes estágios de evolução, do protozoário ao ser complexo e consciente, que é o homem contemporâneo, partiu do plâncton dos oceanos da época seluriana. Nasceu da água, que, ainda hoje, é uma constante em tôdas as suas manifestações.

Afirma Henri Prat, professor da Universidade de Montreal, em "L'homme et le sol" que, "na realidade, podemos considerar todos os nossos solos como uma extensão do meio aquático sôbre a superfície dos continentes". Doutrina, também, que "sòmente na medida em que êles (os solos) são engurgitados de água, fazendo o papel de um aquário de células, é que se encontram em condições de perpetuar a vida".

O fator água é indispensável à sobrevivência de animais e vegetais e sua presença, sob a forma de lençóis de superfície, de depósitos subterrâneos acessíveis ou resultantes das precipitações pluviométricas, é condição de base para que qualquer parte da terra possa ser ocupada pelo homem.

Nenhuma parcela de solo, por mais rica que seja em substâncias minerais ou orgânicas, pode ser mobilizada para produção de alimentos, sem que a ação mecânica ou química da água processe a decomposição daqueles elementos, tornando-os assimiláveis pelo sistema radicular das plantas.

Em apoio dêsse conceito convém citar o mesmo notável geógrafo: "Pode-se formular o seguinte princípio: a população que um solo pode nutrir está em função direta da quantidade de água que êste solo recebe. E quando a chuva não é assás abundante ou quando é mal distribuída no curso do ano, faz-se necessário recorrer à irrigação ou a artificios de cultura".

O homem, em todos os estágios de sua evolução, sempre acompanhou a água numa permanente contigüidade, admitindo-se que a civilização contemporânea se apóia, efetivamente, no binômio homem-água. Água indispensável à sua própria vida, ao crescimento e frutificação das lavouras, à movimentação dos primeiros engenhos geradores de fôrça, à defesa de sua saúde quando aglomerado em concentrações urbanas, como vias naturais de transporte, até à fase de sua utilização dinâmica nas grandes hidrelétricas da atualidade.

A história registra o declínio de civilizações que entraram em colapso como resultado da exaustão de mananciais hídricos, provocada por modificações impostas pelo homem, através da ação destrutiva das florestas, que funcionam como freios naturais, retendo e acumulando as águas das chuvas. E o slogan clássico, segundo o qual as grandes civilizações se formam às margens de grandes rios, só perdeu conteúdo de verdade indesmentível depois que o avanço técnico, criando os caminhos ferroviários e rodoviários, deu ao homem instrumentos com que penetrar os continentes sem o apoio dos "caminhos que andam".

A Amazônia, confinada na zona equatorial, úmida e quente, se beneficia, em dimensões insuperáveis, com esse extraordinário privilégio: abundância de água em lençóis de superfície, alto índice pluviométrico, satisfatória distribuição de chuvas, sobretudo para culturas permanentes, ausência de períodos de sêca capazes de prejudicar as lavouras de ciclo anual, desnecessidade de obras de irrigação, sendo raras as zonas onde se verificam perturbações climáticas que imponham providências dessa natureza.

Considerada por esse ângulo de fundamental importância, há que se classificar a Amazônia como área destinada a intenso desenvolvimento agrícola e adensamento demográfico, mercê da preponderância do fator água em seu complexo geográfico.

Na realidade, o que predestina a Amazônia não é sua dimensão física, não são, igualmente, suas riquezas naturais de superfície e de subsolo — flora e fauna

ictiológica, de espantosa diversificação — lençóis de petróleo ou jazidas de minérios, mas a predominância do fator água em sua geografia, como instrumento de base para o trabalho humano no aproveitamento intensivo e racional de seus solos.

## O TEMA DA INFERIORIDADE DOS SOLOS

Quando se põe em equação o problema da transformação das atividades extrativistas, provavelmente incapazes de emprestar solidez à economia regional e de criar uma cultura, cujas constantes assegurem a progressiva ocupação e humanização da Amazônia, objeta-se, freqüentemente, que seus solos são inadequados à agricultura, partindo-se da premissa de que, uma vez despojados da vestimenta florística que os protege, entram em rápido processo de degradação.

O fantasma da laterização, como resultado dos altos índices pluviométricos característicos do cinturão equatorial e de outros fenômenos climáticos, é o primeiro argumento a ser invocado para desencorajar os que pretendem empenhar-se em semelhante tarefa.

Partindo dêste e de outros pressupostos, formou-se, nos últimos cinquenta anos, uma escola de irreduzível negativismo, no que concerne ao valor dos solos das regiões úmidas e quentes, apontadas como ambiente inadequado à vida do homem de outras latitudes. Adargam-se êsses negativistas, que têm como pontífice indiscutível Pierre Gourou, no subdesenvolvimento econômico e no atraso cultural dos países afro-asiáticos, que têm seus territórios confinados na faixa intertropical.

Essa escola, felizmente a caminho da desintegração, fecha os olhos e os ouvidos aos fatores políticos, verdadeiramente responsáveis pelo retardamento cultural dêsses países. Parece ignorar que essas áreas foram deliberadamente afastadas da influência dos processos de dinamização econômica e de aperfeiçoamento social, pelo colonialismo imperialista, que as pro-

curou manter como simples fontes supridoras de matérias-primas, na base de comercialização apenas vantajosa para os chamados países industrializados.

Nem se levam em conta os progressos feitos na técnica do aproveitamento dos solos de qualquer tipo e em qualquer latitude, nos equipamentos mecânicos que facilitam ao homem o domínio das regiões mais áspers, na erradicação de enfermidades até bem pouco tempo consideradas inextirpáveis, na proteção de cada indivíduo ou comunidade contra os efeitos climáticos porventura nocivos ou redutores de sua capacidade produtiva, na genética e na utilização de essências tropicais características, progressos que convertem em zonas perfeitamente habitáveis tanto aquelas que se avizinham dos círculos polares, como as que ficam sob a violência do chamado equador térmico.

Na posse de tais conhecimentos e uma vez liquidado o cancro do colonialismo, cujas últimas raízes estão sendo extirpadas, não sem pesados sacrifícios de vida e de sangue, passaram esses países a ter acesso às mais avançadas fontes de recursos técnicos, caminhando, celeremente, rumo a elevados níveis de civilização, já não prevalecendo aquela arguição de inferioridade e de inadaptabilidade ao desenvolvimento de civilizações do tipo e da capacidade das que caracterizam os povos e países das zonas temperadas.

A despeito da prevalência que, por vários decênios, logrou obter, nos meios científicos, a tese que nega, drasticamente, qualquer valor econômico aos solos do cinturão equatorial, fora dos limites do aproveitamento de suas riquezas ou recursos naturais, de origem vegetal ou mineral, uma nova corrente de pesquisadores, não contagiada pelo negativismo *gourouano*, vem sustentando, apoiada em estudos menos convencionais e mais objetivos, conceituação polarmente oposta. Essa oportuna tentativa de reabilitação vincula-se, por outro lado, à dramática necessidade de novas áreas para acomodação dos excedentes populacionais, em alarmante crescimento.

O tema da reabilitação dos solos equatoriais, acrescido da necessidade de ocupação do vazio demográfico que é a Amazônia brasileira, provável argumento de cobiça desses excedentes demográficos, deve ser objeto de séria meditação de todos os brasileiros, que respondem, solidariamente, pela soberania nacional, nesse vasto quadrante do país.

A vanguarda da nova ordem de idéias, visando à reavaliação dos solos úmidos e quentes das zonas intertropicais, encontram-se valores científicos de projeção indiscutível, a exemplo de Marston Bates, cujo depoimento, em "Les Tropiques", embora trabalho de pesquisa dos mais autorizados, roça pelos domínios da exaltação.

Em "A Amazônia e a Cobiça Internacional" (Rio de Janeiro — 1960) Arthur Cezar Ferreira Reis alinha-se, também, entre os que consideram ultrapassados aqueles argumentos de inferioridade dos solos do cinturão equatorial, ao afirmar, com a autoridade que todos lhe reconhecem: "Não pode haver dúvidas acerca do que representa a Amazônia nas suas possibilidades em matérias-primas vegetais e animais, e por que não dizer também, minerais, em face do que vai sendo apurado. No tocante aos solos, a dúvida decorre da generalização feita, porque se trata de solos tropicais, pela ciência européia, de solos imprestáveis. A generalização não significa uma afirmação perigosa? Há alguma coisa absolutamente igual no mundo? Demais, as técnicas e a ciência dos solos permitem que se continue a falar em terras perdidas? Quanto às dificuldades que poderia oferecer, em consequência do clima úmido e quente, das endemias que a assaltam e lhe deram tanto descrédito, evidentemente estamos face a assertivas que não encontram amparo no rigorismo da constatação científica. As pesquisas dessa natureza só agora estão sendo realizadas pelas equipes libertas dos primarismos ideológicos, e firmes no propósito de verificar a verdade".

Esboroa-se, em presença dêsses novos julgamentos, a grande muralha, que excluía a Amazônia da geografia das áreas propícias ao estabelecimento de atividades permanentes, que tivessem como base o aproveitamento de seus solos e de seus recursos potenciais.

## CONSIDERAÇÕES SÔBRE O CLIMA

São notórias as referências à agressividade do clima amazônico, julgado, a grosso modo, como excessivamente quente e úmido. Sua ação sôbre o organismo humano se tem como depressiva, implicando diminuição da capacidade produtora e menor resistência ao assalto das enfermidades de mais freqüente incidência na região.

O pressuposto que generaliza esta conceituação deriva de duas premissas, aceitas pelos brasileiros de todos os níveis: a de que a região se encontra confinada na faixa equatorial e a de que a Amazônia é um todo físico homogêneo, em suas características geomorfológicas.

Ignora-se, no primeiro caso, que o equador geográfico, a linha imaginária que secciona a Amazônia quase meio a meio, não corresponde ao equador térmico — aquêle onde ocorrem as temperaturas mais elevadas; no segundo, que a região, correspondendo a mais da metade da superfície do país, possui grande parte de seu território em latitudes afastadas do equador geográfico e, mais ainda, do chamado equador térmico.

Tendo sob os olhos um mapa do Brasil, verifica-se que os limites do extremo norte da Amazônia atingem o paralelo 5° Norte, enquanto, pelo sul, seus lindes reais ou imaginários roçam pelo paralelo 15°. Ora, esta linha geodésica é a mesma que passa pelo sul da Bahia ou pelo norte de Minas Gerais, zonas de clima relativamente ameno, com médias termométricas plenamente satisfatórias.

Cobrindo, no sentido norte-sul, uma extensão de 20°, é óbvio que suas coordenadas climatológicas devem

conduzir a apreciáveis diferenças de temperatura, que vão de 12 a 35 graus termométricos.

Tem-se a confirmação irretorquível do enunciado, ao simples exame das observações climatológicas, efetuadas por estações de meteorologia sediadas na região (Anuário Estatístico do Brasil - IBGE - 1955), que registram os seguintes limites de temperatura do ar:

	Máxima absoluta	Mínima absoluta	Média compensada
Belém - (Pará).....	33°,9	20°,4	27°,1
Manaus - (Amazonas).....	37°,5	20°	26°,4
Pôrto Velho - (Rondônia)...	38°,2	14°,9	25°,2
Rio Branco - (Acre).....	37°,5	12°,2	25°,6

Máximas, mínimas e médias compensadas, que não se distanciam das verificadas em três outras localidades do país, que se tomam para confrontação, a saber:

	Máxima absoluta	Mínima absoluta	Média compensada
Fortaleza - (Ceará).....	31°,4	20°,4	27°
Olinda - (Pernambuco).....	31°,8	18°	26°,3
Rio de Janeiro (Guanabara).	39°,	12°,8	23°,2

Pelos índices citados, chega-se à evidência de que a Amazônia apresenta escala de temperaturas, que oscila, no quadro das máximas absolutas, de 33°,9 a 38°,2, no conjunto das mínimas, de 12°,2 e 20°,4, ficando as médias compensadas entre 25°,2 e 27°,1. Como admitir, por conseguinte, aquela generalização arbitrária, que atribui a tôda a Amazônia o clima uniforme, extremamente quente e úmido das zonas equatoriais?

Fazendo idênticas confrontações, em que tomou também por base o Anuário Estatístico do Brasil (dados relativos ao ano de 1948) José Edilson de Melo Távora, já concluía por afirmar, em "Conjuntura Rodoviária do Amazonas" (Manaus, 1952), que "O clima do Amazonas é agradável no inverno e francamente su-

portável no verão". Por sua vez, Djalma Batista ("Paludismo no Amazonas"), e Agnelo Bittencourt, emérito conhecedor da geografia e da ecologia amazônicas, destacaram essas características não agressivas do clima da região, mencionando o segundo, com apoio em Humboldt, que o Amazonas, apesar de confinado na zona equatorial, não se encontra sob o equador térmico, enquadrado entre os paralelos 10° e 20°, de latitude Norte.

Com a extensão geográfica de um continente, é óbvio que a Amazônia, quando não considerada apenas sua área sulcada pela calha principal do Amazonas, apresenta diferenças consideráveis de latitudes, que não podem ser desprezadas num estudo mais consciencioso das características climáticas regionais.

É óbvio, entretanto, que esse fato não dispensa certo processo de acomodação do homem ao novo quadro ecológico em que terá de trabalhar e viver, implicando certo esforço de renúncia no que diz respeito aos seus hábitos alimentares, de indumentária e de moradia, igualmente indispensável, quando de sua adaptação a regiões de climas diferentes, consoante ocorreu no Canadá, na África do Sul e na Indonésia.

Se pretendermos, apenas, uma formulação conceitual sobre o clima ou climas característicos da Amazônia, teremos de nos cingir, evidentemente, à apreciação dos vários fatores desses climas, entre os quais se alinhariam:

a) sua localização, entre os paralelos 5.º Norte e 15º Sul, levando-nos a considerar, necessariamente, os ângulos de incidência solar nessa faixa;

b) a geomorfologia da região, que varia desde a planície rasa por onde flui o caudal do rio Amazonas e seus principais tributários, até às elevações que caracterizam o sistema orográfico que marca os limites setentrionais do país, os contrafortes andinos e os primeiros batentes do planalto central do Brasil;

c) a cobertura florística em suas diversas apresentações, incluindo a floresta úmida, compacta e, fre-

qüentemente, charcosa, predominante no médio e baixo Amazonas, bem como savanas e campinas;

d) as características peculiares ao delta amazônico, com solos sujeitos à ação das marés;

e) o regime dos ventos que varrem a região, sua direção, velocidade e frequência;

f) os índices pluviométricos, bastante variáveis, nos seus algarismos e na sua periodicidade;

e muitos outros agentes de modificação climatológica, implicando apreciáveis diferenciações e dando lugar, do ponto de vista estritamente geográfico, a climas setoriais, perfeitamente definidos em suas constantes e repercussões ecológicas.

É óbvio que, somente com base em observações de extraordinária amplitude e diversificação, porque a Amazônia, repito, possui as dimensões de um continente, se poderá chegar à definitiva caracterização e à subsequente avaliação das virtudes e dos malefícios dos diferentes climas e microclimas da região. Não se trata, aqui, da Dinamarca ou de uma ilha do Pacífico, onde uma ou meia dúzia de estações meteorológicas cobriam tôdas as exigências técnicas de operação desse gênero.

Em "Os Limites da Terra", diz F. Osborne que "as temperaturas registradas em Belém indicam que a máxima extrema nessa cidade, situada na embocadura do Amazonas, é de 35° 6' centígrados. Em Manaus, a temperatura mais alta que se registrou foi de 38° 5' C., embora a máxima média anual tenha sido somente de 35° 5'. Quem se dê ao trabalho de procurar dados de altas temperaturas, se surpreende ao saber que em Toronto, no Canadá, registrou-se uma temperatura máxima de 39° 5', em Calcutá, Índia, de 43° 5' e em Forte Yukon, no Alasca, de 37° 5'. O vale amazônico não é lugar das mais altas temperaturas médias entre as regiões úmidas da terra". "Um novaiorquino poderá assim encontrar ligeiro alívio às ondas de calor dos meses de julho a agosto, indo a Belém. A nota característica do clima da região do Amazonas é, sobretudo, sua monotonia".

Essa monotonia, embora enervante, longe, todavia, de ser origem de malefícios, é fator de salubridade, no entender de Oliveira Boléo que, em seu excelente estudo sobre as condições sanitárias nas províncias portuguesas no território africano, citando Lalesque, diz que “é pela inconstância higrométrica e pelos desvios de temperatura, que um clima se faz agente morbigênico, importando, neste caso, mais o regime do que o grau de temperatura”, o que favorece a Amazônia, onde essas inconstâncias e desvios não lhe deformam as curvas meteorológicas.

Aduz, ainda, o mesmo cientista que “é erro fundamental considerar insalubre uma área geográfica de chuvas abundantes” (como no caso do Amazonas), porque “as báticas de água têm uma ação poderosa na purificação da atmosfera arrastando as diversas espécies de poeira que na mesma sempre pairam, tornando o ar mais respirável”. E ainda afirma que “as velhas idéias de que as regiões intertropicais só podem constituir zonas de exploração e não de fixação, têm de ser perante fatos de ordens mais diversas, completamente postas de lado”.

De um certo ponto de vista, isto é, do ponto de vista da economia de produção, enquanto o clima equatorial atua, segundo Ozório de Almeida, como agente de limitação, “não age, em absoluto, da mesma forma sobre o meio ambiente de que tanto depende a condição humana. Não se pode, pois, considerar o fator clima afetando unicamente o organismo humano, como se este fôsse elemento isolado. Temos que considerar o homem em conjunto com tudo o que o circunda e, nestas condições, o clima tropical, mesmo que seja limitante em sua ação fisiológica direta, sobre o organismo humano, estimula, muito pelo contrário, a natureza toda em seu conjunto, na maior das exuberâncias” (Miran de Barros Latif — «O homem e o trópico»).

Esta evidência é que deveria marcar o comportamento do homem na Amazônia, levando-o a libertar-se de uma atitude psicológica de capitulação perante os efeitos limitativos do excesso de calor, para habilitá-lo,

pela adaptação e por uma enformação cultural adequada, a tirar dos aspectos estimulantes do clima sobre o meio natural as vantagens econômicas, que o mesmo oferece. E isto é conseguido por meio de uma remodelação de seus hábitos alimentares e do recurso aos instrumentos de defesa que a moderna ciência dos trópicos lhe oferece em larga cópia. A excelente monografia, infelizmente pouco divulgada, de Celso Caldas — “Amazônia Clima Caluniado” — pelo seu conteúdo, fruto de observações diretas das características climáticas regionais, vale como primeiro passo, — e dos mais convincentes — no sentido da reabilitação do clima da Amazônia, desfazendo as lendas de agressividade e inospitalidade, com que sói apresentá-lo a farta literatura, que o vem comprometendo e desmoralizando.

A posse dessas noções, aliada a uma avaliação mais rigorosa da climatologia regional, conduzirá sem sombra de dúvida, às mesmas conclusões a que chegaram Celso Caldas e outros pesquisadores, despidos de preconceitos convencionais contra os supostos irremovíveis malefícios do clima peculiar à hiléia amazônica.

Por igual já se pronunciou Arthur Cezar Ferreira Reis, no capítulo com que finaliza “A Amazônia e a Cobiça Internacional”: “Clima e endemias são hoje temas de história e não mais podem ser considerados como embaraços ao homem na sua decisão de viver e de dominar o mundo em que vive. A luta contra a doença, na própria Amazônia, tem apresentado resultados impressionantes. E o clima não constitui realmente obstáculo a que a humanidade se instale aqui ou ali. As técnicas para a adaptação dos homens às regiões frígidas e às regiões quentes não admitem reservas”.

Do confronto dessas opiniões e do que se surpreende, através de observações mais íntimas dos índices de produtividade e de higidez das populações locais, nos diferentes níveis de cultura, chega-se à conclusão de que o clima amazônico, de um modo geral, não constitui obstáculo a que se implante e desenvolva, nessa área, civilização em tudo semelhante à que floresce nos restantes Estados da Federação.

## O PRESSUPOSTO DA AGRESSIVIDADE

Antes de aceitar ou rejeitar, sumariamente, o conceito generalizado de agressividade do meio amazônico, torna-se necessário definir o que se deve entender por **agressividade**, no sentido em que o termo é aplicado à região. Quais os elementos de contundência que a configuram: a inclemência do clima pelas elevadas temperaturas ambientes? A existência, em suas matas e cursos d'água, de animais ferozes, pondo em constante risco a vida de seus habitantes? A presença de um quadro nosológico rico em enfermidades perigosas ou inerradicáveis?

São esses, ao que me parece, os três fatores expressamente indicativos da agressividade de qualquer área do globo ocupada pelo homem.

Já vimos que o clima da Amazônia, embora sem os atrativos e os amáveis dos climas das zonas temperadas, é perfeitamente tolerável pelo organismo humano, quaisquer que sejam seus antecedentes étnicos. Os excessos de temperatura do ar não ultrapassam, de maneira violenta, os que as estações meteorológicas registram em outras áreas do país. Com base em processo de acomodação ou de ajustamento, como explicado em capítulos anteriores, chega-se a um nível de tolerância que desautoriza, inapelavelmente, o estigma de agressividade que certas sensibilidades, mais literárias do que efetivas, procuram atribuir-lhe.

As selvas amazônicas não agasalham animais ferozes capazes de manter em sobressalto seus habitantes. Paupérrimas em mamíferos de grande porte, não registram a presença de elefantes, leões, tigres, rinocerontes, panteras, chacais e outros animais agressores, como ocorre nas selvas africanas e asiáticas. Nem é

tão rica em ofídios de alta periculosidade, como a cascavel e a naja, tão freqüentes no nordeste, nas regiões áridas dos Estados Unidos e na **jungle** afro-asiática. As águas de seus rios e lagos, onde a vida animal apresenta extraordinária densidade, que foram dominadas pelos sáurios, hoje quase extintos pelas vantagens da comercialização de seus couros, não oferecem maiores perigos do que as praias de Copacabana, quando freqüentadas por meros e tubarões. Nosso jaguar ou onça figura entre os maiores exemplares de felinos autóctones, mas, somente em circunstâncias excepcionais, ataca o homem na solidão da floresta.

O Brasil e a Amazônia não oferecem argumentos venatórios capazes de atrair os aficionados desse excitante gênero de esporte. E os seringueiros e castanheiros mais adentrados nos recessos da hiléia têm suas miseráveis cabanas ou tapiris desprovidos de quaisquer dispositivos de segurança contra possíveis ataques de animais ferozes.

Não se pode negar, entretanto, que a presença de mosquitos e insetos incômodos na sua totalidade e, alguns deles, transmissores de enfermidades, representa aspecto negativo a considerar nesse capítulo de revide às inquinações de agressividade do meio físico da Amazônia. Tal fato, porém, não constitui exceção no panorama mundial nem coloca a região numa situação particular de periculosidade.

Representando os insetos mais de nove décimos da totalidade de seres vivos que habitam a Terra, em tôdas as latitudes, não seria de esperar que a Amazônia, com a exuberância de seu mundo vegetal e sua imensa massa hídrica, fôsse privilegiada por menor densidade daqueles seres minúsculos e de assombroso poder de multiplicação. Existem, entretanto, meios e recursos químicos e mecânicos, para redução e, não raro, eliminação da incidência maléfica de seus efeitos.

Não deve ser, além disso, considerada a presença do homem no meio amazônico, isolado e indefeso contra o maciço ataque dessa fauna, por vêzes, microscópica e sempre onipresente. O **homem** ali estará, quan-

do se pretenda utilizá-lo como instrumento de ocupação e fermentação de riquezas, protegido contra os ataques insidiosos de insetos e mosquitos, providência que se alinha entre as primeiras, sempre que, em qualquer área inculta do mundo, se planeja implantar uma civilização. Na própria Amazônia, é episódio que merece registro o fato de suas duas capitais se encontrarem praticamente libertas do perigo desses agentes nocivos e desagradáveis, a exemplo, também, de como ocorre na área ocupada pelas plantações de seringueira de Fordlândia, que as medidas profiláticas e de higienização transformaram em lugar cujos índices de salubridade e de segurança acusam os mais altos níveis.

O que existe, além desse quadro de linhas eminentemente pacíficas, é lenda ou ficção literária, onde **boiúnas** e **mapinguaris** são material para novelas de **suspense** e de **terror**. Ainda, neste plano, onde a **dramática** agressividade do meio amazônico?

Resta, agora, a ameaça que poderia constituir a incidência de um quadro nosológico desanimador. Para efeito de fixar as justas dimensões dessa conjuntura, vale colocar em confronto as condições sanitárias de outras áreas intertropicais ou do cinturão equatorial, com as prevacentes na Amazônia Brasileira.

Em "Clima e Colonização", o médico português Oliveira Boléo, realizando pesquisas sobre a incidência de enfermidades no território africano, oferece-nos um quadro nosológico estarrecedor. A moléstia do sono transmitida pela picada da **Tsé-Tsé**, a lepra e o impaludismo, a varíola e toda uma interminável série de doenças infecciosas e parasitárias convertiam, ao tempo em que foram feitas as referidas pesquisas, as províncias portuguesas de ultramar numa zona de alta periculosidade para a saúde e a vida dos colonizadores e dos próprios nativos, cujo baixo nível de vida os tornava prêsas fáceis desses agentes morbígenos.

Balanço semelhante levado, recentemente, a efeito, em Manaus, pelo I.N.P.A., por intermédio de um de seus pesquisadores, o dr. Benedito Bezerra, revelou-nos o seguinte quadro de letalidade, num período de

dez meses (janeiro de 1958 a outubro de 1958): — febres tifóide e paratifóide — 8; disenteria bacilar — 103; amebiana — 7; não especificadas — 111; lepra — 3; tétano — 22; malária — 29.

O confronto das duas situações apresenta enorme saldo a favor da Amazônia. Enquanto nos territórios coloniais portugueses havia, até bem pouco tempo, a ocorrência de males da gravidade da moléstia do sono, e a incidência, em alto grau, da lepra, da varíola, da malária, em suas manifestações mais agudas, em Manaus, para onde converge, por falta de assistência hospitalar na hinterlândia, a maior parte de enfermos do interior, o quadro nosológico é bem menos ameaçador.

Dentro dessa ordem de conceitos, ao fundamentar a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia o programa de emergência para o ano de 1954, assim opina a Comissão de Planejamento desse órgão: “As condições do meio amazônico não impossibilitam o progresso da região. O clima não é hostil à vida do homem, o equador térmico passa bastante ao Norte da região, as doenças endêmicas locais são, em geral, benignas...”

Vale, ainda, mencionar que considerável parte das doenças que comprometem o quadro nosológico da região, não decorre de contingências do meio físico. Sua origem e maior grau de incidência são motivados, ora pelo desconhecimento ora pela rebeldia das populações, sobretudo do interior, à adoção de medidas profiláticas e de higiene, de natureza elementar, que se agravam com a deficiência de recursos de alimentação e da relativa inoperância dos organismos estatais, com vista à divulgação e imposição daquelas medidas de defesa sanitária. Transferem-se, por isso, do plano geográfico para o cultural, podendo e devendo ser reduzidas, ou totalmente erradicadas, desde que o homem alcance melhores níveis de vida e adote métodos alimentares e precauções higiênicas aconselháveis.

Na monografia “Estudo Médico Social de uma População Hinterlândina», da autoria do dr. Djalma Batista, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da

Amazônia, e seus colaboradores, esse ângulo do problema é analisado, à base de observações diretas, forradas da mais absoluta autenticidade.

Como nos casos anteriores, o fator doença, com características especificamente regionais, não milita no sentido de justificar o baldão de agressividade com que, inadvertida ou cavilosamente, se presenteia a Amazônia. Nem agressiva nem cariciosa é sua natureza, apresentando, na realidade, condições de equilíbrio a que o homem de qualquer procedência pode ajustar-se, sem grandes sacrifícios, e facilmente dominar com os recursos que a ciência e os modernos equipamentos tecnológicos colocam ao seu alcance, para correção e eliminação de quaisquer obstáculos que se anteponham à sua decisão de ocupá-la e domesticá-la.

## DEMOGRAFIA

O crescimento populacional da Amazônia teve como agentes de fermentação, pela ordem de grandeza:

- a) a assimilação de fortes contingentes indígenas;
- b) o **rush** da borracha, atraindo nacionais de outros Estados e estrangeiros, notadamente italianos, espanhóis, portugueses e sírios;
- c) o êxodo das gentes nordestinas castigadas por sucessivas sêcas, culminando com a de 1877;
- d) o processo vegetativo, embora sacrificado por elevado índice de mortalidade infantil.

Cessados aqueles fatores de atração, no primeiro caso pela perda da substância econômica da borracha e, no segundo, pelo amaciamento dos efeitos das estiagens no polígono das sêcas, e a abertura de melhores frentes de trabalho não classificado nos Estados meridionais, restou apenas o crescimento espontâneo pelo saldo do balanço de óbitos e de nascimentos, de limitados coeficientes. Assim é que, em contraposição ao crescimento da ordem de 156% (censo de 1890 — Estudos do Desenvolvimento Regional — Amazonas — Edição CAPES), voltou a região a acusar índices de fortalecimento demográfico inferiores aos constatados nas restantes áreas geo-econômicas do país.

Em função do aumento vegetativo, torna-se óbvio que, tão cedo, a Amazônia não contará com estoques humanos capazes de transformarem sua paisagem, como espaço quase totalmente vazio.

Além da ausência de atrativos de natureza econômica, que terão, necessariamente, de ser criados, como conteúdo de planos para o adensamento de sua popu-

lação, novos argumentos se alinham contra êsse cobijado objetivo. As estradas Belém-Brasília e Brasília-Pôrto Velho serão mais caminhos de fuga do que artérias de alimentação. Serão drenos quase tão poderosos como a rodovia Bahia-Rio, no desvio de contingentes demográficos do nordeste para o sul, em prejuízo da Amazônia. Por outro lado, as novas fronteiras econômicas, resultantes da transferência da capital do país para o planalto central, estão a indicar que para ali se encaminharão, de preferência, os excedentes populacionais interiores e as correntes imigratórias do exterior, mais afins com as condições climáticas dessa região do que com as prevalecentes no equador brasileiro.

Partindo dessas observações, é evidente que, enquanto não se estabelecerem, aqui, motivações de ordem econômica capazes de neutralizar aquêles fatores de sedução oferecidos pelo Brasil central e pelo Brasil meridional, não chegará a vez da Amazônia, no que tange à ampliação de suas reservas humanas. E talvez ainda venha esta parte do sententrião brasileiro a converter-se em zona de emigração, desfalcando suas insignificantes bases demográficas.

Não cabe neste ensaio a avaliação quantitativa e qualitativa daqueles grupos raciais que contribuíram para formação do *melting-pot*, de que se origina o homem da Amazônia, fortemente influenciado pelo aborígene e por elementos de etnologia mestiça, procedentes, tanto do meio norte do país como da Europa meridional e do Oriente próximo. Bem como não há ensejo para definição dos elementos culturais, fornecidos por êsses grupos, que, nada obstante a disparidade de suas origens, conseguiram aglutinar-se e ambientar-se, sem quaisquer dificuldades. A análise dos fenômenos relacionados com o processo de integração dessas culturas antagônicas, tendo como pano de fundo a identidade de objetivos (os lucros espetaculares oferecidos pela borracha) é tarefa para historiadores e sociólogos e não para quem, como o autor, se empenha, única-

mente, em gizar esboços da paisagem geográfica e geoeconômica da Amazônia Brasileira.

É fora de dúvida, entretanto, que uma política de colonização, em dimensões capazes de humanizar a região, não oferecerá resultados ponderáveis, seguindo as normas convencionais do encaminhamento de pequenos grupos de imigrantes nipônicos, chineses, indonésios ou da Europa meridional, para sedimento às ilhargas de Manaus, de Belém ou de outras pequenas e abúlicas cidadezinhas da hinterlândia. Essa política de colonização só terá repercussões sensíveis no panorama regional, quando polarizada por atrativos da estatura do que foi o *rush* da borracha, mas, nesta emergência, em termos de planejamento adequado, tendo como eixo determinados empreendimentos agrícolas, a exemplo da heveicultura, da fruticultura, da formação de castanhais e da pecuária.

A exemplo de como a cafeicultura ainda hoje provoca o deslocamento de enormes massas humanas do Nordeste para os Estados de São Paulo e do Paraná, aqueles empreendimentos, notavelmente compensadores quando assistidos pelos poderes públicos, serão, em última análise, o grande argumento de atração dos excedentes demográficos de outras regiões do país ou mesmo do exterior.

Não existindo tais argumentos de sedução, há que se contar, exclusivamente, com o crescimento vegetativo da população regional, a ser fortalecido e acelerado por medidas de assistência social, de orientação técnica e de defesa sanitária, através de programas elaborados com sabedoria e objetividade.

## ESPAÇO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

População e espaço geográfico alinham-se na primeira ordem de fatores a ponderar, quando se analisa o panorama econômico de um país ou região.

Acontece, porém, que a relação homem-área é apresentada sempre em termos absolutos, ou, mais exatamente, em bases simplistas, sem que se leve em conta a distribuição do elemento humano sobre o espaço geográfico. Disso resulta que a relação homem-área, posta nesses termos, não fornece elementos capazes de permitirem avaliações razoáveis dos coeficientes de rendimento e do avanço social que necessitam ser determinados.

Se tomarmos, por exemplo, o Canadá, com a população absoluta de mais ou menos 14 milhões de habitantes e dimensão física de cerca de 9 e meio milhões de quilômetros quadrados, não estaremos fornecendo elementos seguros de avaliação, ao afirmar que sua densidade demográfica é de 1/4 de habitante por quilômetro quadrado.

O mesmo acontece com o Brasil que, dispondo de oito e meio milhões de quilômetros quadrados de área territorial, com população da ordem de 65 milhões de habitantes, tem seu índice demográfico situado à roda de oito habitantes por quilômetro quadrado.

Ambos os países, embora com enorme base física, possuem seus estoques humanos acumulados ou concentrados em áreas que mal correspondem a 1/3 de suas respectivas superfícies.

Nenhum sentido realístico têm, por conseguinte, aquelas duas relações homem-área, porque, na verdade, em nenhum dos casos ocorre a dispersão demográfica.

fica que os Algarismos de sua superfície e de sua população indicam, em termos absolutos.

Para que esses coeficientes adquiram sentido, há que relacioná-los, não com o espaço geográfico total de cada país ou região, mas com a porção desse mesmo espaço efetivamente ocupada pelo homem. De modo



A distribuição das populações ao longo dos cursos d'água é indicada neste mapa. As concentrações correspondentes a 200 habitantes são representadas pelos pontinhos pretos de menor tamanho. Além das faixas ribeirinhas, começa o sertão vazio de toda presença humana. Os pontos negros indicam cidades, vilas e povoados, de onde deverão partir estradas de penetração.

contrário, a relação homem-área nada exprime, ensinando distorções e avaliações inexatas de suas estruturas econômicas e de seu estamento social.

Com relação à Amazônia, torna-se imprescindível a análise de seu mapa demográfico, delimitando as áreas, onde a presença humana completa a paisagem.

Como se sabe, apenas no estuário, tendo por núcleo principal a cidade de Belém, na capital amazônica e nas sedes governamentais dos Territórios e dos municípios de maior importância, se verifica relativo adensamento populacional, somando, segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1958 (análise do censo de 1950) 580 867 habitantes, de uma população global recenseada de 2 067 000 almas. Dêsse total, 1 486 133 pessoas se encontram distribuídas ao longo de muitas dezenas de milhares de quilômetros, que marcam as margens dos rios, igarapés, paranás e lagos acessíveis, assemelháveis a filas indianas, se não as seccionassem extensos espaços vazios. Esta singularidade terá que ser considerada quando se pretenda a formulação de programas de trabalho, tendo como fatores de dinamização o elemento humano e como ponto de partida os espaços efetivamente ocupados.

## COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO

Colonizar e povoar não são vocábulos de significação idêntica. Não visam a idêntico objetivo, no tempo e no espaço, muito embora os dois processos tenham como substância o ser humano e sua relação com o meio físico, em cuja paisagem se enquadra.

Colonizar implica nuclear, organizar colônias, dentro de princípios convencionais, já hoje devidamente sistematizados e regulamentados. Colônias e núcleos que poderão resultar tanto da imigração controlada como do deslocamento de populações domésticas, formando com elas grupamentos que facilitem sua assistência e melhor aproveitamento de seu trabalho, em torno de eixos econômicos definidos.

Povoar consiste apenas em encaminhar populações para determinadas áreas, à sua escolha e sem qualquer processo anterior de organização, que caracteriza a implantação de colônias. O povoamento de uma região quase sempre se realiza espontânea e desordenadamente, dirigindo-se cada um para o lugar que lhe ofereça maior atratividade. Fatorizadas pela evidência de argumentos econômicos ou pelas condições desfavoráveis prevalecentes em suas zonas de origem, as correntes povoadoras só posteriormente tendem a aglomerar-se formando adensamentos populacionais de maior expressão.

A Amazônia, mercê da sedução do extrativismo da borracha e daqueles fatores externos negativos (no caso, as secas do Nordeste), foi apenas povoada, localizando-se os que a buscavam, desordenadamente, ao longo de seus cursos d'água e onde a colheita do látex oferecia vantagens compensadoras. Com isto criou-se, para as administrações públicas, federal e estadual

da região, um problema de singular gravidade: o de levar aos seus novos ocupantes a indispensável assistência, nos planos sanitário e educacional. Em contrapartida, porém, essa diluição populacional permitiu a ocupação e o desbravamento de vasta área de território nacional, levando a presença do homem brasileiro às mais remotas fronteiras setentrionais e ocidentais do país.

Mais benefício do que malefício resultou, por conseguinte, desse movimento povoador, realizando uma cobertura quilométrica que, pelos métodos da colonização disciplinada, jamais se teria conseguido.

Não seria possível, evidentemente, estender aqueles benefícios fundamentais sôbre centenas de milhares de quilômetros quadrados, nem tampouco tentar a aglutinação de seus ocupantes em núcleos ou colônias, onde a ação dos poderes públicos se tornasse mais eficiente e atuante. Mesmo porque qualquer esforço nesse sentido implicaria o despovoamento de grande parte do território amazônico, revirginizando-o e tendo, ainda, como reflexo uma enorme queda de produção, no setor do extrativismo que, ainda hoje, contribui, em cerca de 50%, para formação de sua renda territorial.

Essa nucleação, preconizada por inúmeros e autorizados sociólogos, implicaria, evidentemente, sério recuo no processo de ocupação da área, representando, sob todos os aspectos, sério risco para a Nação. Basta, para isto, lembrar as palavras veementes de Raimundo Morais, em fascinante capítulo de seu livro maior — “Na Planície Amazônica”, onde afirma dramaticamente: “Não temos fortalezas, não temos tropas de cobertura, andamos expostos... Pois sim! No caso de um choque do oriente boliviano com o ocidente brasileiro, os dez policiais mato-grossenses, consoante ocorreu no Acre, teriam a apoiá-los, INCONTINENTI, dois mil seringueiros do Guaporé, armados de rifles, bons atiradores e escolhidos por uma seleção telúrica, eliminadora dos incapazes”.

O problema do adensamento demográfico na área amazônica, como providência de base para sua ocupa-

ção e utilização, tem despertado o interesse de sociólogos e economistas, não estando, igualmente, fora das preocupações do Estado-Maior de nossas Fôrças Armadas. Ninguém desconhece ou subestima o perigo que representa para a Nação a existência desse imenso vazio, quando a chamada carência de espaço vital é



Agricultores japoneses da Colônia de Água Fria, sediada nas proximidades de Manaus. (A colonização nipônica no Estado do Amazonas é supervisionada pelo Dr. Takamura Masatoshi)

quase dramática em muitos países premidos por incontável expansão demográfica, a exemplo do Japão, da China e da Índia.

Povoar a Amazônia apresenta-se, por isso, como imperativo intransferível. Acontece, entretanto, que a colonização, nos moldes convencionais, não atende a essa medida irreversível. A concentração, em núcleos, dos estoques populacionais existentes, para fins nitida-

mente sociais, apresenta aquêles inconvenientes de natureza econômica e de ordem estratégica. Promover a fixação de grupos alienígenas, através da imigração controlada não tem alcance, quando se considere a imensidão da área despovoada e a velocidade exigida pelo seu processo de ocupação.

Haverá necessidade, por conseguinte, da tomada de uma terceira posição, que consistiria no aproveitamento do homem amazônico, onde êle se encontra em ajuntamentos mais expressivos, isto é, nas incontáveis vilas e povoados da região, utilizando-o como pontas de lança para o avanço no rumo do sertão desconhecido. Foi êste, aliás, o ponto de vista do autor, quando, integrando a Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, afirmou que — “Os pontos de partida para essa marcha recuperadora e civilizadora deveriam ser cada cidade, vila ou povoado — as sedes municipais de preferência — aproveitando e recompensando a êsses, em muitos casos, verdadeiros resíduos de uma civilização que passou, criada e opulentada pelo **rush** da borracha”.

Ainda hoje, decorridos mais de dez anos de atividades da SPVEA, poucos quilômetros quadrados se acrescentaram à área ocupada por êsses reduzidos sequestros humanos, verificando-se, mais freqüentemente, a diminuição dêsses espaços ocupados em virtude do êxodo das gentes ali sediadas, rumo aos grandes centros urbanos.

Pode-se afirmar que, na realidade, o processo de povoamento da Amazônia, sem o qual não poderemos modificar sua paisagem social e econômica, ainda está por ser equacionado e os principais elementos a coordenar para essa empresa, de prioridade indiscutível, serão as populações já ali fixadas e ambientadas.

## O EQUÍVOCO DA APROPRIAÇÃO DA TERRA

O Padre José de Souza Bettencourt, em recente monografia intitulada "Aspecto Demográfico Social da Amazônia Brasileira", citando Osborne, afirma "existirem na Amazônia 81 mil propriedades, na sua maior parte grandes propriedades com milhares de hectares, mas presume-se que apenas 40% da população rural vive em propriedade sua, isto é, na região do mundo onde há maior dispersão de população, 60% do povo rural é obrigado a viver e a trabalhar em propriedade alheia... Por outro lado cerca de 90% da terra arável é controlada por 10 mil proprietários, verdadeiros senhores da terra, mas quase sempre incapazes de promover o seu desenvolvimento". E conclui com esta indagação: "até que ponto é este regime de apropriação da terra responsável pelo vagaroso desenvolvimento do vale amazônico"?

Os índices mencionados pelo douto ensaísta deixarão de revestir-se da dramaticidade que lhes é emprestada, quando se tenham em vista os seus dois únicos fatores de motivação: a) o extrativismo vegetal, tendo como principais argumentos a exploração dos seringais e castanhais; b) a ocupação sistemática das várzeas ou terras marginais dos rios, igarapés, lagos e paranás acessíveis à navegação onde se praticam lavouras de pequeno ciclo.

No primeiro caso, as dimensões exageradas de cada propriedade não resultaram da cobiça da terra em si mesma, porém da exígua freqüência das árvores lactíferas e das castanheiras, raro excedente de 9 indivíduos por hectare; no segundo, a inclinação natural de se localizarem os habitantes, de preferência, naquelas margens de cursos d'água, ganhando facilidades de sub-

sistência e oportunidades de transporte, pessoal e de mercadorias, com utilização de imenso sistema de aquavias da região.

Por outro lado, perdem aquêles algarismos seu aparente sentido de grandeza ao se verificar que as 81 mil propriedades recenseadas não cobrem uma décima parte da área amazônica, restando por ocupar, como terra devoluta, pertencente ao Estado, cêrca de 90% de seu território. Dados colhidos no Anuário Estatístico do Brasil (I.B.G.E. — 1958) assinalam a existência, no Estado do Amazonas, de 15 096 estabelecimentos rurais, com 6 693 000 hectares figurando o Estado do Pará com 58 851 propriedades acusando área da ordem de 7 593 000 hectares, em ambos os casos incluídas terras de pastagens. Totalizam essas parcelas 14 186 000 hectares, ou sejam 141 860 km<sup>2</sup>, representando menos de 6% da superfície dos dois Estados reunidos, que é de 2 796 583 km<sup>2</sup>.

O que empresta a aparência de apropriação exagerada da terra é o fato de a quase totalidade daquelas 81 mil propriedades possuírem suas linhas de frente debruçadas sôbre os cursos d'água, constituindo verdadeira muralha legal, a bloquear o acesso às terras centrais.

Sem se tornar necessário quebrar, desde já, a presente estrutura social do Vale, no que respeita ao domínio de suas terras, aquela enorme extensão de solos sem dono pode ser oferecida à ocupação das populações rurais sem terra, mediante a abertura de rodovias que, partindo das calhas fluviais, demandem o sertão desabitado. Essa, a grande função social, econômica e de expansão demográfica da estrada de rodagem, único instrumento capaz de permitir a ocupação da Amazônia em sentido de profundidade. Prova irretorquível do afirmado nos é oferecida pela rodovia Manaus-Itacoatiara que, a partir de seu trigésimo quilômetro, passa a percorrer terras disponíveis, das quais, infelizmente, se vêm senhoreando pessoas que nada têm a ver com aquela vultosa parcela de povo rural sem terras a que alude o Padre Betencourt. Desde, porém,

que as administrações públicas regionais estabeleçam planos de penetração rodoviária sôbre as terras interiores e devolutas, destinando-as, preferentemente, àquelas populações rurais, muitos milhares dessas criaturas, já domiciliadas na Amazônia ou procedentes de outras áreas do país ou do exterior, poderão ser beneficiadas com uma gleba de razoáveis dimensões, revelando o equívoco daquela aparente carência de terras livres, para ocupação pelos que ali se desejarem fixar.

O latifundiário extrativista não é um usurpador de terras, um avarento que acumula hectares de chão como se guardasse moedas ou outros bens materiais. O que êle faz é o monopólio do comércio sôbre extensas áreas, monopólio sem o qual não seria possível sua sobrevivência econômica.

A grande propriedade, pelo menos no presente estágio de produção extrativista, é um imperativo dêsse tipo de atividade primária e se desintegrará, naturalmente, pela impossibilidade de manter-se com os reduzidos recursos provenientes da pilhagem de sua diversificada cobertura florística. Na Amazônia há sobra de terra livre. Sômente o homem é escasso.

## O EQUÍVOCO DA INTEGRAÇÃO

O polígono amazônico é uma região, em relação à qual prevalecem os mais singulares equívocos, que precisam ser desfeitos, como primeiro passo para sua interpretação e posterior ordenação das providências, que a mesma estaria exigindo para sua participação mais atuante na economia nacional. Tais equívocos são tanto de natureza geográfica como de configuração econômica e social e sua persistência vem determinando erros e desvios na formulação de conceitos e na adoção de medidas com aquela finalidade.

Como primeiro fruto do gritante conflito entre a realidade e a ilusão amazônica, apresenta-se, em termos de **slogan** de aceitação generalizada, o que proclama a necessidade de integração dessa área ao país, ou seja, presuntivamente, sua incorporação efetiva à nação, como expressão territorial, política e econômica.

Seria lícito indagar qual o sentido dessa integração, tão enfaticamente reclamada por amazônidas e não amazônidas, o que implica dizer por todos os brasileiros, que partem da aceitação pacífica e incontroversa daquele **slogan**. Que forma de integração se pretende? Geográfica, econômica, social, política ou simplesmente estratégica? Qual o conteúdo real e específico dessa integração, quando, em verdade, a Amazônia não se encontra desarticulada, sob qualquer daqueles ângulos, do complexo brasileiro?

A Amazônia é, geograficamente, uma extensão do território nacional, sem contestação de limites internacionais. Sua economia de produção e de consumo vincula-se, quase totalmente, à economia nacional, que absorve cerca de 80% dessa produção e a supre de pro-

dutos brasileiros, em maior percentagem. Por sua vez, o pequeno intercâmbio que mantém com o exterior se processa dentro das normas fiscais e cambiais estabelecidas pelo governo federal. Socialmente, por seu tipo de cultura, por sua formação espiritual, pelo idioma e pelas tendências religiosas, é tão brasileira, como qualquer área do Sul, do Centro e do Nordeste. A legislação brasileira, através de seus diferentes órgãos de execução, os ministérios e seus departamentos estaduais, não exclui a Amazônia de sua esfera de ação. Os problemas de defesa de nossa soberania e de policiamento de fronteiras, embora tarefa privativa das forças armadas, encontram, no comportamento das populações regionais, todo o indispensável apoio moral e material, do que foi edificante exemplo a conquista do Acre, nada obstante a orientação dúbia de nossa política exterior da época.

Integração, do ponto de vista geral, querendo dizer entrosamento ou enquadramento, geográfico, econômico, social, político e estratégico, no plano nacional, é problema, na verdade, inexistente.

As freqüentes omissões do governo federal, em relação à área amazônica, deve-se a origem do pressuposto de que a região padece de um fenômeno de exclusão do complexo nacional ou se encontra em injustificável estamento de *capitis deminutio*, dentro da comunidade brasileira. É, todavia, necessário não esquecer que o mesmo clamor de insatisfação contra a abulia dos poderes centrais se verifica em todos os Estados, não excluindo os mais prósperos e ricos. É ocorrência de caráter endêmico, que a região interpreta como se fôsse um episódio puramente local.

O tema da integração, nas condições indicadas, carece, por conseguinte, de substância, não possui sentido real. Não há por que invocá-lo na pauta de quaisquer estudos sobre a Amazônia, senão na medida em que se faça intransferível o provimento daquelas omissões.

O que se pode admitir, respeitando o prestígio de *slogan* contagiante, é a integração da Amazônia em si mesma, implicando complementação, suplementação

ou provisão de falhas e carências, nos planos de sua economia interna e no processo de seu desenvolvimento. Trata-se de operação que, embora exigindo ação e contribuição supletivas dos poderes públicos centrais, depende, em muito maior escala, de fatores endógenos, da ordenação e mobilização de agentes regionais, na base de seus territórios, de seus estoques humanos, do espírito de empresa de seus homens de negócios, da atuação de suas administrações, da planificação setorial de seus diferentes problemas, em termos de ciência ou de política econômica.

Em lugar de integração, como argumento de demagogia política, que só tem conseguido colocar a região dos grandes rios numa permanente pausa de espera da ação dinamizadora do governo federal, seria mais oportuno falar-se em ocupação, em posse útil da Amazônia, para cuja realização nenhum instrumento é mais adequado que o instituído pelo artigo 199, da vigente Constituição Federal, desde que aplicado no sentido de ampliar sua cobertura demográfica, estabelecendo condições específicas que conduzam a essa finalidade.

## O EQUÍVOCO DA "RECUPERAÇÃO"

Ensinam os léxicos que **recuperar** é restaurar, re-adquirir o que se perdeu, restabelecer, fazer voltar a sua anterior higidez psíquica, moral ou material, uma pessoa, uma organização ou uma estrutura econômica, perturbada ou desmantelada por fatores que intervieram, malêficamente, no seu processo de desenvolvimento.

Repugna-me aceitar como adequada a expressão "recuperação", tão enfaticamente usada sempre que se coloca em pauta a Amazônia, para efeito da elaboração de planos ou programas tendo essa região como tema.

Encontrando-se essa parte do território brasileiro por desbravar, balancear e ocupar, sendo, como é, apenas uma área vazia, não possuindo a anterioridade de uma estrutura social e econômica ordenada e estável, não há por que pensar-se em recuperá-la, no sentido real do vocábulo.

O "rush" da borracha, que lhe permitiu fundar duas metrópoles de relativa importância, não deixou outras cicatrizes de sua passagem, além desses dois adensamentos populacionais. O resto — e são mais de 3 milhões de quilômetros quadrados — nada mais é do que selva, mataria bruta, sulcada de cursos d'água onde a presença humana ao longo desses caminhos fluviais e em algumas dezenas de vilas e povoados, não tem qualquer significação ponderável.

A menos que se pretenda, simplesmente, retornar aos efeitos de superfície e à euforia da riqueza provocada por aquele episódio, que jamais poderá ser reproduzido, não tem qualquer sentido nem forma objetiva o **slogan** de recuperação da Amazônia.

A Amazônia, econômica e demograficamente, está por ser edificada, partindo do pressuposto da existência de uma base física, cujas constantes ecológicas justificam ou permitem esse empreendimento.

Tudo, nessa área, excluídas suas duas capitais e outros modestos centros urbanos, está em ser, é deserto econômico e demográfico, reclamando ocupação pelo homem brasileiro, antes que homens de outras nações procurem ocupá-la, sob a alegação real ou cavilosa da carência de espaço para seus excedentes demográficos, como bem assinalou o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, em seu recente ensaio — “A Amazônia e a Cobiça Internacional”.

O que cabe fazer, com relação à Amazônia, não se contém nos limites estreitos de uma recuperação, isto é, de retôrno aos índices de riquezas gerados pelo episódio da borracha, mas uma tomada de posição definitiva e atuante, visando a sua posse útil, em consonância com sua extensão territorial, por meio de ocupação efetiva e da implantação de atividades produtoras racionais e diversificadas.

Ocupação, mobilização e criação de riquezas, em vez de recuperação, porque, na realidade, não existe o que recuperar, já que tudo está por começar, nesse imenso mundo florestal.

Programas de govêrno com vista ao desenvolvimento da Amazônia têm que se louvar, obviamente, na premissa de que a região, ressalvados aquêles vestígios deixados pelo rush da borracha, ainda está por conquistar, domesticar e humanizar, não existindo ali o que recuperar, a menos que essa recuperação contenha como só objetivo o restabelecimento daqueles índices de riqueza superficial motivados pelo extrativismo da borracha.

## OS LIMITES DO EXTRATIVISMO

Não se pode negar que a busca dos produtos espontâneos na mesopotâmia amazônica ensejou o desvirginamento da hiléia, alargou as fronteiras geográficas do país, num episódio só comparável ao que o gênio de Taunay immortalizou na "Retirada da Laguna", e cujas dimensões épicas foram magnificamente fixadas por Craveiro Costa, num livro que o Brasil não leu — "A Conquista do Deserto Ocidental"; fincou marcos de civilização, que valem como poderosas pontas-de-lança, que a Nação deverá utilizar para o avanço de seu domínio político, social e econômico sôbre a grande área setentrional do país; proporcionou ao erário federal e às administrações regionais enorme soma de recursos financeiros, ao tempo em que detínhamos, mais do que a hegemonia, o monopólio mundial da produção de borracha.

Foi êsse monopólio natural responsável, entretanto, pela cristalização da mentalidade extrativista, com sua recíproca de lucros fáceis e imediatos, ainda hoje imperante na região. Responde, igualmente, pelo comportamento de cerca de um milhão de brasileiros que, segundo afirmativa de F. Osborne, "vivem de recolher produtos da selva e de praticar um tipo de agricultura que se pode chamar mais pròpriamente de horticultura de subsistência".

Todavia, com a perda daquele monopólio e o reduzido volume físico dos aproveitamentos florestais que ainda hoje conseguem as populações locais, teremos que considerar irremediavelmente superado o ciclo do extrativismo puro e simples, aceitando, como imperativo, a necessidade de encaminhar essas populações e seus acréscimos vegetativos para o exercício de outros

labôres, capazes de lhes assegurarem condições satisfatórias de subsistência, bem como de fortalecer a participação do Amazonas na formação da renda nacional.

Os limites do extrativismo, baseado nos produtos históricos, que contribuíram para construir a Amazônia da atualidade, com suas trepidantes capitais, não sòmente foram alcançados, mas começam a regredir, lenta e inexoravelmente.

A borracha silvestre que logrou alcançar uma produção da ordem de 40.000 toneladas, em 1909 e 1912, hoje não consegue ultrapassar 25 milhões de quilos; os castanhais apresentam índices de exaustão, sem que novas áreas de freqüência da *Bertholletia excelsa* sejam postas em regime de exploração; as derrubadas de louro-rosa para produção de linalol já se efetuam em zonas distantes e de difícil acesso; não é fácil a pesca do pirarucu, praticada sem respeito às prescrições legais; a matança desenfreada dos jacarés ameaça eliminar da paisagem amazônica a presença dos sáurios como elemento de caracterização; sorveiras e balatais não se recuperam na proporção em que são devastados; escasseiam os animais silvestres, fornecedores de peles ornamentais e de alimentação ao hinterlandino, gerando tudo isto a contrapartida de maiores preços em face da redução do volume físico das respectivas safras. Uma visada às estatísticas de exportação desses produtos, cobrindo o último decênio, confirmará, à sociedade, o enunciado.

O flagrante empobrecimento dos recursos florestais, que embasavam a economia amazônica, impôs uma parada às iniciativas de beneficiamento industrial daqueles produtos, não mais se justificando a implantação de outras usinas de crepagem de borracha, de extração de linalol, de descascamento de castanha, de curtumes, etc., porque qualquer novo empreendimento nesse campo de atividades não encontra matéria-prima para seu suprimento sem desfalcar as disponibilidades das unidades já existentes.

Para ser mais rigoroso e não deixar ensanchas a qualquer contestação, devo, entretanto, confessar que,

na esfera do extrativismo, somente dois campos de trabalho se oferecem a novos investimentos industriais: a mineração, apenas ensaiada, e a indústria madeireira, ambas justificadas, como anteriormente afirmado, porque florestas e jazidas minerais não se improvisam, muito embora a silvicultura constitua uma ameaça futura ao valor econômico das florestas amazônicas, marcadas por excessiva diversificação.

Mesmo que a pesquisa científica, ordenada e paciente, venha a localizar novas fontes naturais de produção de matérias-primas, de alto valor econômico, semelhantes revelações não têm o poder de aliciar braços e mobilizar capitais, domésticos ou do exterior. Outras fronteiras de trabalho e de investimentos mais vantajosas se oferecem, tanto no Brasil como no território de todos ou quase todos os países, no presente estágio de reajustamento dos valores sociais, do surgimento de novas nações, sedentas de progresso e de fortalecimento econômico, da pletera de recursos e de empreendimentos que vêm assinalando êste final de recuperação da comunidade européia.

Eis porque, sem prejuízo daqueles dois aspectos insulares (minerais e madeiras), insuficientes para descharacterizar a tese, não se pode pensar em valorização econômica da Amazônia, o que equivale dizer na sua verdadeira posse útil, partindo do tabu de suas riquezas espontâneas.

Quando empresto ênfase ao imperativo de libertar as populações da Amazônia da preponderância do extrativismo, sobretudo se praticado individualmente, não estou preconizando uma operação do tipo da migração de certos animais das zonas gélidas, que se deslocam em massa, fugindo aos rigores do clima com sua contrapartida de extinção das fontes naturais de alimentos. A transformação de uma mentalidade ou a modelação de uma nova cultura provocam impactos, quando subordinadas a processo de aceleração deliberada. O esforço para desviar o homem amazônico da fascinação do extrativismo deve ser conduzido em

ritmo de decalagem moderada e progressiva, de maneira a evitar traumatismos de conseqüências desastrosas.

Na realidade, o processo a seguir deverá obedecer a um sistema de compensações, substituindo-se cada peça ou parcela retirada à economia extrativista, por contribuição equivalente, obtida através da prática de atividades agrícolas racionalizadas. Todavia, não cabe no presente capítulo, que se limita a destacar os malefícios da persistência nessa forma primária de produzir para sobreviver, a indicação dos métodos a adotar nesse intransferível empreendimento. Eles serão, a seu tempo, definidos e experimentados.

## GOVERNOS EXTRATIVISTAS

Ainda não foi desmentido o conceito clássico, segundo o qual administrar é prover e prever. Seria lícito, por conseguinte, perguntar até que ponto as administrações públicas regionais, quer dos Estados quer dos Territórios, terão respeitado e praticado êsse salutar preceito.

A análise do panorama sócio-econômico regional não oferece qualquer indício de que o mencionado binômio tenha constituído norma de govêrno, nos 71 anos de vida republicana do país.

A história dos Estados e Territórios amazônicos revela a presença dos poderes públicos como agentes de captação de receita, embora não se lhes possa negar acentuada contribuição, com vista à manutenção da ordem pública e à preservação da soberania nacional na área de sua jurisdição bem como ao atendimento, em dimensões pouco lisonjeiras, das exigências mínimas relacionadas com a educação e saúde. Não há notícia da formulação de programas, visando a assegurar aos referidos Estados e Territórios uma infra-estrutura econômica consistente e duradoura.

Refletindo a predominância do extrativismo desordenado e imediatista, norma de vida inarredável da quase totalidade das populações da Amazônia, também seus governos continuam extrativistas, limitando-se a ter participação ativa e, às vêzes, desencorajadora, no aproveitamento, direto ou indireto, dos recursos proporcionados, através de pesadas tributações, por aquelas atividades de natureza primária.

Não cuidaram de estimular a criação de fronteiras de trabalho diferentes, nem contribuíram para defender, disciplinar e racionalizar a exploração das chama-

das riquezas espontâneas da região, assistindo, passivamente, à transferência para outras áreas, das matrizes, que viriam a formar, mais tarde, verdadeiros impérios econômicos no território asiático. Passividade que quer dizer ausência de espírito dinamizador, capaz de neutralizar, por meio de providências adequadas, os efeitos competitivos dos que se apoderaram daquelas matrizes. Nem souberam prever que, passando a borracha à categoria de matéria-prima essencial ao progresso e ao bem-estar da humanidade, como o ferro, o petróleo e o trigo, não poderia jamais ser objeto das especulações desenfreadas que marcaram as primeiras décadas de sua utilização. Que, por meios pacíficos, por processos ardilosos ou pela violência, se necessário, seu monopólio natural nos seria fatalmente arrebatado.

Considerando-se que a essência do extrativismo reside no fato de colhêr sem nada restituir às áreas que sofrem essa defraudação, ainda, em nossos dias, é êsse o clima dominante na política administrativa daqueles Estados e Territórios, cujo interior sofre um processo contínuo de degradação, enquanto suas duas principais metrópoles se desenvolvem em ritmo acelerado. De tal sorte que Manaus e Belém se assemelham a duas ilhas de civilização no imenso território amazônico, inulto e silvático, cabendo à primeira dessas cidades o adequado título de capital de si mesma, como reflexo de seu enriquecimento à custa dos esforços e dos sacrifícios da hinterlândia.

Todos êsses governos, evidentemente, sem formação política, no sentido sociológico do termo, se limitaram ao exercício do poder e do comando administrativo, dentro dos refrãos convencionais e simbólicos, em que se destacam as expressões "bem-estar da coletividade, amparo à agricultura e à indústria, defesa dos direitos do homem", que enformam as propagandas políticas pré-eleitorais. Em nenhum dêles, entretanto, se surpreende a marca firme de um programa de natureza objetiva, visando à edificação de sólida infra-estrutura econômica, sôbre a qual se desenvolvessem, supletivamente, os demais esquemas de ação governamental,

envolvendo os problemas relacionados com a educação, saúde, transportes e outros tantos, que se ampliam e configuram, tendo como anterioridade ou **back-ground** o fenômeno econômico, que lhes deve indicar as dimensões e o sentido.

Todos êsses governos confinaram seus esforços e ânsia de exemplificação construtiva em empreendimentos urbanos, de realização a curto prazo, e fáceis de serem constatados pelo eleitor ou pelo visitante ocasional. Em tais condições, os proventos do extrativismo, como lucro operacional de seus animadores na esfera privada, ou resultantes da incidência de elevados tributos, tiveram como só campo de aplicação as suas prósperas metrópoles, nada restando para investimentos nas áreas de produção.

Na esfera administrativa, como no plano privado, o espírito do extrativismo, que nada constrói nos lugares e nos setores onde aufere seus recursos, é uma constante no mundo amazônico e, ainda hoje, não há indícios de seu desvio.

## DOMESTICAÇÃO

Quando considero termo de marcante significação no processo de mobilização da área amazônica a domesticação de suas essências florestais de grande valor econômico, em contraposição aos métodos primários de extrativismo puro e simples, é óbvio que não me refiro apenas à operação de transferir da floresta para campos de cultivo disciplinada aquelas espécies vegetais de utilidade indiscutível.

Não se trata, apenas, de corrigir, por meio do adensamento em áreas determinadas, o excessivo espaçamento dessas espécies, resultante da espantosa diversificação florestal característica da hiléia amazônica. Espaçamento que, no caso da *Hevea brasiliensis*, indica a extrema penúria de 8 a 12 exemplares por hectare de mata, impondo à extração da borracha um encarecimento absolutamente irreversível.

A domesticação preconizada implicaria, evidentemente, vasta soma de investigações, de estudos e experiências, nos campos da genética, do ambientamento, dos solos e dos regimes pluviométricos, com base nos extraordinários conhecimentos da ciência agrícola, já no pleno domínio dos vários institutos especializados de que o país dispõe, à sua vanguarda o Instituto Agrônomo do Norte e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

A experiência tem provado que não basta transferir de seu ambiente florestal e alinhar em áreas desmatadas, a seringueira, a castanheira, as árvores de cumaru e outras, cujos frutos, óleos, gomas ou fibras figuram em nossas pautas de exportação com inexpressivo volume físico e atraente valor comercial.

A heveicultura, por si só, é convincente exemplo de que o empirismo agrícola não oferece solução ao problema. Correram decênios até que se conseguissem condições ótimas de comportamento e de rendimento dos seringais, em regime de cultura intensiva. E, ainda hoje, continuam exaustivas e persistentes as pesquisas nesse setor, em tôdas as áreas que se dedicam à sua exploração racional, incluindo o nosso próprio país, onde os institutos agrícolas do Norte, do Leste e do Sul (Campinas) prosseguem investigando e melhorando a cultura da seringueira, a fim de obter a árvore ideal — rica em látex, resistente às pragas e capaz de aproveitamento em curto ciclo.

Para se ter idéia justa do que representou a domesticação da seringueira, por iniciativa de técnicos e de governos estrangeiros, basta considerar-se que a árvore da borracha, aclimatada no Oriente, criou, ali, um verdadeiro império econômico, oferecendo, recentemente, base material e política à constituição de várias nações — Malásia, Indonésia e Ceilão, que têm na heveicultura seu maior instrumento de participação no comércio mundial.

Em que extraordinária predominância, continental e internacional, se teriam colocado a Amazônia e o Brasil, se tivéssemos podido reter conosco, através daqueles processos de domesticação, a hegemonia da produção de borracha? Produção, cujo monopólio natural não foi ainda quebrado, nem talvez jamais o venha a ser, pela técnica dos sucedâneos criados em laboratório, porquanto crescem, paralelamente, a aplicação industrial e o consumo de borracha fisiológica ou natural e a dos elastômeros de todos os tipos.

A lição da seringueira deve ser meditada e aproveitada, em nosso presente estágio de evolução econômica e cultural. O que não fizemos com a *Hevea brasiliensis* e que outros fizeram, arrebatando-nos um privilégio insubstituível, embora ainda recuperável, deve ser feito, sem mais procrastinação, com muitas das nossas essências vegetais de procura e consumo mundiais, porém ainda resultantes do extrativismo.

A cultura racional e científica da castanheira, do cumaruzeiro, de oleaginosas, especialmente do patauá, cujo óleo comestível é o que mais se aproxima do azeite-de-oliveira, deve ser objeto de experiências conclusivas de órgãos especializados e da própria iniciativa privada.

A conversão da castanheira em árvore de pomar, por processos de genética adequados, com redução de seu porte e período de frutificação, seria o primeiro grande passo a dar com aquela finalidade. Somente essa amêndoa, por seu alto valor nutritivo e grande consumo mundial, produzida racionalmente, seria suficiente para assegurar à Amazônia base econômica de grande valor e contribuir, em larga escala, para a ocupação das terras enxutas da região, que são seu **habitat** preferido.

Seguindo tais processos, poderemos invadir os mercados mundiais com a referida amêndoa que, pela exigüidade de suas safras, ainda figura entre as mercadorias de consumo quase proibitivo, em virtude dos altos preços que alcança.

A castanha poderá ser para a Amazônia o que representa o café para os Estados do Paraná e de São Paulo, sem prejuízo do fortalecimento e diversificação de nossa economia, pela domesticação de outras essências vegetais, que ainda são escassas e onerosamente obtidas, pelos processos rudimentares de simples pilhagem à natureza.

## A PREFERÊNCIA PELA PLANTA EXÓTICA

Sempre que a iniciativa privada, como a própria ação dos poderes públicos, se desvia do campo do extrativismo, tende a dedicar-se, no plano agrícola, à ambientação de plantas exóticas, em vez de se empenhar na domesticação de valiosos componentes da flora regional.

Mesmo no período da caça às drogas do sertão, esse pendor já marcava as atividades produtoras locais, embora semelhante comportamento encontrasse explicação e fundamento no fato de, a esse tempo, ainda não se ter caracterizado a importância econômica da seringueira, da castanheira, do louro-rosa e de outras essências vegetais que, mais tarde, passariam a despertar intensa procura por parte dos mercados europeus e norte-americano.

Por outro lado, o advento da borracha, convertida, pela técnica da vulcanização, em matéria-prima da mais diversificada utilização, neutralizou e quase anulou as nascentes tendências agrícolas, que eram estimuladas pelos núcleos catequistas. Apeada a borracha de sua primazia no quadro da economia regional, ainda assim, não se pensou em racionalizar, pela domesticação, os inestimáveis recursos de que dispõe a floresta amazônica.

Buscou-se, na cultura de plantas exóticas, a recuperação do primitivo tônus econômico. O algodão, o arroz, a cana-de-açúcar passaram a alimentar a preferência dos braços que o colapso da borracha tornara inativos, ensejando a formação do importante distrito agrícola que é, hoje, a chamada região bragantina, no Estado do Pará.

Ainda com desprezo pelo agricultamento das essências regionais, que continuam a ter como fonte de suprimento a floresta, procurou-se complementar a economia local com a cultura da juta e da pimenta-do-reino, duas plantas asiáticas, aclimatadas na Amazônia, pelo esforço tenacíssimo de agricultores e técnicos nipônicos. Em ambos os casos, produtos cujas safras, em suas áreas de origem, atendem às necessidades da demanda mundial, mas com fácil colocação nos mercados internos, desde que assistidos por meio de intransponível proteção tarifária.

Nenhum desses produtos se mostrou, na realidade, o instrumento adequado ao lançamento do processo de ocupação da Amazônia, já porque dificilmente lograremos, através de sua produção em grande escala, deslocar dos centros consumidores seus tradicionais fornecedores, já porque, em ambos os casos, não existe mercado consumidor em expansão, fenômeno que resulta, como no caso da borracha, da crescente diversificação de seus usos.

Prevaleceu, nessa escolha, com igual intensidade, o espírito do imediatismo mercantil, tanto no caso da juta, cujas safras se mobilizam com apenas oito meses, a partir do início das lavouras, como no da pimenta-do-reino, onde as colheitas se iniciam, ao término do terceiro ano.

Não se pensou — nem os órgãos autorizados a preconizaram — na cultura da seringueira, da castanheira, do cumaruzeiro, da andirobeira e de outras espécies florestais, com ciclos vegetativos, consideravelmente mais longos, tendo, porém, a justificá-la, além de fatores ecológicos facilmente compreensíveis, a existência de mercados acentuadamente mais elásticos.

São ocorrências que encontram vinculação e explicação mais do processo de formação cultural das populações amazônicas e em suas reações psicológicas, escravizadas à sedução do lucro fácil e imediato, do que em argumentos de configuração econômica, envolven-

do e objetivando a solução de problemas sociais e políticos, com vista à criação de condições favoráveis à ocupação permanente da terra e à cristalização de uma sociedade estável.

## ÁRVORE — ARGUMENTO DE FIXAÇÃO

A quem quer que excursione pela Amazônia, não escapará o fato de existirem ao longo de seus cursos d'água, sobretudo no Médio e no Baixo Amazonas, inúmeros lugares, onde a presença de uma barraca ou tapiri em ruínas é irrecusável indicação de que ali já existiu uma lavoura de pequeno ciclo.

Não escapará, também, ao observador arguto, a ocorrência de moradias definitivas em qualquer trecho marginal, onde vicejam algumas árvores frutíferas. Duas ou três mangueiras plantadas ou, ocasionalmente, nascidas nesses lugares, possuem o inconcebível poder de fixar o homem à sua sombra.

Encontramo-nos, assim, em presença de um fenômeno que, pela sua persistência, desafia uma explicação. Quais as causas visíveis ou imponderáveis que o determinam? Por que o homem, em muitos casos, não se deixa seduzir pelas várzeas férteis, preferindo fixar-se em terras porventura mais pobres, porém marcadas pela presença daqueles vegetais de grande porte, nem sempre, porém, de satisfatório rendimento?

Estamos, ao que tudo indica, em face de um processo de acomodação ecológica. As constantes climáticas do Amazonas, com médias termométricas ponderadas, da ordem de 27° à sombra, levam o homem a socorrer-se da proteção da sombra que as árvores de grande e médio porte oferecem, abrigando-o das incidências solares excessivamente incômodas nos períodos de verão intenso.

A preferência pelo extrativismo, que se processa no recesso da floresta, onde a temperatura é sempre mais suportável, encontra, nesse fato, argumento de excepcional validade. Trabalhar na formação de lavouras, em

áreas desmatadas, impõe desgaste físico bem mais sensível do que o resultante das caminhadas pela selva, para cortar seringueiras, colher castanhas, derrubar árvores de louro-rosa ou caçar animais de peles raras. Indica, igualmente, que a arboricultura deverá ser, no caso da transformação daqueles labores extrativistas em tarefas agrícolas, imperativo das características ecológicas regionais.

A substituição de uma floresta desordenada e heterogênea por parques de árvores de utilidade comprovada, sejam castanheiras, seringueiras ou cacauzeiros, onde o homem trabalhará à sombra, é, na realidade a solução mais adequada e humana, para o aproveitamento dos solos não inundáveis da Amazônia.

Do mesmo passo, deve-se levar em conta que a arboricultura, implicando a recobertura permanente dessas áreas trabalhadas, afasta o grave risco da degradação dos solos, por força de sua excessiva exposição ao sol e à ação erosiva das águas, empobrecendo-os, de maneira irrecuperável, quando utilizados em culturas de pequeno ciclo. Isto explica, por sua vez, o nomadismo desse tipo de lavoura, que vai alinhando sucessivas clareiras na mata virgem, transformando-as, depois de esgotar suas reservas naturais de nutrição, em capoeiras, que só podem voltar a ser utilizadas, economicamente, passados cinco ou seis anos, quando seus solos já recuperaram, embora parcialmente, a ligeira camada de húmus que os protegia e valorizava.

Enquanto, no primeiro caso, o delgado lençol de húmus tende a espessar-se com os resíduos vegetais que se desprendem das árvores, fôlhas e ramos, no segundo, a necessidade de manter a terra limpa acaba por eliminar, em pouco tempo, essa camada de matéria orgânica.

A evidência desses argumentos deve ter relativa preponderância, no planejamento de atividades agrícolas na área amazônica, indicando que as culturas arborícolas, isto é, de longo ciclo, pelas vantagens de acomodação do homem ao meio ecológico, constituem fator de atração que não deve ser desprezado.

## CONCEITO DE SUBDESENVOLVIMENTO

Muito se tem abusado, nos últimos tempos, da expressão subdesenvolvimento, para dar ênfase ao atraso de certas regiões ou países, aplicando-se o conceito sem uma análise meticulosa das condições que seriam necessárias à caracterização desse estágio. Há, sobretudo, marcante tendência à sua generalização, através da extensão indevida do fenômeno, sem se levar em conta que o desenvolvimento de uma região ou de um país jamais resultou de processo global de ascensão, no plano do aperfeiçoamento social e técnico.

Tôdas as nações que lograram transpor o que seria essa linha ideal, separando o desenvolvido do não desenvolvido, o teriam feito por etapas sucessivas, tanto no plano geo-econômico como nos setores do progresso social e científico. Ainda hoje a grande maioria das nações consideradas como plenamente desenvolvidas se encontra em condições de subdesenvolvimento, em relação a determinados setores de sua estrutura sócio-econômica e a partes de seus territórios não convenientemente dinamizados.

Países como o Canadá, os Estados Unidos e a União Soviética possuem, ainda hoje, áreas e populações, que estão longe de alcançar nível razoável de civilização e riqueza. O vale do Tennessee antes do empreendimento estatal que disciplinou seu sistema hidrográfico, marcava um hiato na irrealizável paisagem do progresso norte-americano.

Do mesmo passo, não podemos inquirir de subdesenvolvidos países do continente europeu, a Austrália e a África do Sul, pelo fato de boa parte de seus territórios ainda apresentam condições parciais e setoriais de atraso técnico, social e econômico, frequen-

temente comparáveis aos das regiões do mais baixo índice cultural.

Por outro lado, para que se aplique o estigma do subdesenvolvimento a uma determinada região, há de pressupor-se a existência de comunidades ou estoques populacionais, em condições econômicas e culturais insatisfatórias, isto é, marcadas pela pobreza, pelo analfabetismo, pela doença e por outros condicionamentos negativos.

Em "Les Pays Sous-Développés", Yves Lacoste enumera os seguintes elementos constitutivos desse estágio de inferioridade cultural e econômica: a) insuficiência de alimentos, tanto quantitativa como qualitativa; b) alta percentagem da população empenhada em labores agrícolas, sempre de baixo rendimento, pela ausência de conhecimentos técnicos e equipamentos adequados; c) baixa renda nacional, irregularmente distribuída e inferioridade de níveis de vida; d) incipiente industrialização; e) reduzido consumo de energia mecânica; f) subordinação econômica aos chamados países desenvolvidos; g) hipertrofia do setor comercial; h) estruturas sociais arcaicas; i) pouco desenvolvimento das classes médias; j) inconsistente integração nacional; k) subemprego; l) alto coeficiente de natalidade; m) condições sanitárias defeituosas, implicando taxas elevadas de mortalidade.

Conforme se infere da definição de Yves Lacoste, não há, em rigor, áreas ou regiões subdesenvolvidas, do ponto de vista estritamente geográfico. O fenômeno do subdesenvolvimento só poderá ocorrer em relação aos espaços, onde determinada densidade populacional apresenta condições específicas e mensuráveis de atraso econômico e cultural. Não seria admissível, entretanto, onde existe, apenas, o vazio ou o quase vazio demográfico, como é o caso da bacia amazônica e do território do Alasca. O subdesenvolvimento, quando existe, é traço ou condição inerente aos grupos humanos, que as habitam. É capítulo de antropologia social e não de simples geografia física.

A luz desses raciocínios, que se tornam evidentemente lógicos, não pode nem deve o Brasil ser apontado como uma nação subdesenvolvida, como sói ser enquadrada quando em pauta nos conclaves internacionais o tema do subdesenvolvimento. Nosso país terá de ser apresentado ao mundo científico, como uma nação parcialmente integrada nos mais altos níveis de civilização, possuindo, entretanto, áreas subdesenvolvidas e áreas inexploradas e não ocupadas pelo homem.

De modo contrário, a conceituação de subdesenvolvimento iria alcançar todo o Brasil Meridional, com seu diversificado parque industrial, suas universidades, suas grandes metrópoles, onde uma população de mais de 20 000 000 de almas pratica o mesmo estilo de vida e apresenta condições de avanço cultural por vèzes superior ao de muitos países do grupo dos altamente desenvolvidos. Ali, quase todos aquêles elementos constitutivos do subdesenvolvimento já se encontram total ou parcialmente superados no plano doméstico, muito embora permaneça evidente a subordinação econômica, a que se escravizam todos os países da América Latina.

Completam, entretanto, o quadro dêsse Brasil desenvolvido, que Jacques Lambert acertadamente denomina de Brasil moderno, áreas subdesenvolvidas, a exemplo do polígono nordestino, e áreas aguardando ocupação pelo homem, representadas pelos sertões do centro-oeste e pela Amazônia, em sua extensão quase total.

É, ainda, como decorrência dessa premissa que a Amazônia brasileira, para efeito de sua avaliação e do estudo de processos a serem seguidos para o seu aproveitamento, deve ser considerada como vazio demográfico, à espera de que o homem nêle se estabeleça, ajustando-se às suas características e exigências ecológicas, para ali sobreviver e prosperar.

Aqui, o problema do subdesenvolvimento terá que ser considerado apenas em relação a alguns milhares de quilômetros quadrados, onde se encontram localizados, porém nem sempre fixados, mais de dois milhões de seres humanos, nêles se incluindo suas duas capitais,

marcadas pela "hipertrofia comercial" característica do subdesenvolvimento.

É, por conseguinte, partindo do princípio de que a Amazônia, tendo como fenômeno secundário dentro do complexo local, insignificantes zonas de subdesenvolvimento, isto é, aquelas onde a presença humana já é uma constante (os pequenos núcleos populacionais, cidades, vilas e povoados, os de exploração extrativista e os de atividade agrícola tôdas às margens de seus rios navegáveis), deve ser considerada, para efeito dêste estudo, como terra a ocupar, onde o subdesenvolvimento é apenas um incidente, provocado pela implantação de reduzidos sequestros humanos, em pontos acessíveis de seu vasto mundo florestal. Na medida de seu reduzidíssimo potencial demográfico e em função da inexistência de fatores do subdesenvolvimento que não possam ser removidos, tais como carência quantitativa e qualitativa de alimentos, endemias e outros, perde de importância êsse problema em si mesmo, para ceder lugar ao de ocupação da área a ser conduzido dentro de planos que não permitam a presença de nenhuma daquelas condições de inferiorização do homem em sociedade.

## INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Admitida como válida a conceituação restritiva do subdesenvolvimento, seria oportuno indagar se um país, para lograr ingresso no grupo das nações desenvolvidas, terá, necessariamente, de converter-se, a priori, em potência industrial e se uma nação pode vencer a barreira do subdesenvolvimento, transformando-se, por um passe de mágica administrativa, em vasto empório de indústrias, para seu consumo e comercialização exterior.

São duas premissas que a história, até certo ponto parece desautorizar. Com efeito, todos os grandes países, grandes em função de seus níveis culturais e de sua projeção no plano internacional, possuem um **back-ground** agrícola dos mais avançados, do ponto de vista de suas técnicas de produzir, da qualidade e do volume de sua produção agropecuária, respeitadas, evidentemente, as limitações decorrentes das respectivas bases físicas ou territoriais.

Assim acontece nos EE.UU., no Canadá, na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Holanda, na Dinamarca e até as duas grandes potências comunistas, Rússia e China Popular, paralelamente com seu ingresso no plano industrial, ou talvez antecipando-o, precisaram elevar e aperfeiçoar os índices de sua produção rural.

Se nos reportarmos ao vigoroso ensaio de industrialização em nosso próprio país, onde existem distritos que ultrapassaram a barreira do subdesenvolvimento, verificaremos que o fenômeno encontrou ali clima de acomodação, depois que suas atividades agropecuárias atingiram ponderável grau de desenvolvimento e opulência.

O conflito de opiniões, por vèzes apaixonadas, entre os que apóiam a tese da industrialização de certas áreas do país em ritmo acelerado, à sombra do bafejo oficial, e aquêles que a desaprovam, achando-a prematura e prejudicial aos interesses da lavoura, poderá ser amortecido, ou, quiçá, eliminado, desde que se demonstre que o Estado de S. Paulo já se encontra, praticamente, realizado, naquele estágio de evolução. Realizado, no plano agrícola, pelo volume, diversificação e aperfeiçoamento de suas lavouras de café, algodão, cana-de-açúcar e uma infinidade de outras de menor porte; pela posse do melhor sistema de comunicações ferroviárias e rodoviárias do país; pela disponibilidade de razoável potencial energético; por índices sanitários e educacionais bastante elevados. Mercê dêsses fatores de progresso cultural e econômico, teria, necessariamente, de transferir suas energias criadoras, com ou sem assistência dos poderes centrais, para o plano das indústrias, cujo maior volume de produção é, justamente, absorvido pelo enorme poder aquisitivo de suas zonas agrícolas. O mesmo ocorre nos Estados Unidos; que têm, dentro de seu próprio território, o maior mercado de consumo da produção de suas fábricas.

À luz dêsses fatos e ensinamentos, apreende-se a certeza de que nenhum país ou parte dêsse país poderá industrializar-se, sem haver fortalecido e aperfeiçoado suas fontes de produção agropecuária. Fontes de produção que deverão fornecer o primeiro e mais amplo mercado ao consumo do que se fabrique em seus centros industriais.

Agricultura, indústria e comércio — e aqui me refiro ao comércio exterior, notadamente de mercadorias acabadas — são etapas progressivas, por meio das quais cada país avança no sentido de libertar-se da condição de subdesenvolvido. Na realidade, os países desenvolvidos é que se projetam, constantemente, no campo industrial. Não é a industrialização, como operação de superfície, que leva as nações ao pleno desenvolvimento. Todos os países que atingiram êsse elevado estágio, excluídos os que enriqueceram pela pilha-

gem e pelo roubo, praticados contra regiões sem qualquer capacidade defensiva, apoiaram sua superestrutura industrial numa poderosa infra-estrutura agropecuária.

Esses raciocínios complementares do conceito de subdesenvolvimento visam a desautorizar e neutralizar certas veleidades, que ambicionam empreendimentos industriais de alta envergadura, em áreas do país como a Amazônia e o próprio Nordeste, ambos ainda sem qualquer preparação para êsse salto de acrobata, que precisa ter, para ampará-lo, a rede segura e viva de uma estrutura agropecuária, que se aproxime da que lograram construir o Estado de S. Paulo e algumas zonas privilegiadas do Brasil meridional.

## A AMAZÔNIA NA GEOGRAFIA DA FOME

Um dos aspectos mais chocantes da economia amazônica tem sido a incapacidade de seus habitantes, no que respeita à produção de alimentos para seu próprio sustento.

A preponderância da caça e da pesca na composição da dieta alimentar do sertanejo amazônico, com a contrapartida da importação do restante de que necessita para complementação dessa dieta, ainda é traço marcante na região. Já em 1899, o comandante Todd, do navio norte-americano "Wilmington", citado por Osborne, informava que "a necessidade mais premente do vale amazônico é a de alimentos para a população. Nos vilarejos situados ao longo das margens dos rios, é quase impossível obter carne, verduras ou frutas de qualquer espécie e seus habitantes contam, para sua subsistência, quase que unicamente com o pescado dos rios, farinha de mandioca e alimentos enlatados".

Refletindo êsse remoto e sempre atual panorama, Felisberto de Camargo, certamente uma das maiores autoridades brasileiras em assuntos relacionados com a geo-economia regional, confessava no plenário da ONU, em 1948, que "as populações da região (Amazônia) eram incapazes de alimentar-se a si mesmas e, muito menos, de oferecer excedentes para um mundo faminto".

Seria essa incapacidade simples contingência ou herança do extrativismo, ou resultaria de fatores ecológicos desfavoráveis à agricultura de alimentação?

Opto pela primeira hipótese. Os solos regionais, embora medíocres, em quase tôda a Amazônia, porém com freqüentes manchas de alta fertilidade, a exemplo do planalto de Santarém, das elevações de Alenquer,

das várzeas dos rios de águas amarelas, não são responsáveis pela carência de produção alimentar, em cereais, legumes e tubérculos. Mesmo os solos de terra firme, vestidos por finas camadas de húmus, são passíveis de mobilização para a agricultura de pequeno ciclo, de que constituem exemplos convincentes os resultados obtidos por colonos japoneses nos arredores de Manaus (estrada Br-17 e estrada Manaus- Manacapuru).

O próprio sr. Felisberto de Camargo, quando diretor do Instituto Agrônomo do Norte, usando técnicas adequadas, realizou milagres nas terras inferiores dos arredores de Belém. Isto sem contar seus notáveis experimentos no setor da pecuária, tão importante ou mais importante do que a produção cerealífera, para garantir a subsistência do homem que ocupa ou que venha a ocupar a Amazônia. Deve-se a esse abalizado técnico o desenvolvimento da criação do búfalo nas terras encharcadas das várzeas, a introdução de variedades de capins perenes nas terras secas e, por último, o episódio novelesco que foi a incorporação do Red-Shin aos plantéis nacionais, como raça mais indicada, com vista à implantação, na Amazônia, da grande pecuária leiteira e de corte.

Aceitas aquelas razões de ordem cultural, vinculadas à tradição extrativista, e desmentida a incapacidade dos solos regionais, para responderem às demandas de alimentos para suas populações, o que resta fazer é iniciar um processo de reeducação e de esclarecimento, de sorte a modificar o comportamento do homem em relação ao meio físico, para libertá-lo do estado de subnutrição em que tem permanecido, por sua própria culpa, pela incompetência dos governos regionais, divorciados do problema e, em grande parte, pela falta de estabelecimento das normas alimentares, que devem ser praticadas em consonância com os recursos que a região pode assegurar.

Por outro lado, os problemas relacionados com a nutrição jamais mereceram, em nosso país, a necessá-

ria atenção. Sempre foram tratados, pelos especialistas na matéria, de forma superficial e, sobretudo, sem a anterioridade da pesquisa e da avaliação de fatores que deveriam condicioná-los.

Têm sido desprezadas premissas de fundamental importância, na composição dos cardápios e dietas, que deveriam constituir o **optimum** da alimentação do povo brasileiro, em termos de calorias e da forma econômica de obtê-las, dentro do quadro de nossa produção alimentar.

A geografia, a etnografia e a ecologia devem ser havidas como elementos de base na formulação daquelas dietas, tendo em vista:

- a) que somos um subgrupo racial de 65 000 000 de indivíduos das mais diferentes origens étnicas — do oborígene e do africano, ancestralmente comedores de carne de animais selvagens, de peixes e de tubérculos, aos nitidamente arianos, nutridos, em suas pátrias de origem, com o trigo, as frutas e os legumes dos climas frios ou temperados, onde o vinho de uva substitui a água pura dos córregos;
- b) que êsses 65 milhões de habitantes ocupam uma base física, que se estende entre os paralelos 5 e 34°, ao norte e ao sul do equador;
- c) que a êsse lançamento geográfico corresponde uma acentuada diversidade de climas, de vegetação, de produção, formas de atividade e estilos de vida;
- d) que a semelhante diversidade de ascendência racial corresponde marcante antagonismo de culturas, no conceito sociológico do vocábulo, implicando comportamento e hábitos alimentares diferentes, nada obstante o denominador comum do idioma, das crenças e do conceito de pátria.

Origens étnicas, tipos de cultura, localização geográfica, contingências ecológicas e gênero de ocupação,

distantes e heterogêneos, não poderão nunca se compadecer com o estabelecimento de um padrão uniforme e simplista de alimentação, capaz de proporcionar ao habitante do Brasil, genêricamente, o teor de calorias de que cada grupo necessita, para manutenção de seu equilíbrio orgânico.

Isso pode admitir-se em relação a países como a França, a Holanda, a Suíça, Portugal, Inglaterra e os próprios Estados Unidos, cujo lançamento geográfico — Leste e Oeste — lhe assegura uma acentuada homogeneidade climática e cultural. No Brasil, onde se pode estabelecer nada menos de meia dúzia de denominações sociais e ecológicas, perfeitamente caracterizados, já não se tornam admissíveis normas alimentares idênticas ou homogêneas, tanto no que concerne aos índices de calorias como no que respeita à forma de obtê-los.

O homem da Amazônia não dispõe das mesmas fontes de alimentação de que se socorrem os sertanejos do nordeste, os habitantes do litoral, os moradores das grandes metrópoles do centro, leste e sul, as populações do Paraná e Santa Catarina e os gaúchos da fronteira meridional. Para cada uma dessas faixas e em função da natureza de suas atividades, das médias termométricas ali ocorrentes e da natureza de sua produção agropecuária, faz-se necessário um regime dietético específico.

As populações da hinterlândia amazônica, domiciliadas, em sua maior parte, nas margens dos rios, lagos, igarapés e paranás, têm, como base alimentar, o peixe e a farinha de mandioca, a que se associam o arroz e o feijão, de suas próprias lavouras, ou importados do sul, como dos limitados distritos agrícolas localizados na região, a exemplo da área bragantina. Ainda se incorporam ao seu cardápio rotineiro tubérculos e frutas regionais. Sendo escassa a população bovina quase toda destinada ao consumo das duas metrópoles — Manaus e Belém — representa o pescado sua principal e quase única fonte de suprimento de proteínas. Excluem-se

dêsse regime a parte do território do Rio Branco e a ilha de Marajó, onde se encontram os maiores rebanhos da área.

Igualmente, nos dois citados centros urbanos, de um modo geral, o grosso da população se socorre da mesma composição alimentar, embora dispondo de razoável quantidade de carne bovina e de outros produtos de nutrição, importados do Sul, sob a forma de conservas.

Inquéritos da FAO, citados por Lacoste, revelam que 70% da população mundial dispõem de menos de 2 500 calorias, e 24% de menos 2 000 calorias, situando-se o Brasil entre êsses dois termos. Diz, ainda, Lacoste, que não apenas a quantidade de alimentos é aspecto a considerar. "O corpo humano pede certa variedade alimentar e, sobretudo, a absorção de elementos "protetores" da saúde: produtos animais fornecedores de proteínas, sais minerais e vitaminas. Daí porque os regimes alimentares, que se afiguram relativamente copiosos, podem apresentar uma insuficiência qualitativa, muito grave, que se traduz em perigosas moléstias de carência". Isto justifica concluir-se que o fantasma da subnutrição na Amazônia e sua descategorização na geografia da fome podem ser eliminados desde que se formule um cardápio com a soma de calorias cientificamente calculada, buscando a fonte dessas calorias nos alimentos de origem vegetal e animal, que seus solos e suas águas produzem com apreciável abundância.

A complementação dessa providência consistirá num processo intensivo de orientação e educação populares, ensinando cada um a alimentar-se adequadamente, usando com propriedade os recursos de que dispõe ou poderá dispor, respeitada a função condicionadora do seu próprio meio ecológico.

À luz dêsses dados e raciocínios é que deveria ser atacado o problema de nutrição das populações da Amazônia. Os fatores que determinam a escassez de alimentação na região são especificamente de natureza cultural. Resultam do não aproveitamento ou da utili-

zação inadequada de seus solos e de suas abundantes reservas ictiológicas. Não derivam de contingências geográficas como nas zonas castigadas pelas sécas. Para libertá-la dos efeitos da subnutrição, excluindo-a da área da fome, segundo as delimitações de Josué de Castro, cumpre levar o homem que nela habita, libertado da mística do extrativismo, ao exercício de atividades agropecuárias, para as quais existem condições perfeitamente favoráveis em todos os quadrantes da região.

## A AMAZÔNIA NA ECONOMIA MUNDIAL

A civilização contemporânea tem sua infra-estrutura apoiada, em larga escala, na utilização de matérias-primas e produtos de alimentação originários dos países situados nas áreas tropicais e, notadamente, no cinturão equatorial.

Borracha, madeiras, óleos vegetais comestíveis ou lubrificantes, fibras, alimentos de alto valor nutritivo, como açúcar, cacau, várias espécies de amêndoas, frutas de mesa (laranja, abacaxi, abacate), extensa lista de minérios, cereais, com preponderância do arroz, representam parcela da enorme contribuição que os solos das regiões úmidas e quentes oferecem à manutenção dos altos padrões de vida de todos os países abaixo e acima dos trópicos de Câncer e de Capricórnio.

Foi a luta por essas matérias-primas essenciais e produtos de alimentação que deu ênfase ao colonialismo no fim do século passado. Para obter o domínio de suas fontes de abastecimento, tendo, em contrapartida, apreciáveis mercados de consumo para produtos industrializados, países e povos foram submetidos a pressões e violências de toda ordem, conquistados, dominados e subordinados à mais completa vassalagem política e econômica.

Somente ao término da segunda grande guerra é que essas áreas escravizadas iniciaram a marcha para a reconquista de sua independência ou autogoverno, num processo freqüentemente marcado por sangrentos entrechoques.

O quadro multiforme desses acontecimentos políticos e militares vale por irrecusável testemunho da importância econômica das regiões intertropicais, em razão do contingente de matérias-primas e alimentos

necessários à segurança e à sobrevivência dos países, cujos territórios não possuem características semelhantes.

A análise desses fatos nos leva a considerar a posição incomum de que se privilegia o Brasil, como única nação de grandes dimensões físicas e crescente potencial demográfico, quase totalmente confinada na zona de frequência daqueles produtos essenciais. Nação que deve a invulnerabilidade de sua extensa base física à sabedoria política das côrtes portuguesas, sempre atentas em evitar a formação de nódulos regionais, que pudessem determinar o seu fracionamento em pequenas nações, a exemplo do que ocorreu com a América Espanhola.

Com a posse de territórios em pleno cinturão equatorial, tem o Brasil, na área amazônica, suas próprias fontes de abastecimento daquelas valiosas matérias-primas. E, utilizando-as, poderá realizar, para seu consumo e para o gasto das nações que foram despojadas de suas colônias na Ásia e na África, a produção nacional de um grande número de mercadorias, que nenhum outro país de sua estatura política logrará conseguir sem recorrer a investimentos fora de seus próprios limites geográficos.

Esta poderosa arma econômica, que justificou a assertiva de que qualquer nação de segunda ordem, com a posse da Amazônia, se converteria em potência de categoria está ainda por ser mobilizada, na extensão que venha a confirmar essa indesmentível previsão.

Lamentavelmente, a política econômica do governo federal, agravada com a abulia e a incompetência generalizadas das administrações estaduais, não tem caminhado no sentido da utilização desse potencial, preferindo manter a área amazônica naquele estamento de colonialismo doméstico a que me referi, usufruindo os benefícios ocasionais e transitórios da exportação de seus produtos espontâneos (borracha, castanha, peles silvestres, essência de pau-rosa, etc.) e da venda ao sul do país, na medida do estritamente necessário ao consumo de suas indústrias, de outros produtos, a

exemplo das madeiras, da mesma borracha (no presente estágio do desenvolvimento da indústria automobilística), das fibras de juta e uaicima, do guaraná e da pimenta-do-reino, resultantes dos únicos e limitados empreendimentos agrícolas existentes na região.

De tal sorte que, ainda hoje, a Amazônia apresenta índices inexpressivos de desenvolvimento, com a contrapartida de um balanço de pagamentos deficitário de mais de um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, conforme a análise de seu panorama econômico, publicado em "Desenvolvimento e Conjuntura", de outubro de 1957, por onde se constata que a Nação contribuiu com Cr\$ 1 675 900 000 00, através de verbas para o custeio de serviços públicos e das dotações da SPVEA, do Fundo Rodoviário, do Imposto de Renda, etc., para cobertura desse desnível.

Por outro lado, o retardamento na ocupação e mobilização da Amazônia oferece a grave conseqüência de haver transferido o problema para uma época evidentemente menos favorável, porque teremos de enfrentar, nessa altura, a competição de cêrca de vinte novos países confinados entre os mesmos paralelos, e, por dedução, com idêntica escala de produtos a colocar nos mercados mundiais.

## DESCAPITALIZAÇÃO

Em floreios nitidamente acadêmicos, fala-se em descapitalização da Amazônia, face à incapacidade notória que impede seus homens-de-empresa e, de modo geral, todos os seus habitantes, de se lançarem em realizações agrárias ou industriais, que exijam investimentos, mesmo de pequeno vulto.

Procura-se comprovar essa descapitalização, que parte de quando foi perdida a hegemonia mundial da borracha, com o fato de contribuir a União, anualmente, com recursos da ordem de 65% da renda territorial das unidades que integram a Amazônia, para prover ao equilíbrio de seu balanço de pagamentos.

Se considerarmos o fenômeno **capitalização**, em termos puramente monetários, implicando a existência de saldos entre o que se produz e o que se consome, entre o que se exporta e o que se importa, a conclusão é pacífica, porquanto é isto mesmo o que vem acontecendo.

Do momento, porém, em que se empreste ao vocábulo **capitalização** o sentido de acumulação de bens ou riquezas de natureza concreta, representados por valores reprodutivos, sobretudo fundiários, em como se expressa o patrimônio de outras unidades da Federação, marcha-se para a conclusão de que, na Amazônia, nunca houve essa acumulação a não ser a representada por investimentos urbanos, nas duas metrópoles regionais e em algumas cidades do interior.

Teria havido real capitalização se, no período dos lucros fáceis, proporcionados pelo extrativismo da borracha, fôssem estes aplicados na implantação de sólida

infra-estrutura econômica que, sob o impacto da perda de substância desse produto, estivesse gerando o empobrecimento coletivo.

A capitalização de que se origina a prosperidade de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e, mais recentemente, Paraná, resulta do reinvestimento dos lucros proporcionados pela comercialização do café, do cacau, do gado, do açúcar e de outros produtos, na mobilização de novas áreas de produção das referidas riquezas, cuja acumulação permitiu o encaminhamento desses Estados para o campo das indústrias, que está a um passo das fronteiras entre o desenvolvido e o subdesenvolvido.

Na Amazônia não ocorreu idêntico episódio. Não se processaram aqueles investimentos em plantações definitivas de seringais e castanhais, nem se ampliaram as áreas de pastoreio. Nenhuma das atividades extra-urbanas foi marcada por esse sentido de capitalização ou da acumulação de bens, da fixação reprodutiva de poupanças, que asseguraram àquelas unidades a relativa solidez econômica, de que hoje se beneficiam. E onde não houve capitalização, não pode haver, obviamente, descapitalização. A menos que aquela pretendida descapitalização se traduza na diminuição dos próprios cabedais nativos — a fauna terrestre e fluvial, as ocorrências de árvores de caucho, de balata, de gomas não-elásticas (sôrva, maçaranduba, etc.), produtoras do linalol (pau-rosa), que foram e continuam sendo destruídas pelo homem, na prática do extrativismo desordenado e empírico.

Por outro lado, na presente conjuntura, o considerável volume de mão-de-obra que se desloca dos seringais, fixando-se nas várzeas do Médio e do Baixo Amazonas, onde já se domiciliara uma população de agricultores tradicionais, ali se dedicando à lavoura de pequeno ciclo, de nenhum modo tem contribuído para a sedimentação de capitais, que lhes permitam avançar econômica e socialmente. Não se exclui desse quadro a própria lavoura da juta, cujos excelentes rendimentos não lograram construir um simples alpendre de al-

venaria em suas áreas de produção. Isto porque, no plano das atividades agrárias, só se manifesta o processo de capitalização através de culturas de longo ciclo, ou da implantação de fazendas de gado, de que são exemplos altamente edificantes a cultura do café nos Estados meridionais e a pecuária de grande porte, no Centro-Oeste e no Rio Grande do Sul. Por onde se terá de concluir, inexoravelmente, que o fenômeno da **capitalização** na Amazônia só poderá resultar da prática de culturas perenes ou arborícolas, cobrindo períodos de produtividade não inferiores a dez anos, de que é bonito exemplo a lavoura da pimenta-do-reino, nas cercanias de Belém e no próspero município de Tomé-Açu, também no Estado do Pará.

Sem que se promova a implantação de atividades agropecuárias racionais e evoluídas, à exemplo de como procederam os Estados que formam à vanguarda do desenvolvimento nacional, não começaremos a realizar poupanças, que nos habilitem a elevar o conteúdo financeiro da área, com definidas e benéficas repercussões em seu panorama social.

## DIMENSÃO GEOGRÁFICA — FATOR DE PREDOMÍNIO POLÍTICO

A ocupação da Amazônia, por meio da ampliação de sua cobertura demográfica, apóia-se em sólidas motivações de interêsse nacional. Tanto a inadiável necessidade de levar a presença do Brasil aos seus limites setentrionais e ocidentais, guarnecendo-os pacificamente, como a conveniência política de libertar a região de sua perigosa característica de espaço vazio, acicatando o apetite de outras nações, constituem argumentos que dispensam a dialética de uma justificação mais profunda.

A nação precisa, todavia, levar em consideração um terceiro argumento que, por sua importância e decisiva inflexão nos destinos do país, se sobrepõe a tudo quanto se possa invocar, com vista a levar os poderes públicos a uma tomada de posição mais definida, com relação a êsse empreendimento.

Ultrapassada a era dos impérios coloniais que serviram de alicerce ao engrandecimento, em poderio econômico, militar e político, dos países cujas soberanias marcam a história dos últimos cem anos, é curial admitir-se que apenas sobreviverão, com êsse título de predominância, as nações que dispuserem de larga base física, a exemplo dos Estados Unidos, da Rússia e da China. Nenhum país terá destino de grandeza, no panorama mundial de amanhã, sem que sua área territorial apresente dimensões equivalentes às daquelas três potências. E, no presente momento, somente o Brasil, Índia, o Canadá e Austrália se encontram em condições de aspirar a essa invejável situação.

Aos 22 000 000 km<sup>2</sup> da Rússia, aos 11 000 000 km<sup>2</sup> da China e aos 9 330 000 km<sup>2</sup> dos EE. UU., devem contrapor-se os 8 513 844 km<sup>2</sup> do Brasil, os..... 4 735 000 km<sup>2</sup> da Índia, os 9 500 000 km<sup>2</sup> do Canadá e os 7 640 000 km<sup>2</sup> da Austrália.

Mencione-se, ainda, um fato de real importância, para efeito da avaliação do território nacional, em confrontação com a área dos demais países, que é o da plenitude de seu aproveitamento. Enquanto a Rússia e o Canadá possuem grandes áreas acima do paralelo 20°, confinantes com o Círculo Polar Ártico, o que vale dizer inabitáveis, e os EE.UU. e a China têm vastas regiões áridas e desertas, nosso país se privilegia com a possibilidade de utilização total de seus solos.

Ora, contribuindo a Amazônia, e vale, para efeito deste raciocínio, admitir-se sua área legal, com cerca de 5 000 000 de quilômetros quadrados, para que o Brasil possua dimensões geográficas que permitam situá-lo, futuramente, entre as cinco maiores nações do mundo, é óbvio que a perda, pura e simples, ou a internacionalização, total ou parcial, desse imenso território o desclassificará, irremediavelmente, para a disputa daquela situação de predomínio internacional. Nossos justos sonhos de grandeza futura não teriam mais sentido, restando-nos, apenas, ambicionar posição caudatária, em consonância com os 3 500 000 km<sup>2</sup> que ficariam reservados à soberania do pavilhão brasileiro.

Na presente conjuntura internacional, de realidades brutais e incontroláveis, onde os interesses universais se sobrepõem aos de configuração nacional, da mesma forma que estes ganham prioridade sobre as ambições e as reivindicações regionais, há que ponderar-se, corajosamente, aquela desagradável hipótese. No cálculo das previsões sobre o futuro do país, não devem ser admitidos, apenas, fatores de atuação favorável, mas, implicitamente, aqueles de conteúdo negativo, para que, no devido tempo, possamos arredá-los ou neutralizá-los.

Está visto que não somente o embasamento territorial é primeira condição para que um país se projete no panorama internacional. Sem um volume de população que se considere o **optimum** em relação ao território de sua soberania, não terá a estrutura nacional conseguido preparar-se para ascensão política, cultural e econômica de grandes dimensões.

Ainda no caso brasileiro, mantidas as dimensões físicas que o país apresenta desde que preservado seu domínio sobre a Amazônia, o crescimento quase explosivo de sua população é uma garantia de que rapidamente serão alcançados os dois termos desse binômio. Os destinos do Brasil se encontram, por conseguinte, estritamente ligados à preservação da integridade de seu território, na área de maior vulnerabilidade que é, evidentemente, o deserto amazônico. Sua perda implicaria renúncia àqueles objetivos de grandeza, com representar, simultaneamente, tremenda confissão de incapacidade para reter e honrar a impressionante herança que nos legaram nossos antepassados, através de séculos de trabalho, de bravura e de incomparável sagacidade política.

## A CIDADE E O SERTÃO

O que se disse a propósito do abandono do interior da Amazônia e do que foi a preocupação de suas administrações e de seus homens de empresa em aformosar e enriquecer as capitais dos dois Estados do extremo norte — Belém e Manaus — dotando-as de todos os atributos das modernas cidades do padrão europeu daqueles idos, não deve ser havido como formal condenação ao que se realizou nessas duas metrópoles, que monopolizavam (como ainda hoje monopolizam) o poderio econômico e político da região. Não poderia ser outro o seu comportamento, que refletia o caráter expedicionário e mercantilista, nessa altura e que, ainda hoje, é característica evidente.

A Amazônia do período de euforia da borracha não constituía tema de preocupação nacional, embora suas riquezas naturais, tendo como ponto alto esse produto, já despertassem manifestações discretas da ambição dos países colonialistas. Não se fazia presente, com a intensidade de que se reveste em nossos dias, o drama dos excedentes demográficos gritando por acomodação satisfatória. Data de menos de meio século a literatura que colocou esse problema em pauta na cogitação das esferas internacionais, alarmadas com o explosivo e incontrolável episódio da expansão demográfica mundial.

Não se pensava senão em multiplicar as toneladas de borracha que as fábricas da Europa e dos Estados Unidos reclamavam para seu suprimento. Borracha destinada à fabricação de centenas de milhares de pneumáticos e câmaras-de-ar com que se equipavam os veículos automotorizados. E, para essa operação, basta-

vam os dois grandes entrepostos de arrecadação e expedição, que demandavam, por sua vez, instalações portuárias, energia elétrica, telégrafo e o provimento de todos os requisitos essenciais à presença confortável das vanguardas do comércio importador dos países compradores, que mantinham, em Belém e Manaus, filiais de suas poderosas organizações. Era impressionante o cosmopolitismo das duas capitais, implicando estilos de vida que exigiam níveis de conforto, que nenhuma outra capital lograra obter com tão extraordinária rapidez.

Esse conjunto de circunstâncias, embora tendo como contrapartida o desinteresse pela hinterlândia armou a região com dois notáveis centros culturais, dispondo de universidades, hospitais, hotéis, serviços de utilidade pública, aeroportos, imprensa escrita e falada, estabelecimentos industriais e material humano de boa qualidade, valendo, hoje, como sólidos pontos de apoio para execução da empresa de ocupação. O que foi, anteriormente, uma fronteira ultramarina, a serviço dos interesses das nações altamente industrializadas na busca de matérias-primas para suas necessidades, converteu-se em preciosa base de operação para a conquista do sertão amazônico. Conquista que não terá como objetivo a mobilização de riquezas naturais de superfície e de subsolo, porém visará a ocupá-lo, domesticá-lo e convertê-lo em espaço onde a soberania brasileira deixará de afirmar-se apenas através de símbolos sobre mapas ou de convênios internacionais, para definir-se, concretamente, por meio da presença do homem brasileiro em suas mais remotas distâncias.

Do que seria uma contingência maléfica bem poderá resultar um inestimável auxílio à execução do empreendimento intransferível a que a Nação se dedica, no empenho de preservar seu domínio nesta grande área do Brasil setentrional.

## MUNICÍPIO — CÉLULA-MATER

Os teóricos do municipalismo, por decerto, não encontrarão motivos de entusiasmo nem mesmo clima para sua pregação ideológica, no polígono amazônico. Sua doutrinação, sempre transbordante de conteúdo humano, não lograria pontos de refração, lembrando ondas sonoras que rolassem num vazio, sem limites e sem obstáculos.

Não tenho uma conceituação clássica da figura política do município em que me possa louvar. Quero crer, entretanto, que sua constituição, como unidade político-administrativa autônoma, decorre da presença de fatores geográficos, econômicos e sociais, convergindo num mesmo sentido. Enquanto a geografia, em função das vias de comunicação, da presença de relevos e cursos d'água criando limites naturais, lhe configura a base física, a aglutinação de interesses econômicos e a existência de vínculos sociais completam a integração geo-sócio-econômica, que o deve caracterizar. Assim, surgiram ou devem ter surgido os municípios em que se divide o território do país.

No caso particular da Amazônia, o processo de formação municipal nem sempre obedeceu a esse conjunto de circunstâncias. Aqui, o município, na quase totalidade dos casos, possui somente uma vaga caracterização geográfica. Não preenche, ressalvadas algumas exceções, as demais condições historicamente necessárias para sua existência. Definem-se, apenas, pela presença de determinados adensamentos populacionais, povoados, vilas ou cidades, que funcionaram como único argumento para sua criação. Esses núcleos populacionais, por sua vez, quase não têm vinculações econômicas e sociais com o restante do território comunal,

cujo intercâmbio de pessoas e mercadorias se processa, diretamente, com os principais centros consumidores e exportadores da região, que são, pela ordem de grandeza, Belém, Manaus, Santarém e Itacoatiara, além das sedes dos governos territoriais.

Será supérfluo afirmar que semelhante panorama não poderia militar senão no sentido da estagnação e do atraso daqueles núcleos, que não recebem qualquer influxo de dinamização das áreas que lhes são subordinadas politicamente, nem funcionam, como seria de supor, como agentes de irradiação de progresso em benefício dessas mesmas áreas.

Nada obstante essa descaracterização das sedes de quase tôdas as circunscrições municipais da Amazônia, representam elas valiosas cabeças-de-ponte para a conquista e domínio da hinterlândia, desde que mobilizadas e integradas num plano que vise à ocupação progressiva de seu **back-ground** territorial. Poderão funcionar como excelentes bases de operação, de onde serão lançados caminhos de penetração rumo às áreas centrais desabitadas e incultas.

Dentro do espírito que norteia as caminhadas em busca dos produtos espontâneos da região, comandadas pelas facilidades de acesso e de fuga, é que as sedes dos municípios foram plantadas, na sua quase totalidade, às margens dos rios navegáveis. Quase tôdas as comunas em que se fragmenta a Amazônia têm suas capitais situadas nessas condições. Poucas fogem a semelhante contingência.

Essa localização generalizada dos centros de governo dos municípios fundamenta a tese de sua utilização como ponto de partida para a empresa de ocupação e desbravamento do sertão amazônico. Nenhum instrumento melhor do que os grupamentos populacionais já instalados poderá existir para a tarefa de levar a presença humana aos seus sertões, em plena e desafiadora virgindade. Sòmente por seu intermédio se poderá iniciar e continuar a ampliação da cobertura demográfica da região. E, sòmente assim, deixará o

município de ser, aqui, mera ficção política, para converter-se, em futuro, evidentemente remoto, naquela célula-mater da mística municipalista.

## CONCEITO DE INFRA-ESTRUTURA

Os dicionários esclarecem que infra-estrutura é a parte inferior de uma estrutura, aquela destinada a suportar a parte superior ou de superfície, denominada superestrutura. Trata-se, evidentemente, de vocábulo pertencente à nomenclatura da engenharia civil, onde define o que é alicerce ou arcabouço na construção de prédios, rodovias, pontes e demais trabalhos dessa natureza.

A economia, como ciência, buscando expressões que definissem, com maior precisão, o que é ou deve ser básico nos seus postulados e fórmulas, incorporou o termo à sua literatura técnica ou simplesmente descritiva.

Não é tarefa difícil qualificar-se o que é e o que não é infra-estrutural em qualquer trabalho desse ramo de ciência aplicada. O mesmo, entretanto, não acontece em se tratando do nômene ou do fenômeno econômico, onde o que é, em determinadas circunstâncias, operação de superestrutura, isto é, de superfície, passa a constituir parte essencial ou de base na construção ou consolidação do processo sócio-econômico.

Para melhor compreensão do enunciado, vale exemplificar com o que ocorre nos planos do desenvolvimento nacional, em sua área de maior concentração demográfica e expansão industrial e na região amazônica, que se quer ocupar, povoar e mobilizar.

No primeiro caso, considerando o avanço já realizado em quase todos os setores econômicos, dispendo de sistemas ferroviários e rodoviários razoavelmente desenvolvidos, em plena marcha para a industrialização intensiva, onde a barreira do subdesenvolvimento já foi transposta, ou o será em pouco tempo, o infra-estrutural é representado, sobretudo, pela implantação de

indústrias de base, como a siderúrgica, a de álcalis, de adubos, de automotores, de veículos ferroviários e muitas outras, destinadas ao apoio das inúmeras e diversificadas indústrias de acabamento, à expansão e aprimoramento da agricultura, aos serviços de circulação de pessoas e mercadorias..

No que concerne à Amazônia, o infra-estrutural não será nenhum daqueles empreendimentos. Não serão fábricas de cimento, de papel, para a extração e refinamento de metais, de soda cáustica, de ácidos e de muitos outros produtos essenciais ao suprimento de um considerável parque industrial. Aqui, o infra-estrutural se reduz às bases de operação onde se possa apoiar a empresa de ocupação e domesticação da grande área, vazia de conteúdo humano e, por isso mesmo, de iniciativas nos planos agrícola e industrial.

Esse ponto de apoio a ser dado ao homem e à ação governamental, para que se desdobre a magna empresa de mobilização da Amazônia, é representado por um conjunto de instalações, em lugares adequados, de equipamentos essenciais ao conforto, à segurança e à satisfação espiritual dos grupos humanos, aos quais se deve atribuir a execução daquela ousada tarefa.

Na presente conjuntura, para a transferência de contingentes de um país, onde há excedentes demográficos, para outro que necessita de material humano, destinado a acelerar o seu desenvolvimento, a operação de emigração se condiciona a certo conjunto de exigências que assegurem aos imigrantes, em seu novo domicílio, situação definida de conforto e segurança, quase sempre superior à desfrutada por eles em sua pátria de origem, sejam esses imigrantes japoneses, espanhóis, chineses ou italianos. Resulta desse fato a incriminação do melhor tratamento dispensado pelo governo aos ádvenas em relação aos nacionais, deslocados de uma para outra região do país.

O episódio ocorre, normalmente, em se tratando da obtenção da mão-de-obra comum ou não classificada. Em se tratando de elementos mais categorizados, quando é a iniciativa privada que requisita contribuição

de **know-how**, o aliciamento de técnicos se subordina a formas de garantias ainda mais definidas. Para atender ao chamado, querem eles saber se, no local onde vão instalar-se e permanecer, podem contar com hotéis, escolas e hospitais; se as cidades, vilas, povoados, onde deverão fixar-se, já se encontram providos de iluminação elétrica, abastecimento de água, esgotos, centros de diversão, sistema de comunicação e transporte e outros elementos de civilização e conforto, sem os quais não se deslocam, mesmo regularmente remunerados, de seus domicílios no exterior.

Em tais casos, passam a ser infra-estruturais, para esse fim específico, hotéis, escolas, hospitais, armazéns portuários, cais de acostamento, serviços de abastecimento de água e de luz, esgotos e casas de diversão, que devem ser construídos e equipados naqueles pontos preferenciais que, operando como pontas-de-lança, deverão projetar sobre o interior desconhecido a marcha de ocupação.

Numa reformulação dos planos de ação do governo, visando a esse objetivo intransferível, a caracterização do que é, presentemente, infra-estrutural na Amazônia estabelece uma relação de valores inteiramente nova, que não deve ser desprezada.

## A VERDADEIRA POSSE ÚTIL DA AMAZÔNIA

A utilização da Amazônia, como capítulo de história econômica, implica, necessariamente, ocupação, domesticação e humanização progressivas de seu vasto e diversificado território.

Ocupação, domesticação e humanização, que terão de apoiar-se no trinômio homem, solo e técnica, harmonizados e encaminhados no sentido da gestação de riquezas e não do simples aproveitamento dos chamados recursos naturais, que essa área tropical agasalha. Ocupação, domesticação e humanização, determinando radical metamorfose no comportamento dos escassos estoques humanos que para aqui foram atraídos pelo histórico *rush* da borracha. Seria a doutrina do *uti possidetis* aplicada na plenitude de seu conteúdo.

Não contribui, com efeito, para efetivação dessa posse, a penetração esporádica de seu território, na busca incessante dos chamados aproveitamentos florestais. Penetração que apenas semeou, por quase toda a extensão marginal de seus rios, lagos e paranás, a presença humana, em condições extremamente precárias e inconsistentes, e o direito de propriedade ou de posse, traçando um infinito cordão de isolamento, a impedir o acesso às imensas extensões de terra que ficam por detrás desses domínios de beira d'água. Nem tampouco a existência de sequestros populacionais, indicando, simbolicamente, a sede de um município, ou marcando uma exploração seringalística.

Manaus e Belém, plantadas na imensidão do mundo florestal amazônico, como clareiras de civilização, não invalidam a tese. Ambas foram reflexos de conjuntura excepcional: a vertiginosa ampliação do campo de aplicação industrial da borracha, quando somente

esta região detinha o privilégio de produzi-la. Cessado o monopólio, pela domesticação da seringueira e sua multiplicação no equador asiático, sobreveio uma parada no desenvolvimento desses dois entrepostos de comercialização da goma elástica. Buscaram-se, para reanimá-los, novas fontes de matérias-primas naturais, diversificando-se o extrativismo. Exportando castanha, madeiras, sôrva, piaçava, peles silvestres, óleos vegetais, peixes secos, cumaru, balata e alimentados por substanciais contribuições financeiras da União, diretamente ou através dos serviços públicos federais, conseguiram esses dois centros urbanos recuperar o primitivo ritmo de crescimento.

Observa-se, entretanto, que a Amazônia, a despeito do brilho e da riqueza, real ou aparente, de suas duas metrópoles, permanece selvagem e despovoada. Suas populações, fora dos limites urbanos daqueles dois centros, apresentam condições de vida do mais baixo nível, fixados, com absoluta fidelidade, por Charles Wagley, em seu ensaio de antropologia social — “Uma Comunidade Amazônica”.

É óbvio que a verdadeira posse útil da Amazônia impõe a dinamização dessa área, tanto no interesse das gentes que a ocupam como para efeito de alargamento das dimensões econômicas do país, fortalecendo sua projeção no plano internacional. E não foi com outros objetivos que o Parlamento Nacional se deixou sensibilizar pela palavra luminosa de Leopoldo Peres, quando propôs e logrou fazer consignar no estatuto constitucional de 1946, o abandono de 3% da receita tributária do país, para aplicação específica na região amazônica, visando à mobilização de seus recursos materiais e humanos.

Seria essa medida o instrumento adequado a empresa de tão largas proporções, desde que conduzida sem as distorções que sofreu e vem suportando por força de injunções políticas e pelo desconhecimento dos fatores visíveis ou imponderáveis, que deveriam norteá-la.

## PAUSA DE ESPERA

Muitos alimentam a suposição de que a Amazônia, recebendo os influxos dinamizadores do capital, da técnica e de abundantes correntes imigratórias, poderá converter-se, rapidamente, em opulento império econômico, trepidante de civilização e de riqueza. Daí a ênfase com que se fala em mobilização da Amazônia, embora não exista definição da natureza e da extensão desse fato. É também comum ouvir-se falar numa nova Amazônia, em celeiro do mundo e na capacidade de poder essa região transformar-se, de imediato, em poderoso instrumento de recuperação financeira do país. Afirma-se, em apoio dessa tese, que o suposto abandono da Amazônia pelos poderes públicos federais é o só e imperdoável responsável pela tardança de tão notável acontecimento, que, uma vez verificado, faria capítulo na história do Brasil, do continente e do mundo.

De cabeça fria e pés colados ao chão, procuro descobrir até que ponto semelhante idéia se ajusta à realidade, aos princípios biológicos, sociológicos e econômicos, que têm regido, acelerando ou retardando, o desenvolvimento de qualquer nação. Em todos ou quase todos os casos, descubro a presença daquilo que se chama evolução, não existindo a contrapartida da revolução, a não ser em uma ou outra área do globo, de reduzidas dimensões físicas.

Encontra-se, em todos os casos, a poeira dos séculos, sedimentando e consolidando tôdas as estruturas nacionais, que se apresentam, contemporaneamente, como modelos de avanço econômico, técnico, social e político. Em nenhum, improvisação ou revolução. Em nenhum, o milagre, puro e simples, da multiplica-

ção dos pães e dos peixes. Em todos, porém, acumulação sucessiva e paciente de conquistas realizadas, a duras penas, em todos os planos da experiência humana. Em todos, o fator homem, aliado ao fator tempo, mais do que qualquer outro agente, natural ou conjuntural, tem sido o material com que se edificaram as grandes nações e se moldaram suas avançadas culturas. Como admitir, por conseguinte, que uma Amazônia capaz de ombrear com outras áreas civilizadas e prósperas, possa ser improvisada, da noite para o dia, ou em duas ou três gerações, simplesmente acionada pelo favor dos poderes públicos e pelos gestos e palavras impregnadas de ufanismo, proferidas no fervor demagógico das campanhas político-partidárias?

Não precisamos ir muito longe para admitir uma longa pausa de espera, longa talvez de mais de 200 anos, até que a Amazônia apresente aquela paisagem utópica, visionada pelos comentaristas de suas virtuosidades e riquezas. Nosso próprio país é, nessa ordem de idéias, exemplo edificante e indesmentível. Foram necessários 300 anos de sedimentação de trabalho, de lutas pelo domínio do meio físico, de ajuda material e humana de povos e de culturas mais antigas e avançadas, para que os dois e meio milhões de quilômetros quadrados que integram o Brasil desenvolvido e, agora, parcialmente industrializado, alcançassem os níveis sociais e de relativa riqueza de que hoje se beneficiam. Foi preciso que essa parte do Brasil meridional e do leste atlântico atingisse o razoável índice demográfico da ordem de 50 milhões de habitantes, para que adquirisse forma e consistência a civilização que ora a destaca na paisagem continental.

Tenha-se, demais, em presença que, nesses tratos do território nacional, prevaleciam e prevalecem melhores condições de clima, do mesmo passo que países fornecedores de mão-de-obra (Itália, Portugal e Espanha) sentiam, contemporaneamente, necessidade de reduzir suas populações, menos por força de pressão demográfica do que pelas dificuldades econômicas que os afligiam. Essas duas circunstâncias indicam que,

para aumentar a cobertura demográfica da região, condição de base para seu desenvolvimento, quase que só se deve contar com o crescimento vegetativo de sua atual população.

Como aceitar, por conseguinte, que a Amazônia clássica, com seus 3 579 991 km<sup>2</sup> e 2 000 000 de habitantes, ou a Amazônia legal, medindo 5 057 490 km<sup>2</sup> e agasalhando 3 500 000 de almas, possa realizar, de um salto, aquilo que nós mesmos, brasileiros de outros quadrantes do país, levamos cêrca de 300 para alcançar?

Enorme dimensão física, ainda em plena virgindade, e ínfimo conteúdo demográfico, mesmo ajudados por todos os recursos tecnológicos atuais e por maciços investimentos monetários jamais poderão realizar o milagre e dispensar a presença, nem sempre agradável, do fator tempo, não contado em decênios ou lustros, mas, provavelmente, em têrmos de séculos.

Por outro lado, a extração da borracha e, de um modo geral, o extrativismo vegetal, na Amazônia, não logrou configurar e fixar uma cultura. Limitou-se a abrir clareiras nos sertões sem medida. A diluição e o afastamento dos núcleos de exploração seringalística e o nomadismo das restantes atividades florestais nem mesmo permitiram a formação de adensamentos populacionais novos e ativos, excluídos evidentemente, seus dois grandes entrepostos de comercialização. Todos os que existem na Amazônia são remanescentes dos períodos de catequese ou da busca de drogas do sertão, porque o extrativismo da borracha, por fôrça de seu mecanismo de comercialização, vinculou, definitivamente, cada seringal a um dos dois entrepostos de exportação — Manaus e Belém — ignorada, por completo, a existência de sedes municipais nas circunscrições políticas em que se encontravam.

Algo, entretanto, se poderá realizar, a curto e médio prazo, desde que se tenha o homem como objetivo principal e imediato e, como segundo capítulo da operação amazônica, o lançamento das fundações de uma

infra-estrutura sôbre a qual deverá ser plantada aquela civilização de dimensões continentais, que enforma as justas aspirações da coletividade brasileira. Para chegar até aí, há que se admitir longa e paciente pausa de espera.



SEGUNDA PARTE

**CONTEÚDO ECONÔMICO**



## PRODUÇÃO E RENDA

Abandonando o sentido meramente especulativo dos capítulos anteriores, onde foram alinhados e ponderados os principais fatores que deverão condicionar a ação dos poderes públicos e da iniciativa privada, quando se pretenda estender sôbre a Amazônia a presença do Brasil e convertê-la em instrumento de produção de riquezas, passa êste ensaio ao estudo do conteúdo econômico da região e formas de seu aproveitamento. Foi esclarecido, na sua primeira parte, que se elegeria como tema e espaço físico a Amazônia clássica, abrangendo áreas e populações, cujo processo de desenvolvimento foi, contemporaneamente, impulsionado pelo extrativismo da borracha.

Nessa Amazônia clássica se confinavam, originariamente, os Estados do Pará e do Amazonas e Territórios do norte de Mato Grosso alcançados pelos afluentes do rio Madeira, que serviam de escoadouro à sua produção de borracha para as cidades de Manaus e de Belém, como entrepostos de comercialização. Modificações posteriores na estrutura política dessas três unidades, implicando a criação de quatro territórios federais, lhe deram a presente divisão geográfica e administrativa, com as seguintes características de área e de conteúdo demográfico (I.B.G.E. — Anuário Estatístico — 1957):

	km2	habitantes
Amazonas .....	1 586 473	567 000
Pará .....	1 229 983	1 241 000
Rondônia .....	242 983	49 000
Rio Branco .....	230 660	22 000
Acre .....	152 589	138 000
Amapá .....	137 303	50 000
	<hr/>	<hr/>
	3 579 991	2 067 000

Admitida, em princípio, essa limitação geográfica, que se apóia tanto na divisão política, consagrada pela constituição do país, como nos fatores preponderantes em sua economia, torna-se necessária a análise do panorama sócio-econômico, que prevalece nesse conjunto de unidades, partindo-se da premissa de que todos ou quase todos os fenômenos e processos a considerar são comuns à área amazônica influenciada pela produção da borracha ou marcada por outras formas de extrativismo. De fato, o que ocorre no Pará, ressalvada a chamada zona bragantina, se repete, com ligeiras modificações de superfície, nos demais Estados e Territórios Federais.

Segundo recentes dados estatísticos (estimativas do I.B.G.E., relativas ao ano de 1958), a Amazônia se apresenta como uma das regiões do país de mais baixa produtividade, em termos de renda territorial e de rendimento *per capita*.

Esse estigma de pobreza está bem definido nos quadros que seguem:

**RENDA TERRITORIAL** (Períodos de 1947 a 1955)  
— (Fundação Getúlio Vargas).

Em bilhões de cruzeiros

Anos	Amazônia	Nordeste	Demais Regiões	% da Amaz. S/ O Brasil
1 947	4,6	23,3	121,4	3,1
1 948	5,0	25,9	136,4	3,0
1 949	5,4	28,8	156,7	2,8
1 950	6,2	34,0	181,4	2,8
1 951	7,4	39,2	217,8	2,8
1 952	8,5	42,6	254,4	2,8
1 953	10,1	48,9	315,3	2,7
1 954	12,0	61,9	387,2	2,6
1 955	15,2	75,5	484,8	2,6

**Renda per capita** (Período de 1948 a 1958 — Estimativa do Instituto Brasileiro de Economia).

Anos	Cr\$		% Amazônia Brasil
	Amazônia	Brasil	
1 948	2 323	3 342	70
1 949	2 441	3 703	66
1 950	2 699	4 257	63
1 951	3 080	4 882	63
1 952	3 410	5 514	62
1 953	3 824	6 623	58
1 954	4 496	8 172	55
1 955	5 687	10 080	56
1 956	8 113	12 691	64
1 957	9 912	14 236	70
1 958	10 583	16 669	64

Para que se adquira nítida consciência da fraqueza da renda individual na Amazônia, vale, depois de convertê-la em dólares americanos, confrontá-la com a que se verifica em outros países ou grupos de países nos demais continentes. Tomando para referência apenas o ano de 1958, quando a cotação daquela moeda, no câmbio livre, era da ordem de Cr\$ 137,00 tem-se que a renda de Cr\$ 10 583,00, mencionada no quadro anterior, correspondia a US\$ 77.24 por pessoa.

Louvando-se em dados colhidos em inquéritos da ONU, Yves Lacoste apresenta, em "Les Pays Sous-Développés", a seguinte escala de renda nacional, mundial:

		\$
Ásia Sul e Est.	—	70 - 75
África	—	70 - 85
Oriente Médio	—	150
América Latina	—	340
Europa	—	570
EE. Unidos	—	1 660

Embora sem coincidência de época, uma vez que os algarismos oferecidos nesse quadro se referem ao ano de 1954 e os da Amazônia ao ano de 1958, nem por isso deixa de ser válido o confronto feito, que a situa quase em equivalência com os territórios asiáticos, representativos dos mais baixos índices de renda individual.

Como reflexo desse desajustamento entre extensão territorial, população e inexpressiva produtividade global e por indivíduo, o balanço de pagamentos da Amazônia se apresenta permanentemente deficitário, cabendo ao governo federal, através de dotações e custeio de serviços, a complementação de sua economia. É o que se verifica, analisando o quadro abaixo:

**Participação do governo federal sôbre a renda total da Amazônia:**

1948 a 1957 — (Estimativa da renda nacional — Instituto Brasileiro de Economia).

Anos	%
1 948	68,7
1 949	70,4
1 950	59,4
1 951	66,9
1 952	68,4
1 953	58,8
1 954	69,3
1 955	67,2
1 956	72,8
1 957	65,0

A colaboração das estatísticas setoriais, definidas em algarismos quantitativos, é, indiscutivelmente, de grande valia, no equacionamento de qualquer problema. Todavia, no caso particular da Amazônia e para os objetivos do presente estudo, êsses três quadros representativos dos baixos índices de renda territorial e *per capita* e da elevada contribuição do erário federal

para o equilíbrio de seu balanço de pagamentos, se me afiguram suficientes.

Nada ou quase nada acrescenta à orientação dêste estudo o sabermos que produzíamos, em 1910, 40 000 toneladas de borracha, quando presentemente, apenas logramos arrancar dos seringais silvestres cêrca de 25 000. Nem que exportamos a quantidade habitual de hectolitros de castanha. Nem adianta revelar o volume físico da juta, do guaraná, das peles de animais silvestres, das madeiras e sementes oleaginosas, que a região exporta anualmente. O que interessa conhecer são as repercussões provocadas por êsses fenômenos, para seu enquadramento no complexo regional e nacional e dêle retirar elementos válidos, para formulação da política a adotar, objetivando acelerar o processo de desenvolvimento regional. Isso explica a relativa escassez de dados estatísticos no conteúdo dêste ensaio ou apenas sua presença, em cifras globais.

## QUATROCENTOS ANOS DEPOIS

Transcorridos mais de quatro séculos, desde quando os primeiros desbravadores penetraram a Amazônia, e marchando para cento e vinte anos o início do ciclo da borracha, é espantoso o fato de haver o seu território permanecido, por tão longo espaço de tempo, nesse estado de letargia, classificando-se como uma das regiões de mais baixa densidade demográfica do mundo contemporâneo. A despeito de suas incontestáveis riquezas naturais, da inexistência de agentes morbigênicos incontroláveis que a tornassem inabitável, das facilidades de acesso pela enorme extensão de seus caminhos fluviais, parece inconcebível que sua participação no montante da renda nacional e na demografia do país não tenha ultrapassado aquêles índices gritantemente inexpressivos.

E ao encerrar-se o ciclo áureo da borracha, pela racionalização de sua cultura no equador asiático, era de presumir que se verificasse um processo de sedentarização de seu proletariado florestal, transformado, por imperativos da situação, em agricultores e criadores que, em sua maioria, havia sido em suas zonas de origem. O que se viu, no entanto, foi, de uma parte, o êxodo rumo às duas capitais da região e, entre os que não bateram em retirada, a diversificação das atividades extrativistas, buscando na castanha, nas madeiras, nos lenhos aromáticos, nas sementes oleaginosas, na balata, na ucuquirana, na caça intensiva ao jacaré, a complementação dos **deficits** ocasionados pela perda de substância da borracha, nos quadros da economia privada e da receita pública.

De nenhuma forma o extrativismo da borracha, como todos os demais ramos do extrativismo de que

se socorreram as populações regionais, quando o total da produção gumífera baixou de quase 40 000 toneladas, em 1909, para cerca de 6 550 toneladas, em 1932, contribuiu para a ocupação e domesticação da Amazônia, nem, tampouco, para o alargamento do volume físico de suas exportações, na proporção justificada pela extensão da área explorada. Essa mesma borracha que, por cerca de vinte anos, emprestou notoriedade à região e proporcionou considerável massa de recursos ao país, assegurando, juntamente com a exportação do café, o equilíbrio de nossa balança cambial, é responsável pelo fechamento da Amazônia ao ingresso de correntes imigratórias, domésticas e exteriores. Convertendo-se, rapidamente, de fascinante velocino de ouro em pungente drama de miséria e sofrimento, ensejou farta literatura desmoralizante das qualidades do meio físico e social da região, tornando-a desprezada e temida e, talvez, gerando a lenda do Inferno Verde, ainda hoje prevalecente na conceituação de brasileiros e estrangeiros. Foram narrativas de terror e romances de fundo intensamente dramático, a exemplo de "A Selva", de Ferreira de Castro, e "A Árvore que Chora", de Vicky Baum, os irrefutáveis divulgadores dos preconceitos de agressividade e de inferioridade do meio. Crônicas, histórias e romances que, se criaram o temor da Amazônia, em termos universais, tiveram, igualmente, a virtude de preservá-la da cobiça internacional, agora renascida em face da explosiva expansão demográfica mundial.

Que o panorama sócio-econômico da região não se modificou afirma, categoricamente, Agostinho Monteiro, abalizado conhecedor da Amazônia, ao preambular minucioso inquérito sobre a cultura da pimenta-do-reino (Carta Mensal — Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio — 1960 — outubro), dizendo: "A economia amazônica ainda é extrativista. Borracha, caucho, balata, castanha — "Brazilian Nuts" — como é conhecida no exterior — copaíba, madeiras, sôrva, babaçu, cumaru, guaraná, sementes

oleaginosas e peles de animais silvestres expressam a sua exportação insegura em preços e em volume físico”.

Tornando mais condenável essa subordinação passiva à sedução ou às contingências do extrativismo, devo acrescentar que tôdas as citadas linhas de produção florestal da Amazônia partem de uma cabana ou tapiri, no recesso da selva, onde há, sobretudo, doença, subnutrição, analfabetismo e insulamento, e terminam em palacetes em Manaus ou Belém, quando não em magníficos apartamentos, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, filtrando-se por outras camadas de vida confortável, que, em maior ou menor escala, parasitam e sugam o esforço do produtor primário, que está no comêço dêsse falso fio de Ariadne, porque inservível para libertação de seus detentores.

No momento histórico em que, graças ao melhor conhecimento da ecologia regional e às pesquisas que começam a ser realizadas em sua vastidão selvagem, quando desmoronam, à falta de fundamento realístico, os conceitos de agressividade e de inospitalidade, quando a técnica instrumenta o homem para enfrentar as condições imperantes em qualquer parte da terra, acima dos círculos polares e em plena faixa equatorial, volta a Amazônia a ocupar posição de maior relevância no plano internacional. E é justamente essa correção de julgamento que torna intransferível sua ocupação e mobilização pelo govêrno brasileiro, para consolidação de seu domínio, sobretudo cultural, nesta extensa área do continente americano.

Os processos para êsse empreendimento assentam na avaliação de seu conteúdo econômico, parcialmente identificado pela operação extrativismo. Quais as dimensões dêsse conteúdo e como mobilizá-lo é tarefa que necessita ser imediatamente enfrentada. Ele não se encontra definido nem possui limites marcados pelos atuais algarismos de sua produção. Não importa aos objetivos dêste estudo saber quanto produzimos e o que exportamos. Importa, sim, conhecer a natureza do que produzimos e deveremos produzir, em função do

meio ecológico e das solicitações do consumo nacional e internacional. E de como disciplinar essa produção, em benefício do homem que a realiza ou que irá realizá-la.

## A RIQUEZA QUE VEM DA TERRA

Sustento a tese de que, sem recorrer à adaptação de vegetais exóticos, pode a Amazônia criar considerável linha de árvores frutíferas, uma vez agricultados e a racionalização da cultura de plantas de alto valor econômico, nela existentes. Seringueiras, castanheiras, guaranazeiros, andirobeiras, balateiras, palmeiras oleaginosas, louros aromáticos e toda uma infindável linha de árvores frutíferas, uma vez agricultados metódicamente, serão suficientes para a consolidação de seus alicerces econômicos.

Para o cultivo desses vegetais e de muitos outros, que futuras pesquisas vierem a indicar como aplicáveis à indústria, apropriados à alimentação do homem, adequados à preparação de medicamentos ou utilizáveis como rações para animais domésticos, oferece a região condições extremamente favoráveis, para o que contribui, basilamente, o **fator água**, objeto de avaliação na primeira parte deste ensaio.

Foram aqueles componentes da vestimenta florística amazônica, definindo e configurando a Hiléia de Humboldt, os fundamentos da vigente estrutura econômica regional, alicerçada no extrativismo.

Nos capítulos seguintes é feita análise dessa contribuição da floresta, acompanhada do balanço de suas possibilidades e vantagens, desde que submetidos seus espécimes de maior valor a processos de agricultamento disciplinado e racional, adotando-se, para maior acessibilidade, a denominação usual de cada um.

Outros fatores da produção, tanto oriundos de aproveitamentos florestais como resultantes de atividades agropecuárias adequadas aos solos e ao clima

regionais, são, a seguir, estudados, de forma a permitir melhor visão de conjunto do que poderá ou deverá ser a Amazônia de amanhã, no quadro geral da economia do país.

## BORRACHA

Afirmei, em breve monografia, intitulada — “A Borracha — problema brasileiro” — editada em 1938, constituir a **extração da borracha** a única atividade fundada na hinterlândia amazônica, sendo-lhe subsidiárias tôdas as demais fontes de produção, tanto extrativas como agropecuárias, surgidas, ora para complementar a perda de substância dêsse produto, ora para absorver ou fixar os rendimentos de sua exploração. Visando a essa complementação foi que se intensificaram ou iniciaram novas modalidades de extrativismo, indo da colheita da castanha ao aproveitamento do couro dos jacarés, ao corte de madeiras, à derrubada de sorveiras e balateiras, numa progressiva diversificação dos aproveitamentos florestais comerciáveis.

Só não se cogitou, nessa fase de aviltamento do valor da borracha, da única providência cabível, que seria a domesticação da **Hevea brasiliensis**, tornando-a objeto de cultura regular, a exemplo de como havia procedido a iniciativa britânica em terras asiáticas.

De nada valeram as reiteradas sugestões, advertências e experimentos de esclarecidos pioneiros, como José Cláudio de Mesquita, como, igualmente, não conseguiram abalar as muralhas inderrocáveis da mentalidade extrativista e imediatista, minhas próprias palavras, no referido trabalho, quando assim me expressava: “O Brasil, integrado na vertiginosa corrente de civilização que empolga o mundo, far-se-á, dentro de breves anos, notável consumidor de borracha. Sua imensidão territorial reclama formidável rede rodoviária onde deverão trafegar centenas de milhares de automóveis, requeridos para a perfeita circulação interna da produção nacional. Suas metrópoles, opulentadas, con-

vertem-se, rapidamente, em grandes centros de automobilismo. O país começa a recuperar seus recordes de importação de veículos motorizados, dos quais em 1929, chegou a receber acima de cinquenta mil. O desenvolvimento do Brasil, imediato e irreprimível como uma fatalidade benéfica, e o aumento constante de sua população têm como corolário visível uma acelerada utilização de automóveis, somente equiparável à que assaltou e ainda hoje domina os Estados Unidos da América do Norte. Organizada a indústria nacional de artefatos de borracha, para esse e para outros suprimentos, dentro talvez de vinte anos, já não lhe bastarão as quarenta e duas mil toneladas, que constituíram, em 1912, o apogeu da produção gumífera brasileira. E, se a Amazônia não se tiver preparado, pela reabertura e mobilização de seus vastos seringais nativos e **por meio da plantação racional da hevea**, correremos o risco de nos converter em importadores de borracha crua, para as necessidades imediatas de nossa indústria”.

Também não logrou êxito, posteriormente, a pregação agressiva de Felisberto Camargo, preconizando a heveicultura, em bons níveis técnicos, em substituição ao extrativismo da borracha, evidentemente superado.

Na impossibilidade de sensibilizar a iniciativa privada, encaminhando-a para a plantação de seringueiras, o remédio foi compelir as grandes organizações consumidoras dessa matéria-prima, as companhias fabricantes de pneumáticos, a investirem 20% de seus lucros líquidos na formação dos grandes parques de héveas.

Somente o homem da Amazônia, em virtude de sua escravização à mística extrativista, ainda não despertou para uma tomada de posição atuante e agressiva, nesse setor, do qual depende, em boa parte, a melhoria de suas condições sociais e econômicas, bem como a atenuação do desgaste financeiro do país, resultante das crescentes importações de borracha.

## ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA HEVEICULTURA

Considerando a velocidade do aumento do consumo da borracha no Brasil e no mundo, está fora de dúvida que a heveicultura deverá ser um dos caminhos, senão o mais aconselhável, para assegurar às populações da Amazônia renda individual capaz de lhes permitir satisfatório padrão de vida.

Não indico metas nem menciono algarismos. Apenas admito que a intensificação e a generalização da cultura da seringueira, nessa área, seriam do mais alto interesse nacional e regional. Permito-me, entretanto, admitir que, ao Brasil, com uma dúzia de fábricas de automóveis, tratores, bicicletas, com cerca de 500 fábricas de artefatos de borracha e látex, por força da ampliação rapidíssima de seu sistema rodoviário, não se deve recusar a possibilidade de situar-se, dentro de um decênio, em posição equivalente à que os Estados Unidos ocupavam, há cinqüenta anos. E, naquela época, as indústrias norte-americanas absorviam acima de 350 000 toneladas de borracha!

O gênero *Hevea*, como ocorrência florística, em suas diferentes variedades, e a técnica da heveicultura já não oferecem segredos para nós. Depois dos magníficos trabalhos de identificação e classificação a que dedicou grande parte de seu labor científico, como apaixonado pesquisador dos segredos da hileia, o notável botânico Adolfo Ducke (Revisão do Gênero *Hevea*, principalmente das espécies brasileiras — Manaus — 1941), e das experimentações para criação das melhores linhagens, realizadas no Instituto Agrônomo do Norte, sob a orientação de seus técnicos, valendo destacar

o dr. Rubens Lima, o que nos resta fazer é utilizar esse copioso manancial de conhecimentos.

Os grandes seringais plantados nas proximidades de Belém, Estado do Pará, pelas companhias Good-Year do Brasil e Pirelli, organizações produtoras de



Seringal da "Goodyear do Brasil", na granja "Marathon", em Anhangá, no Estado do Pará.

pneumáticos, valem por convincente demonstração da viabilidade da heveicultura na Amazônia. Nos arredores de Manaus, entre os quilômetros 11 e 18 da estrada do Aleixo, a Companhia Brasileira de Plantações, fundada e dirigida pelo autor, vem realizando apreciáveis ensaios de heveicultura, já havendo plantado, aproximadamente, 100 000 seringueiras com enxertos dos clones F X 25 e da Série IAN. Essas culturas apresentam excelente comportamento.

O investimento para formação de seringais não ultrapassa Cr\$ 100 000,00 por hectare, comportando entre 400 e 500 árvores, e seu rendimento, em plena produção, deverá ser, segundo os entendidos, da ordem de 2 a 3 toneladas de borracha seca, o que supera os resultados financeiros de qualquer tipo de lavoura permanente. Mercê de minha própria experiência, posso assegurar que a plantação de seringais em lugares servidos pelo transporte fluvial ou rodoviário, e dispondo dos recursos essenciais ao bem-estar da pessoa humana, constitui uma das boas soluções para o adensamento e fixação das populações de que tanto carece a região.

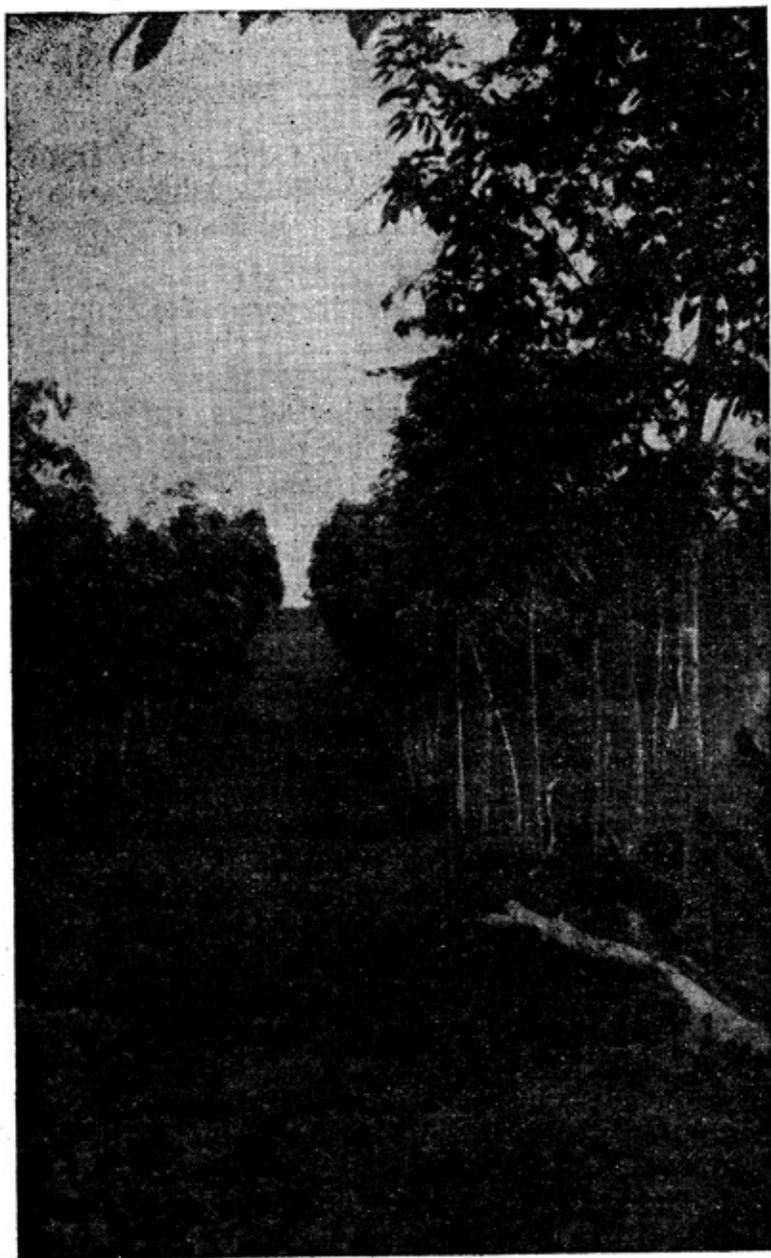
Dispondo de uma área de 10 hectares, dos quais a metade se destinasse à plantação de 2 000 seringueiras, e a restante a culturas de fruteiras, tubérculos e cereais, e à formação de pastos, uma família de agricultores se poderá assegurar excelente padrão de vida, eventualmente mais elevado do que o usufruído pelos pequenos plantadores de café, de algodão ou de cana-de-açúcar, em qualquer região do país.

É óbvio que esse empreendimento implicaria a existência do mecanismo adequado de financiamento e de supervisão técnica.

Convém adiantar que o Brasil, por intermédio de órgãos especializados, possui os mais avançados conhecimentos da técnica da heveicultura, restando apenas aplicá-los e dêles tirar os melhores proveitos.

São condições para implantação e sistematização da heveicultura na Amazônia, pela iniciativa privada:

- a) formação de jardins clonais, destinados ao fornecimento de material botânico selecionado;
- b) preparação de viveiros nos lugares indicados, por sua densidade demográfica e condições ecológicas;
- c) fornecimento de orientação e, se necessário, assistência técnica, aos que se dispuserem a plantar seringueiras;
- d) prestação de ajuda financeira, quando solicitada pelos heveicultores que não dispuserem de recursos



Aléia de seringueiras clonais. Chão revestido com "puerária", leguminosa que é, também, excelente pastagem para gado. Detalhe de um seringal de 15 000 árvores — Cia. Brasileira de Plantações.

suficientes para o empreendimento, dentro, porém, de mecanismo isento de excessivas exigências burocráticas;

e) concessão de terras, à margem das estradas de rodagem e dos rios trafegáveis, subordinada ao compromisso da plantação de determinada quantidade de **héveas**.

Tôdas as providências aventadas enformam a participação dos poderes públicos federais e estaduais na empresa heveicultora.

Cinquenta milhões de seringueiras, quando plenamente desenvolvidas, asseguram produção de cerca de 150 000 toneladas de borracha seca. Seu plantio seria operação para 10 a 15 anos, admitindo-se que o ritmo desse trabalho se aceleraria na medida em que se ampliassem as áreas de cultura. Evidentemente, não se trata da formação de seringais compactos de milhões de seringueiras, sim de uma distribuição de tarefas pela maioria de municípios da Amazônia, tendo as respectivas sedes como ponto de apoio e emulação. Seria admissível que se desenvolvesse na região a mentalidade da **Hévea**, a exemplo de como se criou, pelo dinamismo apostolar de Navarro de Andrade, a mentalidade do eucalipto, no Estado de São Paulo.

Matéria-prima de mercado extremamente elástico, com cerca de 45 000 aplicações industriais, nossa produção de borracha jamais chegaria à saturação, tendo em vista, sobretudo, a ampliação vertiginosa do consumo interno que, a essa altura, teria ultrapassado a casa das 300 000 toneladas.

Afirmo, em "A Borracha — Problema Brasileiro" (Manaus, 1938), que "Como a percentagem de alfabetização, como o teor da longevidade humana, o quantitativo do consumo de borracha é, por sua vez, o melhor índice de cultura e riqueza de um país. Quanto mais elevado é esse consumo **per capita**, feito por um povo, mais evidente sua prosperidade, mais expressiva sua civilização. Um país, cujo consumo de matéria elástica é de baixo teor, fatalmente se denuncia uma nação pobre e atrasada, onde as diferentes camadas sociais des-



Exemplar de seringueira enxertada (clone FX-25), nos seringais da Companhia Brasileira de Plantações. Idade: 5 anos.

conhecem a beleza, o conforto e a higiene que oferecem os artigos de borracha”.

Presentemente, a capacidade de absorção de borracha, por habitante, nos Estados Unidos, alcança quase dez quilos, enquanto, no Brasil, apenas se expressa por, aproximadamente, um quilograma, considerados, em ambos os casos, os algarismos globais das respectivas populações. Por onde se conclui que nosso país, quando plenamente desenvolvido e acrescido em sua população, deverá ter seu consumo de borracha elevado a limites muito mais expressivos, desautorizando qualquer remota suposição de que a intensificação do plantio de seringueiras venha a gerar superprodução de borracha.

## EXTRATIVISMO DA BORRACHA — PROBLEMA SOCIAL

Sem pretender fazer história, alinhando fatos, datas e algarismos sobejamente conhecidos, pode-se, sem nenhum esforço, admitir que o extrativismo da borracha, desde que acusou perda máxima de substância, com clímax por volta de 1932 (safra de 6 000 toneladas), deixou de ser tratado como fenômeno puramente econômico, em termos de produção e comercialização, para apresentar-se ao país como tema social, solicitando a ação do poder público, sob a forma de amparo aos trabalhadores dos seringais. Foi ponto alto desse drama o êxodo de muitos milhares de seringueiros, maltrapilhos e famintos, aos quais o governo federal forneceu transporte gratuito para seus lugares de origem.

Estaria o extrativismo da borracha condenado a desaparecer, não fôsem a instalação das primeiras indústrias de artefatos no sul do país e, posteriormente, os efeitos da segunda guerra mundial (1939 a 1945), quando, erguida à categoria de matéria-prima estratégica e, ao mesmo tempo, crítica, em virtude do bloqueio da produção asiática, se verificou a imperiosa necessidade de restabelecer, em ritmo acelerado, a produção dos seringais da Amazônia. Tratava-se, evidentemente, de um episódio dentro da situação de beligerância e por ela deliberadamente provocado.

Para realizar a produção urgentemente reclamada pelo esforço de guerra, criaram-se diversos organismos (SENTA, SAVA, RDC), tendo como instrumento central desse processo o Banco de Crédito da Borracha. E, simultaneamente, como medida de policiamento, para que a borracha produzida não sofresse desvios crimi-

nosos, foi instituído o monopólio estatal do produto, assumindo o referido estabelecimento de crédito a responsabilidade de sua execução.

Nesse período, por efeito das providências destinadas a restabelecer e acelerar o ritmo da produção dos seringais, logrou a mesma altear-se de 16 777 toneladas de borracha sêca, em 1942, ano do início de vigência dos chamados Acórdos de Washington, para 24 697 toneladas, em 1947, quando foi aquêle convênio denunciado, por desnecessário aos interesses das nações aliadas já vitoriosas.

Não se estava, na realidade, em presença de um processo normal de reabilitação econômica do extrativismo da borracha. Tanto assim que, uma vez cessadas as razões e os compromissos internacionais que haviam imposto êsse corpo de medidas, excluída a borracha daquela órbita de criticidade, retornou seu extrativismo à anterior condição de problema social, a exigir, embora sob outras modalidades (garantia de preços e compra das safras), a assistência contínua do governo.

Com o desapoio do interesse estrangeiro em função da guerra e correspondente extinção dos serviços complementares que haviam contribuído para o repovoamento dos seringais, começa a lenta diminuição das safras, que vieram em contínuo decrescimento, passando de 24 697 toneladas, em 1947, para 19 326 toneladas, em 1951, ao mesmo tempo em que o consumo doméstico aumentava de 13 476 para 25 104 toneladas, em igual período. Observa-se que, cessado o clima de favorecimento oriundo daquela dramática necessidade de borracha, sua produção deixou de oferecer atrativo ou de ser, pelo menos, compensadora.

Herdando o acervo material e humano, representado por forte excedente dessa matéria-prima e pelos milhares de novos ocupantes dos seringais, para ali encaminhados com ajuda oficial conjunta, dos governos brasileiro e norte-americano, cumpria à União assegurar-lhes tratamento conveniente, a fim de evitar crise semelhante à que anemizou a economia regional, entre 1919 e 1932, ano *clímax*, em que a produção de borra-

cha se reduziu a 6 000 toneladas, em virtude do quase completo abandono dos seringais.

O organismo estatal, que deveria executar essa política assistencial, o Banco de Crédito da Amazônia S/A (primitivamente Banco de Crédito da Borracha), continuando a operar como comprador exclusivo e revendedor único da borracha produzida, não se revelou instrumento hábil.

A Comissão Executiva de Defesa da Borracha, criada posteriormente, nos termos da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947, embora sob orientação técnica de autorizado conhecedor do problema, inclusive em sua configuração mundial, o sr. Cassio Fonseca, não acumula atribuições que lhe permitam imprimir à política de produção da borracha sentido mais em harmonia com os interesses regionais e nacionais.

Novamente o extrativismo da borracha deixava de funcionar como fator de prosperidade da região e de melhoria de seus estalões de cultura. As safras continuaram estacionárias, ou com pequeno declínio, oferecendo ligeiras reações anuais, resultantes, ora de inobservância dos calendários de embarques ora de variações de intensidade das estações invernosas. É o que indicam as estatísticas referentes ao quinquênio de 1956/1960, que acusam os seguintes Algarismos colhidos na Exposição de Motivos apresentada pela diretoria do Banco de Crédito da Amazônia S. A., com vista ao aumento do respectivo capital — (Belém — Janeiro — 1961):

1956	—	22 722	toneladas
1957	—	22 828	"
1958	—	19 101	"
1959	—	19 900	"
1960	—	23 000	" (estimativa)

No mesmo período o consumo interno apresentou a escala de crescimento expressa no quadro abaixo:

1956	—	37 919	toneladas	
1957	—	40 014	"	
1958	—	44 844	"	
1959	—	54 693	"	
1960	—	62 000	"	(estimativa)

Entre os vários fatores que contribuíram, nesse período, para a decadência do extrativismo da borracha figuram, em primeira linha, a pouca flexibilidade da política de preços, a incapacidade financeira e a deficiência técnica do órgão responsável pela execução dessa política e, finalmente, a permanência do monopólio com o mesmo conteúdo de medida policial, para que fôra originariamente instituído.

Mecanismo especificamente criada para garantir o controle rígido da destinação e utilização da borracha produzida, não podia ser o regime de exceção instituído pelo Decreto-lei n.º 4 841, de 17 de outubro de 1942, instrumento adequado à execução de um programa com características nitidamente sociais. Trazia e traz, ainda, o ranço da ditadura, que precisa ser eliminado.

Monopólio, por si só, implica limitação, é medida coercitiva. Nunca foi terapêutica estimulante, visando a fins de expansão ou geração de riqueza. Não creio que tenha sido alguma vez usado como adminículo ao fortalecimento de determinado processo econômico. E não será, no caso da borracha, como problema social, o remédio heróico a ser aplicado.

Sem entrar no mérito do regime monopolístico, como peça indispensável à sadiedade financeira do banco que o executa, permito-me algumas considerações, suscitadas pelo fato singular de ser o Brasil o único país produtor ou consumidor de borracha, que mantém esse produto subordinado a rígido controle estatal. A borracha perdeu as características de matéria-prima, eventualmente escassa ou difícil, de que se revestia no período da última guerra. Como produção agrícola ou florestal, é praticada por mais de vinte países afro-asiáticos e quatro na América Latina. Através de seus sucedâneos, elastômeros de várias catego-

rias, é indústria de rotina, como a do vidro, dos plásticos e dos tecidos, inclusive em nosso próprio país, que tem em instalação duas unidades para sua fabricação com matéria-prima nacional. Não tem seu mercado controlado por trusts imperialistas, como o petróleo.

Mais de duzentas empresas cultivam seringueiras em terras da zona intertropical. Muitas dezenas de milhares de pequenos produtores, nessa área, realizam mais de 50% de suas safras. E, em todo esse mundo produtor ou fabricante de goma elástica, fisiológica ou sintética, esse produto é livremente comercializado em seus mercados tradicionais, sem qualquer interferência estatal e, muito menos, de caráter monopolístico. Somente o Brasil foge a essa regra, por força de uma herança de que não soube desfazer-se. No momento, o monopólio estatal da borracha possui tanto sentido como o teria o monopólio do trigo, do sal ou azeite-de-oliveira, não havendo qualquer razão política, econômica ou social a justificá-lo. Não há o que dizer de suas vantagens ou desvantagens para a região, provado que não contribui para o aumento das safras, nem para melhoria do status social de seus habitantes. Prefiro considerar sua presença como fenômeno puramente brasileiro, mantido com a finalidade específica de alimentar aquele Banco executor ou como transigência ideológica, sem explicação plausível. Receio, apenas, que venha a funcionar como precedente para sua possível extensão à juta e à castanha, numa absorção progressiva de setores de produção, que pertencem, historicamente, tal como ocorria com a borracha, ao domínio da iniciativa privada.

Ressalvados os aspectos que venho de mencionar, compreendo e justifico todas as medidas de amparo ao extrativismo da borracha como providência de caráter estritamente assistencial, enquanto se opera a conversão gradativa da economia dos que a ele se dedicam, tradicionalmente, a outras formas de atividade rural, processo que já começou a se desenvolver, em todos os Estados e Territórios, através da ampliação

das culturas de juta, pimenta-do-reino, formação de seringais e de fazendas de gado.

Havendo, dentro da nova orientação, que se pretende imprimir à economia amazônica, visível preferência pela heveicultura, tudo indica que a substituição do atual volume de borracha silvestre por igual quantidade de borracha produzida racionalmente exigirá, apenas, que sejam plantados pouco mais de 10 milhões de seringueiras, sobre espaço não superior a 25 000 hectares, correspondendo a 250 km<sup>2</sup> de área cultivada! Note-se que, nessa previsão de rendimento, admite-se a produção, extremamente moderada, e dois e meio quilos de borracha seca, por árvore e por ano (uma tonelada por hectare), quando a média obtida nos seringais cultivados de alta produtividade e da ordem de 3 toneladas, ou sejam sete e meio quilos de borracha por seringueira, em igual período de tempo. Em ritmo satisfatório, seria operação para menos de quinze anos, permitindo admitir-se que, dentro de vinte e cinco anos, aproximadamente, a contribuição da borracha de origem florestal na formação da renda pública e privada da região poderá ser dispensada, eliminando-se da cogitação dos poderes públicos aquele agudo problema social, que, há quase cinquenta anos, reclama e aguarda solução. Nessa altura, será lícito admitir que a produção agrícola, a comercialização e a industrialização da borracha já tenham retornado ao plano das atividades comerciais sem qualquer interferência estatal coercitiva, a menos que a Nação evolua no sentido de abraçar filosofia política diferente daquela que vimos professando, o que será problema das gerações futuras.

## O "CRIME" DE HENRY WICKMAN

Não creio que tenha havido escritor, jornalista de profissão ou simples comentarista ocasional que, ao lembrar o episódio do deslocamento da produção de borracha para terras asiáticas, não se demore em sovar e malsinar um tal sr. Henry Wickman, acusando-o do imperdoável crime de haver furtado as sementes da *Hevea brasiliensis*, para servir aos interesses de sua majestade britânica. Essas carpideiras ainda não compreenderam que, tendo a borracha se convertido em matéria-prima essencial ao bem-estar da humanidade, não poderia o mundo ficar escravizado à limitada e imperfeita produção dos seringais nativos da Amazônia. E que, por meios pacíficos ou violentos, mais tarde ou mais cedo, as nações industrializadas que a utilizavam teriam de apoderar-se de suas matrizes. O que deve ser pranteado é nossa incúria e falta de iniciativa, deixando de formar grandes plantações de seringueiras, para neutralizar a tremenda competição que, cinquenta anos mais tarde, viria arrasar a economia extrativista da Amazônia. E, ainda hoje, o remédio que se aconselha é o mesmo, para que a Amazônia não perca para o Brasil, como o nosso país perdeu para o mundo, sua posição de principal fornecedor de goma elástica às nossas indústrias de artefatos de borracha. Lamentos e protestos contra a instalação da indústria de elastômeros e a plantação de seringueiras na Bahia e em São Paulo não têm qualquer objetividade. A posição do Brasil meridional, com quase uma dezena de fábricas de pneumáticos, é idêntica à dos grandes centros industriais da época em que os ingleses se lançaram à plantação de seringueiras no Oriente, não podendo, evidentemente, permanecer na dependência da minguada

e cara produção de borracha dos seringais nativos da área amazônica.

Despojando-nos de um privilégio natural, que não soubemos utilizar, e permitindo, subsequenteiramente, a formação dos imensos parques de seringueiras, que viriam atender até a saturação, a fome universal de borracha, talvez, Wickman tenha contribuído, indiretamente, para nossa segurança, evitando que a Amazônia viesse a ser prêsas das poderosas nações que, para suprirem suas indústrias, não hesitariam em arrancar ao país essa parte desprotegida de seu território.

Não me atribuo prioridade nessas suposições alarmantes. Há cêrca de trinta e cinco anos, Antônio Carlos, figura das mais propectas no cenário político brasileiro de sua época, já afirmava, ao prefaciá-lo livro de José Carlos de Macedo Soares sôbre a questão da borracha:

“Nenhum país tem direito de reter suas riquezas naturais e avaramente as conservar improdutivas, desde que outros povos delas precisem para assegurar, com a atividade das próprias indústrias, a manutenção dos indivíduos que nelas haurem os recursos indispensáveis à vida. Não temos dúvida em que o país, cujos líderes não se orientarem nessa diretriz, está fadado a sofrer, questão de tempo, os vigorosos efeitos da ação expansionista, que outros países, em defesa da própria conservação, coletiva ou individual, terão, inevitavelmente, de praticar. Tal expansionismo é fatal, seja na forma de invasão do capital e da mão-de-obra estrangeira, seja da conquista política, franca ou dissimulada”.

A história não é escassa em episódios dessa natureza, de tal sorte que, libertando-nos do monopólio de uma riqueza, àquele tempo insubstituível, Wickman livrou a Amazônia de um risco, que, somente agora, se rerepresenta, motivado por fatôres de outra natureza, porventura de maior acuidade do que os decorrentes da carência de borracha.

## CASTANHA

Conhecida como castanha-do-pará, muito embora seja encontrada em quase toda a Amazônia, representa essa amêndoa um aproveitamento florestal com safras de valor monetário equivalente ao que a região auferir com a exploração de seus seringais. Suas safras normais giram em torno de 35 000 toneladas ou sejam cerca de 700 000 hectolitros, sua medida de comercialização.

No mercado internacional das nozes alimentícias, para consumo como fruto de mesa e para confeitaria, situa-se a castanha em posição de incomum relêvo, enquadrando-se no grupo das amêndoas de mais alto preço nos centros consumidores.

Ao contrário da borracha, que obriga o extrator a relativa sedentarização, nas chamadas colocações, onde o seringueiro fixa residência e de onde partem as estradas de héveas confiadas à sua exploração, as castanheiras, espalhadas pela mata das terras enxutas, em pequenos grupos ou solitárias, não impõem a permanência do trabalhador florestal em suas áreas de frequência. A apanha dos ouriços de castanha, sua abertura e tratamento das nozes é operação tipicamente expedicionária. A exploração de um castanhal não modifica, sob qualquer aspecto, a paisagem, que permanece com suas características de mata bruta.

Reside, todavia, nessa fruta do mato, um dos mais importantes recursos para embasamento da economia de produção da Amazônia. Impõe-se, por conseguinte, sua domesticação, por meio da formação de castanhais, plantados em zonas que ofereçam condições ecológicas adequadas, ou sejam os solos marginais não inundáveis e as terras altas de quase toda a região.



"Avenida" de castanheiras, nas glebas da Cia. Brasileira de  
Plantações.

Lamentavelmente essa domesticação ainda não foi objeto de cuidados mais sérios por parte dos organismos especializados, que deveriam ensaiá-la. Nada se sabe e nada se conhece, além das experiências feitas, nos arredores de Manaus, pela Companhia Brasileira de Plantações, que possui uma gleba de 250 hectares, com cerca de 10 000 castanheiras, em plena frutificação.

Essa experiência, em larga escala, veio provar o substancial valor econômico resultante da cultura desse vegetal.

Indo mais longe, a referida organização iniciou experimentos com a enxertia da castanheira, utilizando material botânico (borbulhas) de exemplares de menor altura e de maior frutificação. Os resultados têm sido satisfatórios, e tudo leva a admitir a possibilidade de converter-se a castanheira em árvore de pomar, de pequeno porte, à razão de 100 indivíduos por hectare.

Do sucesso definitivo dessas experiências dependerá a transformação de uma atividade extrativista em empreendimento agrícola dos mais rendosos, provocando episódio idêntico ao que resultou da domesticação da seringueira e formação dos parques heveícolas, que enriquecem os países afro-asiáticos produtores de borracha.

É sabido que a castanheira nativa, de grande porte, produz, normalmente, entre meio e um hectolitro. Para a formação de uma safra de 700 000 hectolitros é de supor que tenham concorrido à roda de 1 000 000 de exemplares da *Bertholletia excelsa*. A transferência dessa produção do plano extrativista para o agrícola implicaria, teoricamente, a plantação de igual quantidade de castanheiras, ocupando, com base nas experiências realizadas pela Companhia Brasileira de Plantações, nos arredores de Manaus, apenas o lavouramento de 20 000 hectares de terras, cujos solos fôssem apropriados à sua cultura. Isto em se tratando de plantação comum, objetivando adensamento e alinhamento de exemplares de pé franco, sem levar em consideração problemas de genética, ainda por estudar. Desde, po-



*Na domesticação da castanheira, tendo por objetivo reduzir o porte dêsse vegetal e antecipar sua frutificação, reside a solução racional do aumento da produção da castanha e diminuição do elevado custo de sua colheita na floresta. O clichê acima apresenta exemplar de castanheira enxertada, no campo experimental da Companhia Brasileira de Plantações.*

rém, que se recorra à enxertia, com vista a antecipar sua frutificação e reduzir-lhe o excessivo porte, admito que aquêle milhão de castanheiras poderá ser acomodado, satisfatòriamente, sôbre 10 000 hectares, à razão de 100 exemplares por hectare. Suponho não ser difícil alcançar e compreender as vantagens econômicas resultantes da domesticação de tão útil vegetal, quando se constata que êsses 10 000 hectares correspondem, apenas, a **cem quilômetros quadrados** de área cultivada!

Convém, ainda, esclarecer que a castanheira é extremamente rústica e de fácil multiplicação, não exigindo tratos culturais especializados.



Fronde de castanheira, com 30 anos. Plantação racional, nas terras da Cia. Brasileira de Plantações.

## GUARANÁ

Trata-se de uma das poucas essências vegetais da região, que foi, bem cedo, objeto de cultura regular. Utilizado, primitivamente, pelos indígenas da região de Maués e Andirá, que lhe atribuíam virtudes excepcionais, como alimento de poupança e fator de longevidade, teve, posteriormente, sua área de consumo desviada para o norte de Mato Grosso, até onde o transportavam, em seu regresso de Belém, os mineradores do ouro de Cuiabá. Introduzido, mais tarde, na indústria das bebidas gaseificadas, ganhou popularidade, logrando, por êsse meio, tornar-se conhecido em todo o país e até no exterior. Nada obstante, agricultado há cerca de três séculos, suas áreas de plantação — Maués-Açu, Andirá, Paraná do Ramos — se mantiveram estacionárias, acusando, nos últimos anos, produção da ordem de 250 toneladas.

Inúmeros mercados importadores, tanto da América do Norte como da Europa, manifestaram interesse na aquisição de quantidades substanciais de guaraná. Todavia, suas demandas nunca puderam ser atendidas por falta de produção, enquanto essa não se ampliava, tanto pela ausência de medidas assistenciais adequadas como pela incerteza de uma penetração maciça nos mercados externos. Sempre houve grupos americanos empenhados em lançar um novo tipo de refrigerante, capaz de entrar em competição com a tradicional Coca-Cola, e o guaraná da Amazônia, por mais de uma vez, entrou em suas cogitações, em todo caso frustradas pela inexistência de quantidades que pudessem responder às suas necessidades industriais.

À margem das lendas que envolvem o guaraná, suas virtudes terapêuticas parecem comprovadas. Afir-

ma o professor Paul Le Cointe («Amazônia Brasileira — Árvores e Plantas Úteis»): “O guaraná é refrigerante, reconstituente, tônico calmante para o coração, combate a arteriosclerose; é recomendado contra diarreia e disenteria, contra as nevralgias e as enxaquecas. É um estimulante poderoso e passa por ser leve afrodisíaco. Contém um único alcalóide: a cafeína (4,8%)”  
 Todavia, quase nada se tem feito, visando à expansão da cultura do guaraná e ao alargamento de seus mercados de consumo. Também o estudo dos solos mais adaptáveis ao seu plantio carece de investigação, sabendo-se que o guaraná, primitivamente cultivado no Município de Maués, apresenta excelente comportamento nas plantações em franca produção realizadas por agricultores japoneses e brasileiros (Colônia de Água Fria), em terras situadas à margem direita do rio Negro, em defrontação com a cidade de Manaus.

A exportação do guaraná, desde que universalizado seu consumo, como estimulante frio, poderá assumir apreciáveis proporções, classificando-se entre os bons esteios da economia regional.

Existe farta literatura histórica e científica sobre o guaraná, sua constituição química, propriedades terapêuticas, técnica de utilização industrial e áreas preferenciais de consumo. Dêle se ocuparam o historiador e amazonólogo Arthur Cezar Ferreira Reis, o notável naturalista Teodoro Peckolt, que o analisou, Frederico Schmidt, na monografia “O Guaraná — sua Cultura e Indústria”, M. B. Lira, em “Aspectos Bromatológicos do Guaraná”, tese apresentada ao Congresso de Bromatologia, realizado em São Paulo, em 1946, e o próprio autor, quando, em 1947, pedia à Câmara Federal a adoção de medidas fiscais e de amparo, tanto no plano agrícola como na fase de sua comercialização.

Segundo Schmidt, a semente do guaraná tem a seguinte composição:

Cafeína .....	4,288
Óleo fixo, côr amarela .....	2,950
Resina vermelha .....	7,800

Princípio corante vermelho .....	0,050
Princípio corante, amorfo .....	0,050
Saponina .....	0,060
Ácido guaraná tânico .....	5,902
Ácido piro-guaraná .....	2,750
Matérias albuminosas .....	2,750
Amido .....	9,350
Glicose .....	0,777
Ácido málico, mucilagem, dextrina .	7,407
Fibra vegetal .....	49,125
Água .....	7,650



Guaraná, possivelmente uma das primeiras essências florestais da região submetida à domesticação. Ensaio de cultura no campo experimental do Fomento Agrícola Federal, em Manaus.

## OLEAGINOSAS

Os vegetais produtores de sementes oleaginosas representam um dos aspectos mais importantes e característicos da floresta amazônica. Com maior ou menor frequência, são eles uma constante na cobertura florística da região, embora nem sempre em densidade que torne compensador seu aproveitamento como exploração extrativista. Ressalvam-se, evidentemente, as ocorrências das palmeiras denominadas Murumuru, Buriti e Ucuuba nas terras do delta, cujos frutos têm sua colheita facilitada pelo mecanismo das marés.

Celestino Pesce, que por mais de trinta anos, segundo informa o economista paraense Ricardo Borges, se dedicou à identificação e ao estudo das oleaginosas na Amazônia, classifica e cataloga, em sua notável monografia "Oleaginosas da Amazônia" (Belém — 1941), nada menos de 119 espécie de vegetais, dos gêneros *Astrocaryum*, *Orbignia*, *Attaleas*, Cocos, *Oenocarpus*, *Bactrix*, Leguminosas, *Cariocariáceas*, *Voquisiáceas*, *Miristicáceas*, *Meliáceas*, *Lauráceas*, *Euforbiáceas*, *Gutíferas*, *Apocináceas*, *Olacáceas*, *Esterculiáceas*, *Icacináceas*, *Humiriáceas*, *Lecitidáceas*, *Bombáceas*, *Hippocratáceas*, *Sapindáceas*, *Tiliáceas*, *Rosáceas*, *Cucurbitáceas*, e *Timeláceas*, produtoras de sementes e frutos utilizáveis na fabricação de azeites comestíveis ou para fins industriais e curativos.

Apresentando êsse magnífico trabalho de pesquisa, diz Celestino Pesce: "No mundo há fome de gorduras, enquanto de outros produtos há até superprodução que os governos procuram limitar. Nenhum Estado, como a Região Amazônica, se encontra em condições de apagar esta fome. Naturalmente o seu comércio de oleaginosas não deve limitar-se à colheita das sementes pro-

zidas espontaneamente pela natureza, sistema empírico e antieconômico, que não pode dar vida a uma indústria séria e importante. É necessário escolher as melhores espécies, as de maior valor e cultivá-las racionalmente”.

Por sua vez Paul Le Cointe, citado por Ricardo Borges, prefaciando a referida monografia, assim se expressa: “Com efeito, a floresta amazônica é talvez a mais rica do mundo em variedade de plantas fornecedoras de óleos, gorduras, essências, ceras, bálsamos e resinas; sem dúvida nenhuma é a mais vasta. A exploração metódica destas plantas bastaria para dar outra vez ao País a prosperidade que conheceu nos tempos de ouro da borracha”.

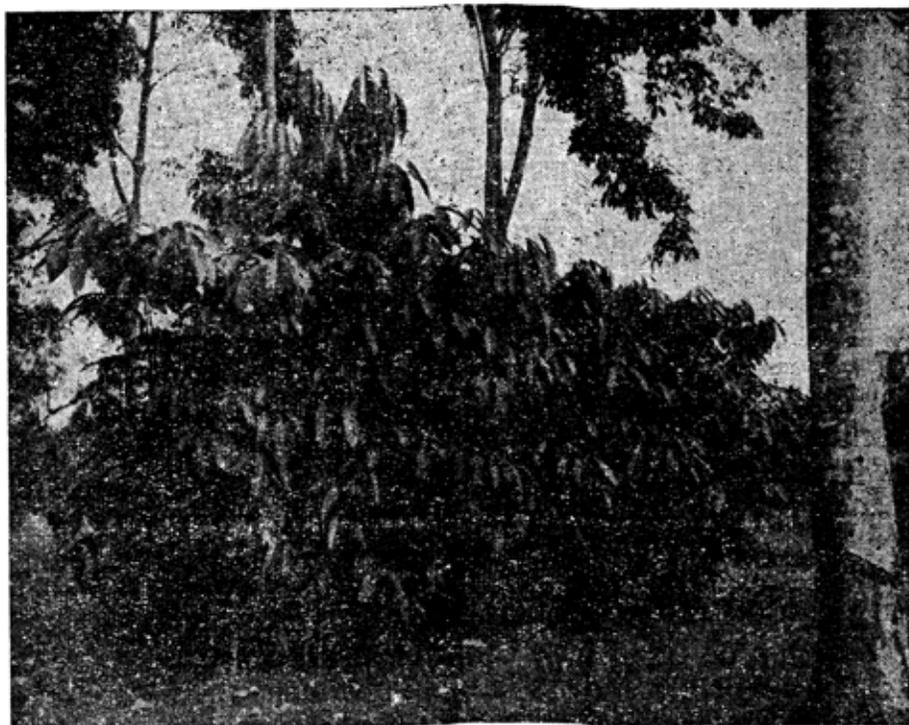
Ainda Pesce informa que: “a fabricação de óleos, no Pará, era limitada à preparação de óleos com as sementes de andiroba, de um processo ensinado ainda pelos índios; e o óleo assim fabricado, era usado para iluminação e no preparo de um sabão chamado de cacau, servindo de cáustico a cinza das cascas de fruto do cacauzeiro. Os frutos de patauá e de bacaba eram empregados no preparo de um óleo comestível, mas em quantidades tão limitadas que era quase desconhecido na própria Capital. Com a semente de ucuuba iniciara-se uma indústria que não se desenvolveu; e a fábrica que tratava estas sementes ficou fechada por dezenas de anos”.

A produção de óleos vegetais, para alimentação e fins industriais, partindo do cultivo racional de determinadas espécies vegetais da região, é providência intransferível para o fim de embasar, de forma estável, a economia de produção regional.

Para isso, seria aconselhável a formação de lavou-  
ras de andirobas, árvores de grande porte, cuja madei-  
ra também é, em larga escala, aplicada na construção  
civil; das palmeiras patauá e bacaba, ambas fornecendo  
óleos comestíveis, com índices que se aproximam do  
óleo de oliveira, além de vários outros vegetais oleíferos,  
já analisados e catalogados por R. F. A. Altman, do Ins-  
tituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, na excelente

monografia «A exploração industrial de sementes oleaginosas amazônicas» (Rio de Janeiro — 1958).

Por sua vez, não se devem desprezar, como aproveitamentos florestais, o murumuru, a ucuuba e o buriti



Viveiro de andirobeiras, no campo experimental do Fomento Agrícola Federal, em Manaus. Os frutos da andiroba produzem óleo com aplicação industrial e medicamentosa. E madeira de excelente qualidade, empregada em construções e movelaria.

que, embora aparentemente insuscetíveis de agricultura, por serem vegetais característicos das terras inundáveis e dos igapós interiores, se apresentam em formação de verdadeiros parques, à semelhança do baçaú, no Estado do Maranhão, permitindo sua utilização econômica. As duas primeiras, largamente aplicáveis na indústria de óleos para fins industriais, e o

buriti, com extraordinárias propriedades nutritivas e medicamentosas, riquíssimo em caroteno, como verificado através de análises a que procedeu o referido cientista.

É óbvio que, em qualquer desses casos, terá precedência o estudo da genética dessas plantas, por intermédio de organizações técnicas especializadas, para se determinarem seus processos de cultura racional. Campos para experimentação e fornecimento de mudas deverão ser instalados nos lugares mais indicados pela existência de adensamentos populacionais ponderáveis.

Solicitado a colaborar nos trabalhos do Seminário Sócio-Econômico da Amazônia, promoção da Confederação Nacional da Indústria, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, ali representado por um de seus técnicos, prof. Antônio Mourão, forneceu ao conclave, na sua fase preparatória, subsídios de considerável valor sobre a produção de óleos vegetais, com sementes de plantas da região. Os problemas de identificação botânica, análise química, técnica agrícola, processos de industrialização, diversidades de uso e possibilidades de comercialização encontram-se excelentemente estudados no relatório submetido à consideração do referido Seminário.

À luz de quanto se conhece nesse capítulo, pode-se concluir que, promovendo a domesticação e a formação de parques de plantas oleaginosas da região, em suas espécies de mais alto valor econômico, se habilitará a Amazônia com poderoso instrumento, para ampliação de seus índices de renda territorial e *per capita*.

## OUTRAS FONTES DE PRODUÇÃO

Não somente a borracha, a castanha, o guaraná e as sementes oleaginosas das variedades indicadas podem ser transferidos do plano extrativista para o do agricultamento racional.

As pautas de exportação dos Estados e Territórios da área incluem inúmeros outros produtos resultantes do aproveitamento florestal, dos quais convém destacar os seguintes:

- Cumarú
- Copaíba
- Louro-rosa
- Piaçaba
- Balata (seis variedades)
- Ipecacuanha
- Jarina.

Dessa relação deveriam ser, ainda, selecionados para fins de domesticação e cultura sistemática, o cumaru, a balata, a piaçaba e a copaíba, embora se admita que, através de melhor conhecimento da floresta, outros vegetais venham a apresentar-se com qualidades específicas e possibilidades comerciais que justifiquem sua plantação racional.

Não era outro o pensamento de Felisberto de Camargo, ao dizer, em "Terra e Colonização do Antigo Quaternário da Zona Bragantina" (Tese apresentada à Conferência Interamericana de Conservação dos Recursos Naturais e Renováveis, realizada em Denver, Colorado, EE. UU., em setembro de 1948): "É preciso acabar com o nomadismo; é imprescindível fixar o homem à terra e não prosseguir na derrubada das florestas virgens situadas em terras para plantações loucas de arroz, mandioca ou de outras plantas her-

báceas de curto ciclo, que exigem um trabalho contínuo na superfície do solo e conseqüentemente o inutilizam para as novas gerações. É preciso uma modificação radical na política agrária da região, reservando-se as terras altas unicamente para a cultura arbórea, de caráter florestal, porque a conservação da fertilidade desses terrenos exige sombra para sua defesa física, biológica e química. As terras altas deverão ser reservadas unicamente, repetimos, para cultura de seringueiras, de essências florestais, de oleaginosas de grande porte, enfim, de plantas que estendem sua sombra sobre a superfície da terra”.

Não resta a menor dúvida de que a borracha, a castanha, o guaraná, o cumaru, a balata, a copaíba, a sôrva e determinadas oleaginosas, com suas fontes de produção racionalizadas, implicando safras robustas, obtidas em condições econômicas satisfatórias, constituem não só o meio adequado de utilização dos solos enxutos da Amazônia como poderoso **handicap**, para efeito da elevação da renda territorial da área e dos níveis de vida de seus habitantes.

Além dos valores econômicos alinhados como de melhores características para utilização na empresa de criar fontes de produção estáveis e rendosas na Amazônia, militando no sentido de alargar, em todos os rumos, sua cobertura demográfica, outros existem que não podem ser desprezados, muito embora resultem de aproveitamentos florestais no amplo sentido desse vocábulo. Refiro-me à mobilização de elementos de sua fauna terrestre ou aquática, onde se destacam as peles de animais silvestres, cuja caça ou captura é inevitável mesmo dentro do processo de renovação de seu estilo de vida atual, através do encaminhamento de suas populações para o exercício de atividades agropecuárias evoluídas e disciplinadas.

A computação desses recursos na formação da renda regional não resulta da prática deliberada do extrativismo, porque se apresenta como episódio natural e inevitável, qualquer que seja o comportamento do homem em suas relações com o meio físico, onde a

caça e a pesca terão que acompanhá-lo no exercício de seus labores de agricultor ou de pecuarista. Rejeitar ou abandonar essa contribuição importaria despojar-se de considerável volume de bens, cujo aproveitamento não pode ser descurado. Resta, apenas, havê-los como valores complementares de sua receita e subordiná-los a processos de tratamento e industrialização adequados, para o que já existem, na região, instalações de bom nível em funcionamento.

## MADEIRAS

Em certo capítulo da primeira parte dêste ensaio, ao acentuar os malefícios do extrativismo, apontado como forma essencialmente primária de produzir, houve a cautela de se excluir dêsse julgamento irrecorrível a mineração e a exploração madeireira, esta enquanto não se implantasse a silvicultura organizada com a mesma finalidade, consoante se vem praticando nos Estados meridionais (S. Paulo e Paraná) com relação ao pinheiro e ao eucalipto.

Partindo do truísmo de que jazidas e florestas não se improvisam, considerou-se a eventualidade de serem êsses dois setores do extrativismo desenvolvidos e racionalizados, tendo em vista suas imensas e, até certo ponto, desconhecidas possibilidades.

Existe boa literatura científica classificando e catalogando uma infinidade de vegetais de grande porte com índices de resistência, durabilidade e densidade, que os tornam de grande valor econômico para as indústrias de construção civil e naval, para dormentes, proteção de cais, fundações e movelaria comum e artística. Nada obstante, as famosas madeiras da Amazônia continuam tendo participação inexpressiva no intercâmbio comercial da área com o resto do país e nos quadros de sua exportação para o exterior.

Para servir à região e ao país, implicando, no primeiro caso, sua ocupação aliada à melhoria das condições existenciais de seus habitantes interiorizados e, no segundo, ampliando exportações geradoras de divisas, torna-se necessário o desenvolvimento da indústria madeireira em bases técnicas, o que implicaria determinados estudos, visando ao aproveitamento racional e integral da floresta.

Como vem sendo praticada, em termos de extrativismo puro e simples, cabendo ao produtor primário catar nas matas reduzido número de exemplares de utilidade corrente, em zonas que permitam ser transportadas em jangadas, até aos portos das serrarias, sediadas em Manaus, Belém, Santarém, Itacoatiara e em pouquíssimas localidades ribeirinhas, essa indústria madeireira nenhum benefício proporciona à região nem contribui para que o proletariado florestal que a ela se dedica adquira melhores níveis de vida e se liberte do nomadismo característico desse tipo de atividade.

A exploração da floresta, para utilização de seu conteúdo, já constitui ciência, de que participaram a aerofotogrametria, para o conhecimento prévio do conteúdo da área a ser trabalhada, balanço e avaliação direta de sua parte utilizável, abertura de rodovias de penetração, a posse de equipamento adequado à derrubada e ao transporte e, por fim, o conhecimento de melhores métodos de aproveitamento do material retirado das selvas, evitando desperdícios.

Somente uma indústria madeireira lançada com base nesses recursos, métodos e conhecimentos, logaria proporcionar à Amazônia e ao país o rendimento de natureza econômica e de fundo social, que seria compreensível esperar através da mobilização desse rico patrimônio natural. Indústria a ser implantada não apenas nos arredores das cidades, como vem ocorrendo, mas em lugares mais estrategicamente indicados, como cada embocadura de rio ou igarapé navegável ou ao longo das estradas de rodagem, que terão de ser construídas para o avanço sobre as terras centrais da região, que precisam ser alcançadas e ocupadas.

## MINÉRIOS

Afirmava-se que o extraordinário avanço de certos países, dentre os quais a Inglaterra, os Estados Unidos, França e Alemanha, decorria da existência, em seus territórios, de recursos considerados básicos para o desenvolvimento industrial, notadamente o ferro, o carvão-de-pedra e o petróleo. Admitia essa escola que, sem o privilégio de tais reservas naturais, o progresso econômico de qualquer região se retardava bloqueando sua expansão. Como observa Yves Lacoste, anteriormente citado, “êste raciocínio se apresenta bastante frágil, quando se considera a importância dos recursos minerais de numerosos países subdesenvolvidos”. Acrescentando, ainda que “a ausência de reservas carboníferas não impediu o desenvolvimento industrial antigo dos Países-Baixos, da Suíça e da Suécia».

Aquêle julgamento se tornara, pacificamente, extensivo à Amazônia, cujo subsolo se inquinava de extrema pobreza em minérios de qualquer classe, pobreza que a desclassificava como área que pudesse ser contagiada por um apreciável surto de progresso material e cultural. Sem ferro, sem carvão e sem petróleo, restariam, apenas, seus solos facilmente degradáveis, desde que despídos do luxuriante manto vegetal que os caracteriza.

Essa avaliação, que se baseava em meros pressupostos, já não encontra ressonância. A Amazônia já não é mais incógnita, no que respeita à existência de jazidas minerais em seu subsolo. Entre a lenda fascinante do **El-dorado**, que alucinou aventureiros e fidalgos do século das descobertas, e as sentenças desencorajadoras dos que negavam à Amazônia certas características geológicas, tendendo a situá-la entre as áreas

da terra mais pobres de conteúdo mineral econômica-mente aproveitável, veio entropor-se a ação fria e pragmática da pesquisa científica, forrada de conhecimentos e de instrumentos que faltavam aos responsáveis por aqueles conceitos de fundo emocional ou, contemporaneamente, superficiais e levianos.

A curiosidade de homens acicatados pela ambição de lucros imprevistos, as prospecções dos técnicos da Petrobrás na busca indormida de lençóis petrolíferos e os trabalhos de caráter estritamente científico do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia começam a revelar-nos um mundo insuspeitado de riquezas no subsolo desta parte do continente. Já se encontram em exploração abundantes depósitos de manganês; a existência de minério de ferro pressupõe e justifica a implantação da grande siderurgia; ouro e diamantes fazem-se encontradiços nos leitos de inúmeros rios e igarapés; ensaia-se o aproveitamento de jazidas de calcário; e aquele instituto científico, que vem realizando sucessivas e bem sucedidas expedições, já constatou a existência de jazidas dos seguintes minérios, cujas amostras enriquecem o museu, que é uma das importantes dependências de suas instalações na cidade de Manaus:

#### **METALICOS:**

##### **FERRO:**

##### **Hematita:**

Rio Tarumã (Am)  
 Rio Madeira, abaixo de Manicoré (Am)  
 Rio Urubu, abaixo da cachoeira de Lindóia (Am)  
 Lago de Jacarétinga, Rio Aripuanã (Am)  
 Forte Príncipe da Beira (Rod)  
 Serra do Roraima (RB)  
 Alto Rio Negro (Am)  
 Rio Machado (Rod)  
 Rio Marmelo, afl. do Madeira (Rod)

- Rio Uatumã, Jatapu (Am)  
 Rio Curumbiara, afl. do rio Guaporé (Rod)
- Limonita:** Manacapuru (Am)  
 Rio Urubu (Am)  
 Ig. Oriente, Rio Jatapu (Am)  
 Arredores de Manaus (Am)  
 Arredores de Parintins (Am)  
 Içana, alto Rio Negro (Am)  
 Ig. Jatuarana, afl. do rio Aripuanã (Am)  
 Ig. Irague, Rio Negro (Am)
- Magnetita:** Rio Uatumã (Am)  
 Rio Jatapu, pôsto indígena (Am)  
 Alto Madeira (Rod)... na areia monazítica  
 Perto de Alenquer (Pará)
- FERRO:** **Siderita:** Rio Uatumã, da cach. do Moreno (Am)
- MANGANÊS:** **Psilomelana:** Arredores de Itapiranga (Am)  
 Afl. da margem esquerda do Madeira  
 Rio Urubu (Am)  
 Ig. Jatuarana, Rio Aripuanã (Am)  
 Território de Rondônia  
 Arredores de Canumã, Borba (Am)  
 Alto Aripuanã (Am)

	<b>Pirolusita:</b>	Rio Aripuanã, acima de Samaúma (Am) Jaciparaná (Rond) Margem direita do rio Sucunduri (Am) Rio Aripuanã, entre as cachoeiras Brilhante e Piratininga (Am)
	c/traços de Cobalto	Rio Aripuanã, Ig. do Rio Branco, acima da cachoeira Samaúma (Am) Rio Negro (Am) Território de Rondônia Ig. do Juma, Rio Aripuanã (Am)
<b>ALUMÍNIO:</b>	<b>Bauxita:</b>	Ig. Jatuaraninha, Rio Aripuanã (Am) Rio Jaciparaná (Rond)
<b>ESTANHO:</b>	<b>Cassiterita:</b>	Rio Machado (Rond). Rio Jeru, afl. do Rio Machado (Rond) Rio Prêto (Rond) Rio Urupá (Am) Zona do Vilhena (Rond) Rio Juruá (Am)
<b>TUNGSTÊNIO:</b>	<b>Schelita:</b>	Zona do Vilhena (Rond)
<b>TITÂNIO:</b>	<b>Ilmenita:</b>	Arredores de Manaus (Am) Ig. Jatuarana, afl. do Rio Aripuanã (Am) Baía do Tarumã (Am) Território do Rio Branco Jaciparaná (Rond) Rio Uatumã (Am) Rio Javari, alto Madeira (Rond)

		Rio Machado, ( Rond ) c/monazita Caracarái (RB) Rio Mucajái (RB) Ig. do Leão, BR-17, K 75 (Am) Cachoeira da Esmeralda (Rond) Rio Cujubim, Caracarái (RB) Rio Ajaramim, afl. do Rio Branco (RB)
	<b>Rutilo:</b>	Rio Uatumã, Jatapu (Am)
<b>OURO:</b>		Rio Urubu (Am) Rio Sucunduri, Tapajós
<b>COBRE:</b>	<b>Nativo:</b>	Rio Juruá (Am)
	<b>Calcopirita:</b>	Rio Jatapu/Nhamundá (Am) Rio Urubu/Uatumã (Am) Rio Mutum, afl. do Ma- deira entre Girão e Abu- nã (Rond)
	<b>Bornita:</b>	Rio Jatapu/Nhamundá (Am)
<b>CHUMBO:</b>	<b>Galena:</b>	Rio Nhamundá (Am) Arredores de Alenquer (Pa) Rio Jatapu/Nhamundá (Am) com traços de Ag Rio Juruá (Am) c/traços de Ag
<b>ZINCO:</b>	<b>Blenda:</b>	Rio Juruá (Am)
<b>MERCÚRIO:</b>	<b>Cinábrio:</b>	Faixa do Siluriano do Trombetas ao Urubu

**CROMO:**           **Cromita:**           Território do Rio Branco

**NÍQUEL:**          **Nicolita:**           Alto Juruá (Am)  
Rio Urubu (Am)

**BERILO:**          **Berilo:**             Zona do Vilhena (Rond)

**NÃO METÁLICOS:**

**LINHITO:**                               Benjamin Constant (Am)  
Lago do Alselmo, abaixo  
da Cach. Itapuiuma (Am)  
Alto Aripuanã (Am)  
São Paulo de Olivença  
(Am)  
Foz do Envira, Rio Ta-  
rauacá, afl. do Juruá  
(Am)  
Tabatinga (Am)  
Rio Mari-Mari (Am)

**CAOLIM:**                               Morro da Favela (RB) .  
Rio Urubu (Am)  
Rio Mucajaí (Am)  
Alto Madeira (Rond)  
Território de Rondônia  
Arredores de Barcelos,  
Rio Negro (Am)  
Rio Maraujá, afl. do Rio  
Negro (Am)  
K 50 da Estrada da Am-1  
(Am)  
K 5 da Estrada da Am-1  
(Am)  
Lago Saimão (RB)

**CALCÁREO:**                           Rio Urubu (Am)  
Rio Parauari, lugar Pe-  
derneiras (Am)  
Rio Jatapu, pôsto indíge-  
na (Am)

		Rio Uatumã, arredores de S. Sebastião (Am)
		Rio Carará (Am)
		Rio Uatumã (Am)
		Alto Jatapu, estirão de Arraia (Am)
		Rio Jatapu, 2k de Capucapu (Am)
		Capanema (Pa)
		Arredores de Alenquer (Pa)
<b>BÁRIO:</b>	<b>Baritina:</b>	Rio Nhamundá (Am)
<b>GIPSITA:</b>		Itacoatiara (Am)
		Território do Rio Branco
		Território de Rondônia
		Rio Pauini, afl. do Purus (Am)
<b>PIRITA:</b>		Município de Parintins (Am)
		Rio Pauini (Am)
		Rio Negro, Airão (Am)
		Rio Juruá (Am)
		Igarapé Manacari, alto Uatumã (Am)
		Arredores de Alenquer (Pa)
		Arredores de Faro (Pa)
		Mucajai (Am)
		Rio Urubu (Am)
		Rio Uatumã (Am)
		Rio Nhamundá (Am)
		Rio Capucapu, Jatapu (Am)
		Waupés (Am)
		Boa Vista (RB)
		Rio Sucunduri (Am)
		Seringal Carvoeiro, Barcelos, Rio Negro (Am)

- Igarapé do 40, Manaus (Am)  
 Rio Negro, entre Domeni e Aracá (Am)  
 Rio Capatana, município de Jutai (Am)  
 Rio Curuçá, afl. do Javari, ig. dos Teixeiras — Rio Negro (Am)
- GRAFITA:** Alto Rio Negro, perto de Jaguaretê (Am)  
 Rio Mutum, afl. do Madeira entre Girão e Abunã (Rond)  
 Rio Uatumã (Am)
- MICA:**                      **Muscovita:** Arredores de Boa Vista (RB)  
 Território de Rondônia  
 Zona do Vilhena (Rond)  
 Arredores de São Gabriel, Rio Negro (Am)  
 Arredores de Caracai (RB)
- Biotita:** Samaúma (Am)  
 Inambu (Am)  
 Rio Aripuanã, acima de Samaúma.

Nesse impressionante setor de riquezas espontâneas, enquadradas no plano do extrativismo não individual, porém através de organizações capitalísticas de qualquer tipo, o conteúdo econômico da Amazônia encontra poderoso instrumento de elevação de seus índices de renda territorial e de alargamento da receita pública, com possibilidades de criar outras apreciáveis correntes de ingresso de moedas fortes, por meio de sua exportação, como matéria-prima ou depois de conveniente processamento industrial.

## FAUNA AQUÁTICA

Como não se ignora, encontra-se na Amazônia o maior sistema potamográfico da terra, representando cerca de 1/5 do volume de águas doces que umedecem os continentes. No seio dessa imensa massa hídrica, de plâncton rico e variado, desenvolve-se uma espantosa fauna ictiológica, que se dimensiona entre o minúsculo candiru e os peixes de grande porte, como o pirarucu, peixe-boi e a piraíba, a que se deve acrescentar considerável variedade de quelônios. "São muitos de ótimo sabor, excedendo a quantos comi na Inglaterra, de água doce ou salgada", afirmava Alfredo Wallace, relatando impressões de viagem, colhidas nesse fabuloso mundo equatorial. Emílio Goeldi catalogava em cerca de 513 as espécies estudadas, ao tempo em que dirigia o Museu de seu nome, na capital paraense, em contraposição a 1.800 admitidos por Agassiz, que foi por volta da segunda metade do século 18, o maior estudioso da fauna aquática da bacia amazônica. Amando Mendes, autor da monografia "As Pescarias Amazônicas e a Piscicultura no Brasil" (1938), onde foram colhidos êsses dados, classifica-as, por suas designações de uso local e correspondente taxinomia, em 530 espécies, valendo-se, segundo declara, dos notáveis estudos de José Veríssimo e da "Monografia Brasileira de Peixes Fluviais", de Couto de Magalhães.

A fauna ictiológica da Amazônia é, sem dúvida alguma, das mais ricas que se conhecem. Todavia, até agora, não tem sido aproveitada racionalmente, antes submetida a processo sistemático de destruição. Base alimentar das populações regionais, não têm estas, à falta de orientação técnica, retirado os recursos que êsse mesmo campo ainda hoje pode oferecer, em quan-

tidade e qualidade, nada obstante o empobrecimento ou quase extinção de algumas espécies, a exemplo do peixe-boi e da tartaruga. De tôdas as variedades de peixe abundantes em nossos rios, sòmente o pirarucu vem sendo intensamente caçado, mais como objeto de comercialização do que com a finalidade de aumentar as disponibilidades de alimentos protéicos de que necessita a região.

Ora, é êsse ângulo mercantilista o que menos deve polarizar a atenção dos poderes públicos, quando se tenha de colocar em pauta o problema da pesca na Amazônia. Não há por que pensar-se em converter as águas amazônicas em fonte de fornecimento de pescado para fins de exportação, quando o que se colhe, por métodos primitivos, que incluem o timbó e a dinamite, nos rios e lagos da região, sobretudo no período das cheias, é insuficiente para o consumo regional. Não me consta, aliás, que a industrialização do peixe se faça fora das águas marinhas. Todo o pescado que outras regiões exportam nessa modalidade é oriunda dos mares e, eventualmente, da foz de alguns rios em que se refugiam os cardumes no período da desova, a exemplo da tainha no estuário amazônico.

O aproveitamento dos peixes da Amazônia deve ter como primeiro e principal objetivo enriquecer e diversificar o cardápio de seus habitantes, do sertão e das cidades, que se ressentem de sua insuficiência e altos preços no período das alagações.

Mais do que a organização e o equipamento de empresas de pesca, que muitos ambicionam instalar com financiamentos oficiais, deve ser alvo da atenção dos governos a divulgação dos processos de guarda do peixe, fumado ou ensalmourado, visando a garantir abundância de alimentação nos períodos de escassez. Aos Serviços de Caça e Pesca, mantidos pelo Ministério da Agricultura, cumpriria a divulgação e o preconício daqueles processos, de sorte a permitir que cada estabelecimento rural, sediado às margens dos rios, lagos, igarapés e paranás, fôsse induzido a fazer, na época de abundância, correspondente ao período das vazantes, a

acumulação de reservas desse alimento para as fases de carência, quando o espectro da fome ronda muitos lares, no interior e nas cidades, e o pescado alcança preços além da capacidade aquisitiva da maioria da população. Embora não sendo fácil, não constitui obstáculo intransponível a criação do hábito da guarda do peixe pelos processos indicados, para melhorar as condições alimentares da Amazônia. Isso não impediria que, com os recursos naturais, racionalmente aproveitados, e com a promoção da piscicultura das espécies mais convenientes, se caminhasse, oportunamente, para a industrialização em grande escala, destinada à exportação, sobretudo para os Estados do Sul e do Nordeste, criando-se um valioso instrumento de intercâmbio comercial, com possibilidades de fortalecer a receita monetária regional.

A incapacidade de produzir os alimentos necessários à sua própria subsistência, a que aludia o comandante Todd, e que foi, também, mencionada por Felisberto de Camargo, talvez resultasse, em grande parte, do desconhecimento daqueles processos de guarda, de que se socorrem muitas comunidades onde é, também, o peixe principal fonte de alimentação.

## PECUÁRIA

Conta-se que, perguntado certo homem de negócios norte-americano quais as atividades que melhor se ajustavam a Amazônia, para o aproveitamento de seu vasto território, veio a resposta imediata e sem vacilações: em primeiro lugar, a pecuária, em segundo lugar, a pecuária e, em terceiro lugar, ainda a pecuária.

Aos que, por vocação ou espírito de lucro, se dedicam à criação de gado nessa área, seja utilizando as pastagens naturais das várzeas inundáveis do Baixo e Médio Amazonas, da ilha de Marajó ou do Território do Rio Branco, ou, ainda, pastos artificiais, nos arredores de Manaus, não surpreende essa incisiva conclusão. Não há, com efeito, melhor investimento monetário ou de trabalho pessoal do que o aplicado na formação de fazendas. É comum afirmar-se, na capital paraense, que uma fazenda de gado em Marajó, quando bem administrada, é esplêndido negócio; quando mal dirigida, situa-se na categoria dos bons negócios e, mesmo péssimamente conduzida, ainda representa operação de apreciável rendimento. Embora com sabor de anedota, traduzem êsses conceitos uma realidade indiscutível.

Os pecuaristas instalados naquelas várzeas enfrentam os riscos de freqüentes e devastadoras enchentes, obrigam-se a penosos esforços com a transferência de seus rebanhos, dos campos inundáveis para os pastos de terra firme, quase sempre localizados a considerável distância ou nas margens opostas dos rios onde se encontram, não recebem qualquer ajuda técnica ou financeira das administrações estaduais, contam, apenas, em modestos limites, com a assistência proporcionada pelo governo federal, através do Ministério da Agricultura e das administrações territoriais e, ainda assim, consti-

tuem o mais próspero grupamento econômico que existe na região. Desde que possuísse equipamentos adequados, assistência técnico-sanitária satisfatória nas emergências em que se fizesse necessária, e razoável financiamento, para ampliação e melhoria dos seus rebanhos, a pecuária se converteria numa das maiores (se não a maior) fontes de riqueza da Amazônia.



Campo de pastagem artificial nas terras firmes. Fazenda Santa Maria — Município de Parintins. Propriedade do Comendador Agésilau Araújo.

Fascinado pelas possibilidades que esse campo de trabalho oferece, Felisberto de Camargo, quando diretor do Instituto Agrônomo do Norte, realizou excelentes estudos e experiências sôbre o melhor e mais intensivo aproveitamento das terras inundáveis da região, estimulando, sobretudo, a criação do búfalo, espécie

que melhor se adapta e desenvolve nos lugares pantanosos, e formando plantéis de raças que, pela sua rusticidade, aqui se ambientam satisfatoriamente.

A preferência pelas terras marginais para criação de gado vacum e cavalariço, a despeito dos riscos decorrentes do transbordamento dos rios, encontra justificativa tanto na existência de pastos naturais como nas facilidades de transporte por via fluvial. Nada contradiz, entretanto, a expansão da pecuária sobre as terras firmes centrais, tanto naquelas onde também existem áreas de pastagens nativas, como acontece no Território do Rio Branco e entre os vales dos rios Madeira e Purus (Campinas do Puciarí), como em terras onde se tenha de recorrer à formação de pastos. Campos abertos e plantados com variedades de gramíneas e leguminosas, sobre solos não inundáveis, graças às abundantes e regulares precipitações pluviométricas e à frequência de aguadas, dando lugar à formação de extensas baixadas úmidas, oferecem condições sobremaneira favoráveis à criação de animais de todos os portes (suínos, ovinos, caprinos e bovinos). Esses empreendimentos escassamente se praticam em virtude da carência de braços, ausência de estradas de rodagem, falta de estímulo oficial, aos quais se juntam a vocação do extrativismo e a atração das faixas ribeirinhas com o seu conjunto de facilidades de transporte e alimentação, asseguradas pelos cursos-d'água e pela fertilidade das terras aluvionais.

Ensaio para a formação de pastos nas terras firmes dos arredores de Manaus atestam a viabilidade e o êxito dessas iniciativas, que podem ser multiplicadas, em quase todo o território amazônico, que se poderá converter, dentro de algumas décadas, numa das maiores zonas pecuaristas do país.

No presente momento, os rebanhos de gado vacum na Amazônia, com maior concentração na ilha de Marajó, nos Territórios Federais do Rio Branco e Acre, municípios do Baixo Amazonas paraense e municípios de Itacoatiara, Careiro e Ambrósio Aires (Autazes), no Estado do Amazonas, somam, segundo o censo de 1950,

pouco mais de um milhão de reses, quantidade insuficiente para atender ao consumo da área, que se vê obrigada a importar carne de gado, por via aérea, do Estado de Goiás e a submeter-se a um quase permanente racionamento dêsse produto.

Por outro ângulo, certamente mais importante do que o representado pelo aproveitamento das condições que a Amazônia oferece para o florescimento da pecuária, deve ser considerado o desenvolvimento dêsse setor de atividade: o da alimentação. Por mais promissoras que se apresentem a lavoura de frutos, tubérculos e cereais, a fauna aquática da região, mesmo fortalecida com a implantação da piscicultura racional, e a obtenção de gorduras vegetais utilizando a extensa variedade de oleaginosas comestíveis de suas florestas, não se pode prescindir da contribuição da carne e do leite de gado, para que se consigam as 2.500 calorias, admitidas pelos nutricionistas, como mínimo exigido pelo organismo humano, sem que ocorra o fenômeno da **fome oculta**, a que alude Josué de Castro.

Um só exemplo é suficiente para ilustrar o afirmado: no mercado da capital de certo município vizinho a Manaus, no período de noventa dias, nenhuma carne bovina foi oferecida a consumo.

A pecuária enseja, por sua vez, abundância de adubos nitrogenados, permitindo a complementação do cardápio popular, com certa quantidade de legumes e hortaliças, fornecedores de determinados sais minerais, de cuja carência se ressentem, tanto os cidadãos como os habitantes da hinterlândia.

A contribuição da pecuária na melhoria dos padrões de nutrição na Amazônia deixa de ser tema secundário, para situar-se em plana de bem maior relevância.



Pecuária em campos de várzea, no Baixo Amazonas.

## FRUTICULTURA

Poucos se apercebem do papel que representam as frutas na alimentação das populações das zonas intertropicais. Afirma Marston Bates que "geralmente, no regime alimentar, as frutas ocupam, nos trópicos, um lugar mais importante do que nas zonas temperadas".

Com efeito, não escapa a qualquer observador a riqueza e a variedade que apresentam os mercados das nossas cidades no que respeita às frutas comestíveis, de elevado teor nutritivo. Os países tropicais alinham-se entre os principais exportadores de bananas, abacaxis, laranjas e amêndoas diversas, que, em alguns casos, como nas Antilhas, são a própria base de sua economia de produção.

Na Amazônia, as condições de solo e de clima são extremamente favoráveis à fruticultura. Frutas nativas, cuja lista é extensa, nela se incluindo biribás, cupuaçus, sôrvas, abius, pajurás, buritis, além de tôdas ou quase tôdas as que se cultivam no país, incluindo jacas, abacates, sapatís, laranjas, graviolas, pinhas (fruta-do-conde), ananases, bananas, fruta-pão, etc. se comportam magnificamente, embora, em nenhum dos casos, existam grandes plantações organizadas para fins comerciais.

Atendendo ao consumo local, onde essas frutas, representam parcela considerável na alimentação cotidiana, o desenvolvimento de suas lavouras poderá converter a Amazônia em região fruticultora de projeção mundial, emprestando-lhe lugar destacado na luta pela obtenção de alimentos para um mundo que vem sendo atemorizado pelo fantasma da fome.

Uma pesquisa de campo sôbre a utilização das frutas como parte da alimentação das populações regionais, talvez viesse a surpreender pela verificação do alto volume representado por sua contribuição.



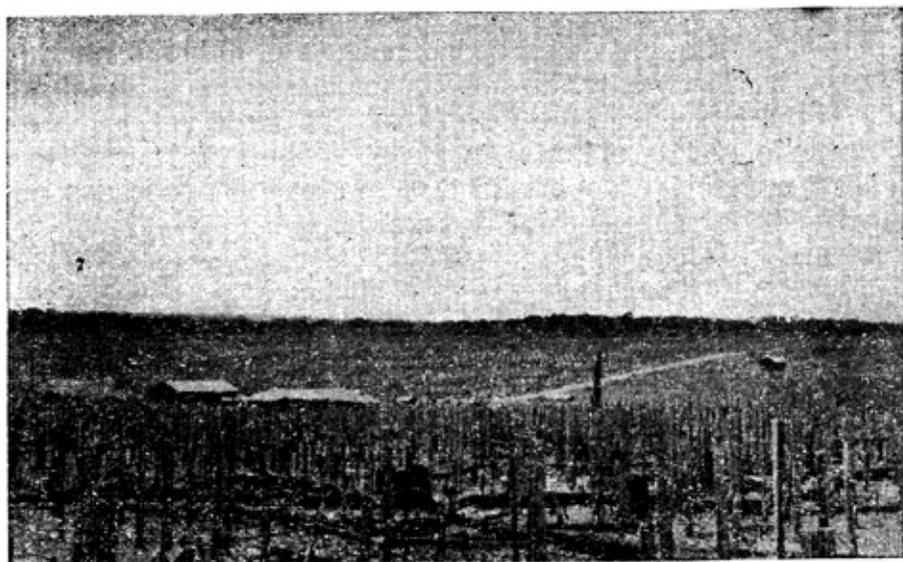
Coqueiro-anão, no horto do Fomento Agrícola Federal, em Manaus, onde, sob a orientação técnica do Dr. Benedito Caeté Ferreira, são feitos proveitosos ensaios de fruticultura e domesticação de plantas regionais.

## PIMENTA-DO-REINO

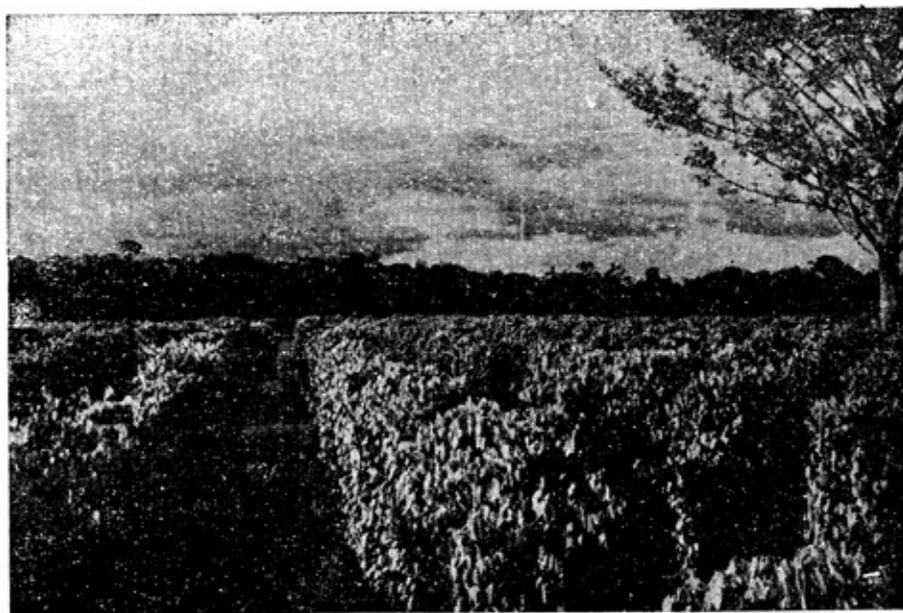
Quando não se queira utilizar unicamente os vegetais nobres retirados da cobertura florística regional, para recorrer-se a plantas exóticas, já perfeitamente ambientadas na Amazônia, a pimenta-do-reino oferece valiosa fonte de produção de riqueza.

Em quase tôdas as terras enxutas da região, em cuja estrutura haja predominância de argila com participação de elementos orgânicos, a pimenta asiática é cultura de razoáveis possibilidades, tanto para consumo doméstico como para exportação, tendo-se em vista a universalidade de seu uso culinário. A multiplicação das lavouras dessa piperácea já não guarda segredos, encontrando-se a técnica de seus tratos culturais suficientemente difundida na região. Produzida por agricultores japoneses e brasileiros, suas safras vêm permitindo colocação nos mercados externos. Com ciclo vegetativo de cerca de 10 anos, inclui-se no grupo dos vegetais perenes ou de médio ciclo, funcionando, por isso mesmo, como fator de fixação do homem e de sedimentação de riqueza. Embora planta exótica, sua cultura já consideravelmente difundida, merece ser estimulada e ampliada.

Como está sendo praticada na Amazônia, tanto por japoneses radicados na região, como por brasileiros, na maioria dos casos de bom nível social, situa-se entre os empreendimentos rurais altamente racionalizados. As plantações existentes obedecem, na sua quase totalidade, a métodos avançados de técnica agrícola, com utilização de adubos e acertados processos de tratamento.



Pimental de 150 000 pés, nas proximidades de Belém-Pará. Propriedade da Organização Tuji & Cia., da capital paraense.



Cultura racional da pimenta-do-reino, à margem da Estrada BR-17, a 12 quilômetros de Manaus. Propriedade do Dr. Edson Melo.

Mais freqüente nas adjacências das cidades de Belém e Manaus e tendo maior expansão no Município de Tomé-Açu, no Estado do Pará, sua mais valiosa contribuição reside, entretanto, na formação de lavradores com tendência à aceitação dos modernos processos de aproveitamento racional dos solos.

## JUTA

A fibra de juta, que tão poderosamente vem contribuindo para fortalecimento da renda territorial da área, opulentando a receita tributária dos Estados e Municípios onde é produzida, não pode ser desprezada. Não representa, todavia, instrumento de expansão da cobertura demográfica da região, por ser cultura de pequeno ciclo, somente praticada nas várzeas dos rios de águas amarelas, desviando-as de sua primitiva função de solos destinados à produção de gêneros alimentícios. Revestindo-se sua economia de caráter estritamente monetário, seria indicado um estudo cuidadoso de suas repercussões no plano social, uma vez que nada restitui às áreas onde é produzida nem conduz ao estabelecimento de uma sociedade ou de uma cultura de linhas consistentes. No presente estágio, os plantadores de juta se subordinam a níveis de vida extremamente baixos, porque, embora auferindo lucros monetários compensadores, habitam e vivem em condições somente comparáveis às dos párias indianos ou dos felás, do antigo Egito.

Normas de cooperativismo talvez lograssem imprimir-lhes aspectos mais nobres, elevando as condições precaríssimas em que permanecem os juiticultores, tendo, em contrapartida, o enriquecimento de todos os demais grupos econômicos que interferem na sua comercialização e industrialização. Cooperativas de produção e comercialização, que interviessem em sua fase de agricultamento, através do fornecimento de sementes selecionadas e indicação de métodos agrícolas racionais e econômicos. Cooperativas que se encarregariam, posteriormente, da classificação, prensagem e exportação direta ou venda da juta produzida às firmas

exportadoras, poderiam oferecer a solução adequada, para transformação do que é uma atividade primitiva, em eficaz instrumento de sedimentação de riquezas, com ponderáveis repercussões econômicas e sociais.

Não deve a ação do Estado confinar-se nesses aspectos de superfície. A própria estrutura geográfica da produção da juta, que se abeira dos cursos d'água, menos por exigência de solo do que pelas implicações de seu processo de maceração, também precisa ser considerada. No momento, limita-se o governo a fornecer sementes aos juiticultores e assegurar-lhes assistência financeira.

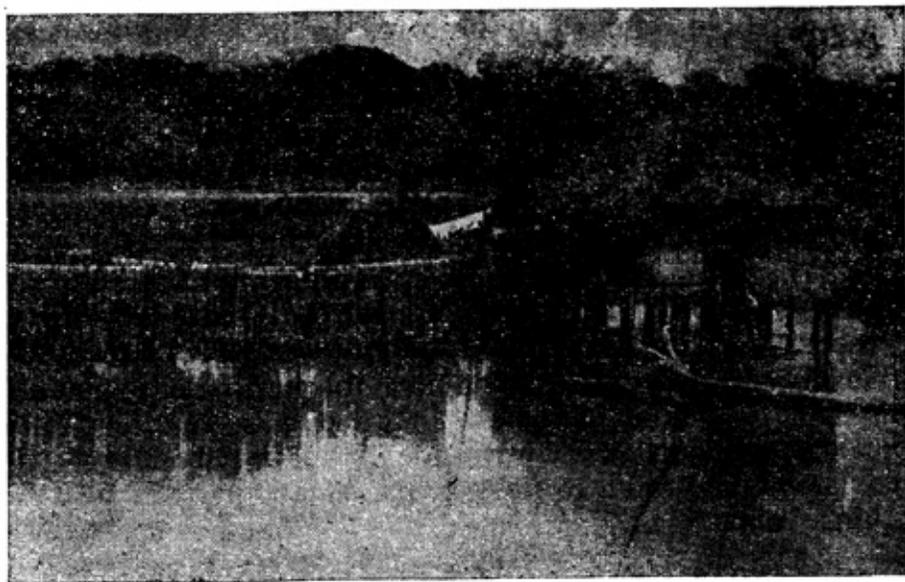
Para produção de sementes como para o estudo da genética dessa tiliácea e aprimoramento de seus métodos de produção, não existe uma só estação experimental. Desde quando Ryota Oyama a introduziu e aclimatou na Amazônia, só se cuidou de ampliar suas áreas de cultura, sobrepondo-se a quaisquer outros objetivos o espírito mercantilista, que marca tôdas as atividades produtoras da região. Não houve experiências no sentido de estender em outras direções a geografia de sua plantação, transferindo-a das várzeas inundáveis para terras menos sujeitas a êsse fenômeno hidrográfico. Deslocando-a da contigüidade da água, que, se facilita aquela operação de maceramento, por outro lado reduz o período de duração das safras, criando problemas de estocamento e lhe impondo caráter episódico.

Esta seria uma das formas de tornar a juta fator de estratificação cultural. Transferindo-a, embora parcialmente, da lama das várzeas inundáveis, onde nada se pode construir, para as terras contíguas não inundáveis, embora com suficiente teor de umidade, se libertaria a juiticultura da eiva de extrativismo, permitindo que seus produtores participassem de uma estrutura social com características próprias e de feição menos primitiva.

Embora não constituindo a lavoura da juta, em seu atual estágio, fator de fixação do homem a um determinado espaço e de aprimoramento social, o que



Habitação típica de juticultor. Baixo Solimões.



Onde mora o plantador de juta nas várzeas dos rios de águas amarelas. Baixo Amazonas.

não seria difícil comprovar por meio de investigações de campo nas zonas produtoras do Baixo e Médio Amazonas, ou procurando conhecer os padrões de vida dos plantadores do Paquistão e da Índia, vale considerar sua visível importância como matéria-prima de utilização mundial. Tem essa fibra universalidade de consumo. Não existe país, dos tipicamente subdesenvolvidos aos de mais avançados índices de civilização, que não seja, em maior ou menor escala, um produtor ou comprador de juta para suas necessidades. E a demanda dessa fibra cresce, incessantemente, como acontece em nosso próprio país, cuja indústria de fiação e tecelagem já acusa uma absorção da ordem de 60 000 toneladas.

Somente os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e Alemanha exigem, anualmente, suprimento que ultrapassa 350 000 toneladas.

Desde que corrigidas certas implicações desfavoráveis, que degradam e sacrificam, presentemente, a pessoa humana dedicada a esse setor de produção agrícola, o que é tarefa dos poderes públicos, a jiticultura na Amazônia, elevada a maiores índices, poderá converter-se num dos mais próximos e eficientes instrumentos de recuperação do país, no plano, altamente comprometido, de seu equilíbrio cambial.

Entre 1945 e 1960, o aumento ocorrido foi da ordem de 50.258 toneladas, representando 850%. E, para essa espetacular progressão, contribuíram, apenas, a segurança de financiamento e garantia de compra das safras, pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços, o fornecimento de sementes nem sempre satisfatório e a existência de um mercado de consumo interno em franca expansão. É o que se verifica analisando o quadro a seguir, onde estão registrados os algarismos da produção de juta na Amazônia, nos últimos quinze anos.

<b>ANOS</b>	<b>TOTAL</b>
1 945	6.639.423
1 946	8.651.099
1 947	6.363.745
1 948	9.438.626
1 949	16.014.602
1 950	13.927.585
1 951	22.210.973
1 952	21.384.978
1 953	20.986.588
1 954	23.290.959
1 955	29.860.755
1 956	40.109.635
1 957	35.025.883
1 958	43.801.321
1 959	37.533.689
1 960	56.897.909
	<hr/>
	392.137.770

## ARROZ

Cereal que, segundo L. Granato, participa do cardápio de 2/5 dos habitantes dos diversos continentes, encontra, nas várzeas amazônicas, ambiente mais favorável do que em qualquer outra região do globo com características geográficas semelhantes.

Em seu livro, "O Arroz" (S. Paulo 1914), estudando essa gramínea, sob seus aspectos históricos, culturais, agrícolas, industriais e alimentares, diz, referindo-se à Amazônia: "As extensas planícies onde as máquinas podem trabalhar de modo vantajosamente econômico, o clima quente e úmido e as terras férteis, irrigadas quase que diariamente pelas chuvas tênues que caracterizam os climas tropicais, são condições tão favoráveis para a cultura do arroz nas zonas setentrionais, que nos dispensam de insistir para demonstrar quão fácil e vantajoso seria ali a exploração em grande escala desse cereal".

Recentemente, em meticoloso estudo das várzeas do estuário, abrangendo pesquisas de solo, do plâncton dos rios de águas barrentas, com análise e mensuração de seu conteúdo em sedimentos orgânicos e minérios, métodos de trabalho, comportamento e rendimento das lavouras dessa utilíssima planta, publicado no Boletim do Instituto Agrônomo do Norte (n.º 33 — 1956), Rubens Rodrigues Lima, professor de Agricultura Geral da Escola de Agronomia da Amazônia e diretor desse órgão de experimentação, nos revela a extraordinária importância da rizicultura nos solos inundáveis do Médio e do Baixo Amazonas, apontando-a como capaz de converter-se numa das mais opulentas fontes de riqueza da região.

Embora na extensão de suas 164 páginas, contendo observações técnicas, dados científicos, estatísticas e fotografias, sejam estudadas várias outras culturas de pequeno ciclo, praticadas nos solos aluvionais, nenhuma delas é apresentada com índices econômicos tão impressionantes como a do arroz em suas variedades mais indicadas. Comparando os rendimentos da rizicultura na Amazônia e no extremo sul do país, afirma Rubens Lima que — “Para se ter uma idéia da importância da produtividade da várzea, basta citar que, no Rio Grande do Sul, a produção média das culturas irrigadas é de 2 500 quilos por hectare, e nas várzeas do estuário amazônico, a produção média da cultura consecutiva numa mesma área, incluindo a soca, é de 4 500 quilos de arroz com casca, por hectare, sem adubação e sem tratos especiais”.

Ao informar que a produção de arroz na Amazônia tem, nestes últimos anos, oscilado entre 30 e 38 mil toneladas, diz, ainda, que as várzeas do estuário, estimadas em cerca de 1 500 000 hectares, são capazes de permitir safras da ordem de 3 900 000 toneladas de arroz beneficiado, o que situaria o Brasil numa posição destacada entre os demais países e regiões onde a cultura desse cereal tem predominância.

## PRODUZIR PARA EXPORTAR

Como ninguém ignora, o desequilíbrio do balanço cambial do país planta raízes no episódio histórico da exclusão da borracha do quadro das exportações brasileiras, onde figurava quase em grau de paridade com o café, no que respeita ao volume de divisas produzido. Desde essa época, têm sido inúteis os esforços do governo na busca persistente de outros produtos para preencher o vazio aberto com a defecção da borracha. Cacao, algodão, açúcar, minérios e outras matérias-primas de segunda linha representam complementações insuficientes, tanto pela instabilidade dos mercados como pela atuação competitiva de outros países com produção similar.

Para enfrentar e atenuar a quase permanente posição deficitária de nosso intercâmbio com o exterior, intentaram-se as mais variadas medidas e artificios, cujas repercussões retardadas deram lugar às atuais dificuldades, traduzidas na degradação incontrollável do mil réis de ontem e do cruzeiro dos nossos dias.

Dentre os recursos de que se tem socorrido o governo para restabelecer o equilíbrio cambial, figuram os acordos comerciais, estabelecendo compromissos e preferências de compra e venda de mercadorias produzidas na área de cada uma das partes contratantes. E por estranho que pareça, nesses convênios, raramente são incluídas as matérias-primas da Amazônia, que só conseguem sua participação, depois de dramáticos apelos formulados pelos órgãos representativos da produção e do comércio regionais. Não, reside, entretanto, nessa omissão, a falha principal de tais ajustes comerciais, porém no sentido de emergencialidade que os caracteriza.

Uma nação não é um estabelecimento comercial com estoques encaalhados que precisa vender ou trocar. Seus interesses, no plano do comércio internacional, alcançam bem maior projeção, não podendo nem devendo confinar-se nos limites acanhados de operações de emergência. Os termos dos convênios de tal natureza deveriam ter presentes não apenas aqueles estoques de mercadorias em disponibilidade, mas, igualmente, a capacidade de produzir de nossa gente e nossos solos. A técnica e o espírito desses acordos comerciais deveriam ter em vista **o que podemos produzir para exportar e não apenas o propósito de exportar o que produzimos**. Em lugar de partirem do balanço das mercadorias e produtos que o comércio exportador do país tem nos seus depósitos ou prateleiras, para venda no período de validade dos convênios, deveria ser levantado, preliminarmente, o quadro das importações dos países com os quais pretendemos negociar. O conhecimento das necessidades de cada um, em matérias-primas e mercadorias acabadas, serviria para marcar os rumos de nossa economia de produção, a ser conduzida com a finalidade específica de atendê-las.

Não foi outra a política de extrema agressividade, no campo do comércio internacional, praticada pelos industriais e exportadores germânicos, antes da guerra de 1914, cuja verdadeira finalidade, segundo se admite, seria a de conter a impetuosa expansão do comércio exterior da Alemanha.

Possuindo nosso país, em função de seu lançamento geográfico no sentido dos meridianos, extrema diversidade de clima, permitindo culturas agrícolas que vão do trigo ao arroz, da pêra, da maçã e da uva às frutas tipicamente equatoriais, agasalhando, em seu subsolo, todos ou quase todos os minerais metálicos ou não metálicos, dispondo de florestas e campos de pastoreio ilimitados, com uma costa marítima abundantíssima em peixes e mariscos, situa-se, como nenhuma outra área de terra, em posição de atender, a curto, a médio ou longo prazo, a tôdas as demandas de

mercadorias e matérias-primas, exigidas pelas necessidades mundiais.

Dentro desta ordem de raciocínios, perdem substância e oportunidade os argumentos daqueles que negam a utilidade do estabelecimento de relações comerciais com os países da cortina de ferro, quando afirmam que nada temos para vender à Rússia, à China ou à Polônia, sobretudo porque êsses países não se notabilizam como bebedores de café... Tomando a curto prazo, em termos de venda de balcão, devendo os cliantes adquirir aquilo que está exposto nas vitrinas ou prateleiras, admite-se a validade do raciocínio. Conhecidas, entretanto, as reais necessidades dessas nações, em matérias-primas, alimentos e artigos industriais, fica fora de qualquer dúvida que o país, mercê de seus extraordinários recursos de toda ordem, poderá vir a classificar-se entre seus grandes fornecedores.

No caso específico da Amazônia, torna-se evidente que a região, não possuindo ainda uma economia cristalizada, pode vir a ocupar posição destacada no intercâmbio comercial do país com o exterior, realizando sua vocação histórica e retomando, em futuro não remoto, a posição de vice-liderança que perdeu, quando detinha a hegemonia mundial da produção de borracha.

Convém lembrar que a Amazônia, utilizando praticamente uma só de suas inúmeras fontes naturais de matérias-primas — a borracha — chegou a responder por quase metade do valor das exportações brasileiras, apenas superada, em volume físico e em valor monetário, pelo café, ao tempo em que o Brasil, com a hegemonia quantitativa dessa rubiácea, detinha, igualmente, sua hegemonia política, agora periclitante.

Para um mundo faminto de gorduras e óleos vegetais, de madeiras, de alimentos ricos em teor nutritivo, de minérios e de outras matérias-primas de fundamental importância, a mobilização racional dos recursos que a região pode oferecer, responderia às crescentes solicitações desses produtos, contribuindo para alargar, em dimensões imprevisíveis, o quadro das exportações brasileiras.

A medida que perdemos terreno nos mercados consumidores de café, onde a ação competitiva, em qualidade e quantidade, se faz sentir cada vez com mais acentuado vigor, deverá contrapor-se uma poderosa ofensiva, partindo do oferecimento a êsses e a outros mercados de quantidades substanciais de produtos como a castanha, o linalol, óleos vegetais, madeiras para as mais diversificadas finalidades, beneficiados em nossas próprias usinas, o ferro e o manganês, frutas tropicais de inexcedível sabor, fibras de juta e uaicima, guaraná e de numerosas outras essências aplicáveis à farmacopéia e à perfumaria, a exemplo do cumaru e do óleo de copaíba, todos de elevado valor mercantil.

Rasgada de um extremo a outro, de Leste a Oeste, pelo profundo e largo caudal do Amazonas, o problema de transporte dessas mercadorias para o exterior se apresenta extremamente facilitado, desde que seus estoques convirjam para determinados entrepostos de exportação, a exemplo de como ocorria, primitivamente, com a borracha e hoje se verifica com a castanha e os pequenos volumes de outras matérias-primas naturais, colhidos no setentrião brasileiro.

Nenhuma região do país pode, mais rapidamente, converter-se em centro produtor de mercadorias para exportar, desde que utilizados racionalmente seus recursos naturais e mobilizada sua potencialidade produtiva, em consonância com as necessidades dos mercados mundiais.

## TURISMO

Ao balancear o conteúdo econômico da Amazônia, não se deve esquecer sua importância como argumento turístico.

Vender paisagem, como ordinariamente se diz, ou converter em objeto de negócio o inédito e o exótico, como expressões de culturas diferentes, representa, hoje, para grande número de países, qualquer que seja seu nível de desenvolvimento, um dos meios mais hábeis e rápidos de conseguir ingressos de moedas estrangeiras. Ingressos que não implicam desgaste do patrimônio do país vendedor. A coisa vendida, que se traduz, apenas, no direito de olhar, sentir e fotografar, não se transfere, como no escambo de mercadorias. Permanece, para renovação dessa venda simbólica, indefinidamente, em posição de provocar novos e, talvez, maiores rendimentos. Pode-se, até, afirmar que seu valor aumenta na medida em que novos visitantes a conhecem e dela fazem notícia. Mencione-se, ainda, a favor do turismo, a virtude de criar oportunidades a empreendimentos no campo econômico e cultural.

São conhecidas as enormes somas de dinheiro forte de que se beneficiam, anualmente, através do turismo internacional, a França, a Itália, a Suíça, Portugal e Espanha, no continente europeu, a que se emparelham, nas Américas, o México, Cuba e Canadá, para só citar países que se notabilizaram e aperfeiçoaram nessa indústria.

No momento em que o governo e a iniciativa privada resolverem colocar o turismo na pauta do comércio exterior do Brasil, caberá à Amazônia lugar de inconfundível projeção nesse novo mercado. Conhecer a maior bacia hidrográfica do mundo, desejo que excita

aos próprios brasileiros de outros Estados, será tema de fascínio universal. Sulcar as águas do grande e lendário rio, entrar em contacto com a opulência verde de suas florestas, sentindo-as de perto, ao longo de estradas de rodagem que começam a penetrá-la, constitui emoção difícil de esquecer e capaz de provocar poderoso afluxo de visitantes, oriundos dos países mais altamente desenvolvidos, cujas elites intelectuais e financeiras se deixariam empolgar por uma aventura diferente das que lhes proporcionam aquelas nações, historicamente consagradas como centros de atração turística.

Duas formas de turismo podem ser praticadas na Amazônia: o contemplativo, que se alimenta de paisagens, campo em que essa área se singulariza, e o turismo ativo, aquele em que o visitante procura maior integração com o meio, vivendo algum episódio, na moldura do panorama local, o que se torna facilmente realizável, através de programas de caça e de pesca ou de simples incursão em áreas florestais intocadas.

Vale, também, como atrativo de primeira ordem, a própria cidade de Manaus, com seus monumentos, ruas asfaltadas, inúmeros caminhos de fuga para a floresta virgem, multiplicidade e proximidade de cursos d'água, onde florescem culturas típicas como a da juta, representando esse conjunto, verdadeiro clarão de progresso, na intimidade mais profunda da hiléia. Da significação dessa metrópole e de sua marcante contradição com o selvático mundo amazônico, fala Gilberto Freire, em "Brasil - Brasília - Brasis".

## REPERCUSSÕES SOCIAIS

Quando insisto na remodelação da mentalidade extrativista onipresente na Amazônia, implicando como corolário o imediatismo em termos de economia monetária pura e simples, tenho em vista não só o enquadramento do homem naquele espírito que Bernard Kayser chamou de "patriotisme géographique (où l'homme est attaché à un espace)", como a solução de um problema político que seria o da ocupação do deserto amazônico, e um objetivo econômico, traduzido no aumento da renda territorial da área. Estimo, entretanto, de muito maior valia nessa empresa, suas repercussões sociais, representadas pela melhoria do padrão de vida das populações regionais, graças ao estabelecimento de condições alimentares e sanitárias, que somente sua sedentarização disciplinada e assistida lhes poderá assegurar.

Não admite controvérsias o axioma de que "na base de todos os males apontados (sob o aspecto sanitário) está o fator econômico", conforme pondera Djalma Batista, em "Estudo Médico-Social de uma População na Hinterlândia Amazônica", metuculoso inquérito, que teve como área de investigação a cidade de Codajás, no Estado do Amazonas. Na realidade, criando atrativos econômicos destinados a ampliar a cobertura demográfica da região, condição essencial ao seu domínio político e cultural pelo Brasil, realizaremos, na medida do indispensável, a reabilitação do homem que ali vive, presentemente, em clima de extrema penúria, ignorante, desnutrido e, por isso mesmo, vulnerável a toda a sorte de males, que não decorrem de injunções do meio físico, porém de seu comportamento inadequado.

Não se pode afirmar que a transformação do coletor de aproveitamentos florestais ou do rurícola das pequenas culturas das várzeas inundáveis em pecuaristas, heveicultores ou plantadores de outros vegetais de longo ciclo, seja operação para um ou dois lustros, porque se trata de verdadeira subversão de seus estilos de vida, já acentuadamente cristalizados, e porque inúmeros outros fatores serão chamados a interferir nesse processo de remodelação cultural. Não existe, entretanto, outra alternativa, se quisermos iniciar a grande cruzada de consolidação da economia regional. De modo contrário, jamais se conseguirá humanizar a Amazônia, retirando-a do presente e permanente estágio de terra selvática e inocuada.

A formação de pequenas e médias propriedades agrícolas com atividades diversificadas, envolvendo culturas arborícolas, zonas de pastoreio e tratos de fruticultura e de horticultura, com a participação ainda de aves e de animais de pequeno porte, a exemplo de como se integram os sítios e fazendas de café e de cacau, do nordeste e do sul do país, tem, ainda, a virtude de restituir à Amazônia o primado da exportação, que gera acumulação de capitais.

Já se comprovou que a exploração de seringais e castanhais nativos, conquanto proporcione recursos de considerável volume aos seus proprietários, não enseja a ascensão do proletariado florestal, nem contribui para modificar a paisagem. Os grandes castanhais ou seringais espontâneos passam de um para outro dono, por compra ou direitos hereditários, sem que, através dessas sucessões, se modifiquem o panorama social e as características físicas que trouxeram de origem. Continuarão sempre — e indefinidamente — pedaços de selva, que o homem penetrou e utilizou.

Por outro lado, é ponto pacífico que, sem o fortalecimento de uma estrutura econômica, mercê da qual possa o homem elevar seus índices de rendimento, com os quais lhe seja permitido melhor alimentar-se, qualitativa e quantitativamente, adquirir hábitos de higiene compatíveis com o meio, morar e vestir-se convenien-

temente, não poderemos utilizá-lo como instrumento de ocupação e mobilização da Amazônia.

Bernard Kayser, ao afirmar, em "Economie et Sociétés Rurales des Regions Tropicales", que, "mesmo na zona tropical, uma revolução agrícola de tipo da Europa Ocidental do Século XVIII é possível", diz a seguir, que "a agricultura tropical deve encontrar seu próprio rumo".

É evidente que essa busca de orientação deverá subordinar-se, em cada caso, a particularidades ecológicas, hábitos alimentares, possibilidades de comercialização e fatores outros integrantes do complexo geoeconômico local. Desde que aceitemos como válidos êsses critérios, o caminho a seguir, na Amazônia, deverá ser orientado no sentido da domesticação e racionalização do plantio das essências vegetais de grande valor econômico existentes na área, associadas à cultura de plantas fornecedoras dos alimentos de consumo habitual das nossas gentes, umas e outras já mencionadas em capítulo anterior como sendo as verdadeiramente indicadas para consolidação da economia regional.

O vigente quadro social, marcado pela presença de populações subnutridas, enfermiças e analfabetas, sofrerá acentuada modificação, desde que sejam elas beneficiadas por um processo de revitalização, tendo como ponto de apoio a transformação de seus métodos de trabalhar e produzir.

O desvio das populações regionais do extrativismo não será operação drástica, implicando a eliminação brusca e radical dessas atividades. Exigindo o estabelecimento de culturas disciplinadas das essências florestais indicadas o período de vários lustros, entre seu início e a fase de rendimento econômico, e não sendo fácil sua expansão em dimensões que atendam às necessidades da região em rendimento monetário, é óbvio que a produção oriunda do extrativismo ainda terá de ser mantida e assistida, como se vem fazendo com a borracha nativa, mediante um sistema de garantia de preços que possibilite sua colheita.

Essa transferência de braços, das áreas do extrativismo para outros setores de trabalho agrícola, não representa a introdução de um elemento novo no complexo sócio-econômico regional. Ela já se vem processando, com maior ou menor intensidade, porém ininterruptamente, desde que a extração da borracha deixou de ser compensadora. Nas cidades, nas vilas e nos povoados da Amazônia, como nas zonas rurais onde a jucicultura vem ganhando expansão, verifica-se a presença de antigos seringueiros, o que explica o grande número de seringais abandonados em toda a região, gerando a redução das safras de borracha. Sintoma dessa modificação de hábitos reside no fato de se virem reduzindo, progressivamente, os algarismos da importação de gêneros alimentícios básicos, que figuram, presentemente, na formação dos gastos com a produção extrativista em percentagem que não ultrapassa 5% das faturas de mercadorias destinadas aos seringais e castanhais.

Nessas condições, longe de ocorrer violento golpe de direção no comportamento das populações hinterlandinas, o que se verificará, com a implantação dos novos critérios de utilização dos solos regionais, será, apenas, o aceleração dessa operação, naturalmente facilitada pela formação da consciência coletiva de que o extrativismo individual já não oferece vantagens que justifiquem seu exercício nessa modalidade. Talvez, bem mais cedo do que seria de presumir, essa forma de produzir estará confinada às iniciativas capitalísticas, sobretudo no plano da mobilização das reservas florestais, em termos de indústria madeireira de alto porte, e na exploração de minérios, que começa a adquirir consideráveis proporções em determinadas áreas, na base das pesquisas e prospecções que vêm sendo feitas, tanto pela iniciativa particular como através dos estudos encetados pela seção de mineralogia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Não haverá porque temer impacto de graves repercussões sobre a economia regional, quer pública quer privada, nessa fase de transição.



**TERCEIRA PARTE**

**OCUPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO**



## MOBILIZAÇÃO EM VEZ DE VALORIZAÇÃO

Ao admitir a existência de um conceito puramente brasileiro, da expressão **valorizar**, Gilberto Freire, em «Sociologia» (segundo volume), sentencia que «a palavra (que em inglês **valorization** é um brasileirismo) vem sendo empregada para descrever tentativas, oficiais ou não — em geral oficiais ou semi-oficiais — no sentido de elaboração artificial dos preços de alguma comodidade ou regulamentação de seu mercado internacional ou doméstico”. Esse tem sido, realmente, o sentido de seu emprêgo, visando a melhorar os níveis dos preços de comercialização de vários produtos do país, entre eles o café, a borracha, o cacau, etc., com suas naturais implicações no plano social.

Embora passando a configurar, no Brasil, um sistema de intervenção do poder público no domínio econômico, não parece afastar-se de sua definição gramatical, registrada e consagrada nos dicionários clássicos ou modernos, da língua portuguesa. Também seu emprêgo, com a finalidade específica que lhe tem sido emprestada pelos economistas brasileiros das gerações mais recentes, não corresponde, realmente, em conteúdo, à expressão **mise en valeur**, encontrada em todos os estudos que têm por objetivo a promoção de medidas para converter em fontes vivas de produção territórios ou setores de atividades, carecedores de impulsionamento ou de estímulo. Em nenhum dos casos, todavia, sua extensão ao processo a que se pretende submeter a Amazônia oferece o necessário ajustamento, quer do ponto de vista filológico, implicando elevação de valor, como para configurar e definir um programa de ação, para efeito de ocupá-la e dinamizá-la.

Considerando as finalidades de ordem cultural e de sentido político, que devem marcar o empreendimento estatal a ser realizado na Amazônia, tanto o limitado conceito brasileiro de **valorização** como sua versão francesa, contida em **mise en valeur** nascida para justificar a intervenção colonialista nos países subdesenvolvidos, não o abrangem, em suas exatas proporções.

O que a nação deve ter por alvo, evidentemente de muito maior grandeza e conteúdo, é a ocupação e a mobilização da área, o que, sem dúvida, ultrapassa os limites de uma valorização ou de um processo de aproveitamento de seus recursos, como operação colonialista.

Daí a razão do título desta parte do trabalho, muito embora, para clareza de raciocínio e certa acomodação aos termos da legislação existente, imponha-se, em certos casos, o uso do vocábulo **valorização**, sempre, porém, considerado em outras dimensões.

## OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA — TEMA NACIONAL

A grande tarefa a realizar na Amazônia, a fim de convertê-la num espaço brasileiro, marcado pela presença de nossa cultura, em tôdas as suas manifestações, seria, evidentemente, a ocupação e posse útil de seus vastos territórios, da fimbria atlântica aos limites setentrionais e ocidentais mais recuados. Essa operação em compasso normal, tendo como agente a expansão demográfica do país e como instrumento de aceleração a atratividade exercida sôbre brasileiros e povos de outras nações pelo seu conteúdo econômico, não se revelou exequível, no largo espaço de tempo, desde quando a navegação de seus rios foi aberta a todos os países.

A esperança, que se depositou na exploração da borracha, cedo perdeu suas motivações pelo conhecido e inevitável episódio da domesticação da *Hevea brasiliensis* em territórios asiáticos. Crescia, simultaneamente, o problema de dominação da área, desafiando a sabedoria política dos nossos homens de govêrno e a capacidade realizadora do brasileiro, justificada por feitos semelhantes em outros quadrantes do país.

Tornava-se cada vez mais urgente chamar ao plano dos fatos concretos a profecia de Alexandre Humboldt e responder ao desafio de James Bryce, demonstrando que não sòmente "a energia da gente norte-americana seria capaz de realizar prodígios, nestas paragens tão opulentas". Impunha-se emprestar conteúdo à afirmativa de Getúlio Vargas, ao dizer que o "Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da his-

tória da terra, para tornar-se um capítulo da história da civilização”.

O desenvolvimento da região, demasiado lento em confronto com a velocidade com que se transformava e progredia o mundo contemporâneo, exigia a ação dinamizadora dos poderes públicos. Já em 1934, o eminente professor Alberto Neiva fazia a primeira tentativa para colocar em pauta esse grave problema, afirmando, perante a Assembléia Constituinte daquele ano, que o governo devia cogitar “da elaboração de um projeto de grandes proporções, para ser executado em muitos anos, com persistência e com o mesmo espírito norteador, procurando, de certa forma, dirigir a economia daquelas paragens”.

Frustrada, entretanto, essa tentativa de submeter a Amazônia a processo intenso de dinamização, somente em 1946, foi a tese novamente trazida ao exame das elites nacionais pela palavra vigorosa de Leopoldo Peres, ao elaborar-se a Constituição sob cuja égide o país reencontrou sua legítima vocação democrática.

Estava a Nação, desde esse momento, armada com um instrumento legal capaz de lhe permitir a realização de tão grandioso cometimento.

## OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO DE OCUPAÇÃO

Ao justificar, no plenário da Assembléia Constituinte de 1946, a inclusão de emenda, estabelecendo o abandono de 3% da renda tributária do país, para valorizar a Amazônia, Leopoldo Peres classificou esse empreendimento como "o problema nacional, por excelência, o mais árduo, o mais complexo, o mais urgente dos problemas que desafiam a coragem e o descortino, a visão e a sabedoria dos homens de govêrno".

Em sua magnífica exposição, analisou o elevado sentido da medida que oferecia à apreciação de seus pares, emprestando ênfase a dois ângulos principais, que me permito destacar: "a importância geográfica, econômica e geopolítica da região, em face do condomínio internacional da bacia amazônica" e a necessidade, imprescindível e urgente, de "libertá-la dos métodos rotineiros da economia destrutiva, que a devastou e que ainda hoje a devasta, imprimindo-lhe os traços daquelas desoladoras "paisagens de erosão humana", métodos que urge substituídos nos princípios e na prática de uma economia nova, com alicerces na mobilização racional de suas riquezas".

Ainda encontro no contexto da corajosa mensagem do parlamentar amazonense, tão prematuramente desaparecido, êsses conceitos que merecem lembrados:

"Os estudiosos e pesquisadores mais sagazes de nossa evolução social e política não poucas vêzes têm procurado alertar o país no concernente à imperiosa necessidade de encetarmos, sem maior demora, na base da experiência sociológica atual, o aproveitamento, a valorização econômica de tão vasta e inexplorada

zona do solo americano, a necessidade de reduzir-se, em termos de domínio efetivo e efetiva penetração humana, o ecúmeno amazônico."

Retiro, também, da substanciosa justificação à emenda formulada uma citação de Gilberto Osório, que revela as motivações sócio e geo-econômicas dessa medida, implicando, obviamente, a definição da área física sobre a qual deveria incidir: "a experiência econômica da borracha é quase um símbolo: abrange ela só, por assim dizer, a própria experiência total da civilização amazônica".

Por aí se verifica, sem maior esforço, que a Amazônia polarizadora das atenções e preocupações do parlamentar constituinte era, como problema social, a área influenciada pela economia da borracha e, como espaço geográfico, de extrema vulnerabilidade, seus territórios que alinham limites com outras nações e possessões estrangeiras.

Esta, e não aquela que se projeta rumo ao planalto goiano e ao litoral Atlântico, muito abaixo do estuário do grande rio, igualmente, a Amazônia que Arthur Cezar Ferreira Reis, numa exaustiva investigação histórica, aponta como objeto da cobiça internacional velada ou ostensiva, conduzida à sombra dos mais variados disfarces, que vão desde a sugestão pura e simples de internacionalização, até os sutis processos de envolvimento, através de expedições científicas e de outros instrumentos de penetração e sedução.

Da leitura dos trechos reproduzidos como, aliás, de todo o contexto daquela memorável oração parlamentar, a que se somam outras motivações de ordem social e política, infere-se, claramente, que a emenda destinada a permitir a valorização da Amazônia visava a três objetivos capitais:

a) ocupação e preservação da área, como medida de segurança nacional, tendo em vista sua condição de espaço vazio, confinante com vários países e possessões do continente, no momento em que outras nações procuram acomodação para seus excedentes populacionais;

b) racionalização dos métodos de aproveitamento de suas presumidas riquezas naturais e de seus solos, com reflexos sobre a elevação dos padrões econômicos e de vivência de suas populações;

c) limitar o campo de incidência dessa operação aos territórios amazônicos, onde predominou o extrativismo da borracha, alicerçando e plasmando sua atual estrutura sócio-econômica.

E, em verdade, o que norteia o presente ensaio é a busca de soluções para esses problemas fundamentais.

## DESCARACTERIZAÇÃO DA EMENDA LEOPOLDO PERES

Não foi difícil sensibilizar o Congresso Nacional, levando-o a consagrar, por expressiva unanimidade, a doutrina segundo a qual era dever do país dinamizar a região amazônica.

O que se tornaria difícil e que, até o presente momento, vem desafiando a capacidade dos nossos homens públicos, seria, sem sombra de dúvida, a forma de dar cumprimento ao arrojado preceito, em consonância com o espírito que o animou.

Essa dificuldade se vincula à visível fluidez do inciso constitucional, cuja redação não parece corresponder, em termos de objetividade, ao pensamento de seu criador. Com efeito, revendo o texto da proposição original, firmada pelo deputado Leopoldo Peres e seus pares na representação amazonense, surpreendo-me com o fato de sua redação final distanciar-se, nitidamente, da forma como foi primitivamente construída.

A emenda, que os parlamentares amazonenses ofereceram à consideração dos constituintes em 46, assim preceituava, em seu art. 1.º:

“A Valorização Econômica da Amazônia, de modo a possibilitar-lhe efetivo enquadramento na órbita da economia brasileira, constitui encargo nacional e serviço permanente da União”.

Trata-se, evidentemente, de compromisso inexorável, atribuído à União, **que ficava obrigada a valorizar a Amazônia**, como “encargo nacional e serviço permanente”. Todavia, o que sobrou dessa determinação taxativa, embora aprovada por unanimidade, nas comissões e no grande plenário da Constituinte, perdeu

muito do vigor e do caráter impositivo de seu conteúdo original.

É o que se depreende do teor do artigo 199, da Constituição promulgada, quando, ao dar forma definitiva àquela emenda, adotou redação diferente, limitando-se a consignar que:

**“Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, pelo menos, durante vinte anos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária”.**

Assim redigida, aquilo que deveria ser imperativo irrefugível, converteu-se numa espécie de recomendação ou complementação a algum dispositivo anterior integrante do próprio texto de nossa Carta Magna.

Ora, em qualquer dos títulos em que a mesma se subdivide, nenhuma referência é feita à Amazônia, como tema específico. Por onde se deverá concluir que, só em função de plano, a ser elaborado, se tornaria efetiva a vigência daquele benefício.

Além dessa deliberada descaracterização de conteúdo, a expressão **valorização econômica**, sem qualquer definição de limites e finalidades, é extremamente vaga e inconsistente, permitindo as mais variadas conceituações e interpretações, nem sempre em consonância com a natureza e a extensão daqueles problemas nacionais e regionais, que a Amazônia agasalha e que foram claramente mencionados por Leopoldo Peres em sua notável justificação.

## O PRECEITO CONSTITUCIONAL E A LEI Nº 1 806

Não oferecendo o conteúdo do art. 199 definição específica do que se deveria considerar Amazônia, como área geográfica, para efeito de aplicação dos recursos constitucionais previstos, e sendo extremamente elástico e versátil o conceito de **valorização**, de logo se criaram dois campos de controvérsia, que seriam ponto de partida para todos os desvirtuamentos que levaram êsse empreendimento estatal a evidente malôgro.

Não há dúvida de que a iniciativa da representação amazonense, na pessoa de Leopoldo Peres, alimentava o propósito de submeter a um processo de dinamização a Amazônia clássica, compreendendo os Estados do Amazonas e Pará e os territórios federais que resultaram da mutilação dessas duas unidades federativas, cuja estrutura social e econômica sofrera o impacto da desvalorização da borracha. Fundiam-se num mesmo panorama a Amazônia geográfica da tradição gumífera e suas populações castigadas pelos infortúnios resultantes daquele insucesso.

Contra essa definição da Amazônia física levantaram-se, movidos por injunções de política regionalista, as representações dos Estados do Maranhão, de Goiás e de Mato Grosso.

Com relação ao último, a porção de seu território, que sofrera as conseqüências do drama da borracha já integrava o território federal de Rondônia e os seringais que foram objeto de exploração, no período agudo da última grande guerra, tendo Cuiabá como centro de gravitação, não pertenciam, historicamente, ao comple-

xo social e geográfico, que se pretendia amparar e fortalecer.

E aquela Amazônia, que inspirara a atitude reivindicadora de Leopoldo Peres, deixou de abranger uma área de 3 579 991 quilômetros quadrados, para adquirir as dimensões de um continente, envolvendo 2/3 do território nacional. Os fundamentos históricos, de conteúdo econômico e social, inspiradores da previsão constitucional, foram desprezados e ultrapassados, para permitir a concepção de uma Amazônia, chamada legal, eufemismo a mascarar o apetite açulado pelas douradas perspectivas dos bilhões de cruzeiros que seriam manipulados.

Não importa que essa delimitação da área amazônica se tenha apoiado em pareceres de técnicos e cientistas do melhor conceito, nem no testemunho aerofotogramétrico de que a floresta típica da hiléia estende suas fimbrias por territórios jamais atingidos pelo processo sócio-econômico, que teve como argumento o extrativismo da borracha e como artérias de circulação os caminhos fluviais por onde marchou a operação de caça à *Hevea brasiliensis*. O que deveria valer e não foi respeitado se continha no espírito que animou a proposição inicial.

Esse primeiro efeito da inconsistência do inciso 199 não só diluiu os recursos proporcionados pela Nação para serem aplicados na Amazônia tradicional, como tornou extremamente difícil seu controle administrativo e ampliou, desmarginadamente, as frentes de influência político-partidária, que tão nefastos resultados viria a produzir.

Conseqüências ainda mais perturbadoras resultaram da ausência de conteúdo específico na expressão — Valorização da Amazônia. A falta de significação concreta, que pudesse fixar seus verdadeiros contornos, viria permitir que se lhe atribuísse configuração universal com abrangência de todos os aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais, oferecidos à percepção humana, na enormidade do quadro geográfico que a operação amazônica passou a englobar.

É o que se depreende do texto da lei n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência de sua execução e dá outras providências. Reflete bem esse diploma a descaracterização da emenda Leopoldo Peres, ensejando que sobre ela se apoiasse todo um complexo sistema de interesses político-regionais e pessoais, que se faziam e fazem presentes em todas as fases de atuação desse órgão executivo.

Na realidade, porém, o que impõe um tratamento preferencial para a região é muito mais sua condição de vulnerabilidade como espaço vazio e a necessidade de racionalização de sua economia, conteúdo da proposição inicial daquele parlamentar, do que o conjunto de problemas setoriais que pontilham seu complexo sócio-econômico. E esses aspectos fundamentais não parece haverem polarizado a atenção da Assembléia Constituinte, ao aprovar a referida Lei.

## DESVIRTUAMENTO DA EMPRESA DE "VALORIZAÇÃO"

Descaracterizado na redação original, alterado em suas verdadeiras finalidades, através da lei n.º 1.806, no que concerne ao espaço físico que deveria abranger, como nos objetivos principais a perseguir, o art. 199 da Constituição deixou de ser um meio adequado à ocupação progressiva da Amazônia clássica e à racionalização das atividades do homem ali instalado, para converter-se num instrumento deformado e ineficaz, a serviço de interesses políticos dos grupos dominantes nos Estados e Territórios que somam a imensa área do que se passou a chamar de Amazônia legal.

Como ficou demonstrado, o espírito do inciso constitucional não seria, apenas, o da criação de oportunidades para implantação de empreendimentos privados, nem para correção de falhas e lacunas nos planos das administrações públicas dos Estados e Territórios da Amazônia, ensejados pela sistemática da referida lei. Como instrumento de uma política de sentido nacional — e outro não é o seu conteúdo — teria, necessariamente, por finalidade promover a ocupação e a mobilização de seu vasto território. Esse objetivo jamais será alcançado, através, apenas, do incremento daquelas iniciativas, sobretudo quando apoiadas no simples aproveitamento de seus recursos naturais, de superfície e de subsolo, ou por meio de suplementações monetárias à ação dos governos regionais. Em nenhum dos casos, a terra e o homem que nela se estabeleceu receberão conveniente influxo dinamizador, convertendo-se nos instrumentos de expansão do domínio efetivo do país sobre esses vastos territórios. E não milita

no sentido de realização daqueles objetivos a concessão de recursos financeiros para montagem de fábricas de papel, de saboarias, de empresas de pesca e semelhantes, cujas únicas virtudes se traduzem em proporcionar lucros comerciais aos seus incorporadores e em permitir maior renda tributária, tendo como avêso a formação de um proletariado florestal de baixo nível de vida e o adensamento de massas operárias urbanas e suburbanas, quase sempre insatisfeitas.

Estímulos dessa natureza pertencem a outros instrumentos de ação dos poderes públicos e terão sua oportunidade, quando já completado o lançamento de uma adequada infra-estrutura em tôda a área, ou, por meio de órgãos de financiamento do tipo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Banco do Brasil, do Banco de Crédito da Amazônia, através de sistemas de créditos especializados e adequados.

É óbvio que a execução do empreendimento valorizador terá que se basear no aproveitamento daquilo que existe na Amazônia, como legado das gerações que nos antecederam. Esse legado compreende as inexpressivas cidades, povoados e vilas localizadas na região, cujas populações, abandonadas à sua própria sorte, precisam ser recuperadas e utilizadas, o que implicaria, simultaneamente, a elevação de seus níveis culturais e de seu tono econômico.

## O PLANO QUINQUENAL

Na execução da lei n.º 1.806, depois de um programa de emergência, que não foi minimamente atendido, deveria suceder um plano quinquenal, de dimensões continentais.

Esse plano definitivo foi também elaborado pelo órgão que tem a sugestiva denominação de Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Trata-se de um opulento trabalho, tipografado sobre 710 páginas em corpo de 8, enriquecido de gráficos e estatísticas algarismadas. Nêle estão escalonados, com requintes de minúcia e de precisão orçamentária, que não deixam a descoberto qualquer detalhe de natureza física ou de caráter humanístico, todos aquêles problemas de superfície que enformam a atualidade sócio-econômica regional. É, de fato, um trabalho do mais alto gabarito, como obra acadêmica. Falta-lhe, entretanto, sentido prático, de coisa tangível e factível e, ao mesmo tempo, capaz de responder às necessidades da região, em si mesma, e aos objetivos de ordem nacional, já referidos.

O Congresso Nacional, até hoje, não se armou de coragem para enfrentar aquelas 710 páginas, numa apreciação meticulosa de seu conteúdo. Aliás, não me parece um plano. Lembra, com maior precisão, um dicionário de assuntos amazônicos ou de amazonologia. Nada foi omitido nem esquecido. O interessado encontrará sempre, em alguma daquelas 710 páginas, mapas e gráficos suplementares, o assunto de sua especialidade ou curiosidade. Daí o seu melancólico destino de engavetamento, permanecendo a SPVEA sem qualquer instrumento de orientação, com suas dotações distribuídas, ano a ano, através de proposições orçamentá-

rias formuladas sem convicção, ao influxo de interesses locais, além de modificadas, arbitrariamente, na fase de sua tramitação parlamentar.

Quando afirmo que o empreendimento estatal destinado à Valorização Econômica da Amazônia sofreu limitações de toda a ordem, desvirtuando suas verdadeiras finalidades, não pretendo dizer que a influência desses fatores de perturbação tenha sido, em última análise, a razão primordial de seu insucesso. Outros foram, na realidade, seus agentes fundamentais e decorrem da estrutura da própria lei que traçou normas à sua execução. De tal sorte que, sem uma reformulação dessas normas, não se tornará possível alcançar os objetivos que justificaram o abandono de 3% da receita tributária do país para o fim específico de «valorizar» a Amazônia, em consonância com os superiores interesses nacionais.

## MINHA CONCEPÇÃO DO EMPREENDIMENTO DE OCUPAÇÃO

Tenho concepção diferente do que deve ser o mecanismo de aplicação da reserva orçamentária constitucional. O que se exige para realização daquela empresa de ocupação e humanização da Amazônia é a implantação de uma adequada infra-estrutura, sobre a qual a mesma se possa apoiar e desdobrar-se, no que respeita à cobertura demográfica da região e à elevação do nível cultural de seus atuais e futuros habitantes.

Para alcançar êsses objetivos em nada contribuiu o frustrado programa de emergência nem concorrerá o plano quinquenal oferecido à apreciação do Congresso Nacional. Através do primeiro, não se conseguiu modificar a fisionomia sócio-econômica da região e nem mesmo uma dezena de quilômetros quadrados do território amazônico foi retirado da condição de espaço vazio. Do mesmo passo, seus índices de renda territorial e de renda *per capita* não foram modificados para melhor. Ambos permanecem como dos mais baixos do país, valendo por um atestado indesmentível do fracasso do chamado programa de emergência. A elevação do valor monetário de produção da área, sem a correspondência do crescimento de seu volume físico, é o que proporciona a sensação ilusória de que ali existem sintomas de prosperidade econômica.

Por sua vez, o plano quinquenal, implicando operações de superfície, mesmo aprovado e autorizado pelo governo, não terá a virtude de ensejar aquêle empreendimento de ocupação da área e sua dinamização, temas que configuram a verdadeira meta a perseguir.

Sem pretender paternizar uma idéia nova ou orientação diferente, no que concerne a um dos maiores

problemas com que se defronta o país, tentarei indicar, em linhas gerais, como se deveria processar a aplicação dos recursos que a Nação destinou à empresa de mobilização da Amazônia.

É óbvio que insistirei em limitar a ação governamental à Amazônia clássica, isto é, aquela que, na realidade, integra a área de maior vulnerabilidade do território nacional, por força de seu confinamento com sete nações e possessões estrangeiras. Partindo dessa premissa, aponto como objetivos imediatos e principais a atingir:

- a) ocupação, por meio de cobertura demográfica, de características culturais nitidamente brasileiras, do grande espaço vazio correspondente aos Estados do Amazonas e Pará, e Territórios Federais de Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá;
- b) estabelecimento das condições de base que assegurem o bem-estar e o fortalecimento econômico dos contingentes humanos, conclamados a realizar e consolidar essa empresa de ocupação.

## DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O material humano e os meios a utilizar para essa operação seriam:

- a) os núcleos populacionais existentes em toda a área amazônica, assim considerados suas cidades, vilas, povoados e adensamentos demográficos de maior expressão, dotando cada um deles com os seguintes instrumentos de dinamização:
  - 1) Hotel
  - 2) Usina Termelétrica
  - 3) Campo de pouso
  - 4) Abastecimento de água
  - 5) Estação postal-telegráfica
  - 6) Hospital
  - 8) Salão para projeções cinematográficas
  - 7) Edifício escolar
  - 9) Frigorífico e fábrica de gelo
  - 10) Mercado e matadouro
  - 11) Centro de experimentação agropecuária
  - 12) Rêde de esgotos
  - 13) Armazém portuário
  - 14) Cais fixo ou flutuante;
- b) um sistema de rodovias que, partindo desses núcleos, demande as terras centrais, desabitadas e desconhecidas;
- c) a ativação de todos os serviços públicos federais que atendam à Amazônia, como órgãos locais dos diversos ministérios, integrantes da estrutura administrativa do país.

A execução dessas três ordens de medidas que apresento, para nortear a utilização dos recursos pro-

manados da previsão constitucional, não poderá, sem dúvida, obedecer a critérios rígidos nem a padronização inflexível, em relação a todo o território da Amazônia clássica. De um para outro Estado, como entre os Municípios e os Territórios Federais, existem sensíveis diferenças geomorfológicas, como sociais e de fundo econômico. Não são moedas cunhadas em uma só matriz. O que se formula neste ensaio tem, precipuamente, a finalidade de configurar uma tese, consagrando princípios de ordem geral, que deverão ser seguidos e respeitados. Todavia, na fase de sua expansão, terão de ser consideradas aquelas diferenças, ajustando-se o processo às suas implicações, mais freqüentemente de superfície que de profundidade. Nada poderá nem deverá ser feito, dentro daquele conjunto de medidas, sem cuidadosa avaliação das condições de cada uma daquelas unidades. Isto é simples questão de bom senso, que, entretanto, julgo necessário esclarecer, com vista a evitar conclusões apressadas sobre a viabilidade do sistema proposto como decorrência do que seria uma suposta uniformidade absoluta do polígono amazônico.

## APARELHAMENTO DOS NÚCLEOS POPULACIONAIS

Muitos julgarão leviana a atribuição da qualidade de infra-estrutura a cada uma dessas medidas ou ao seu conjunto. Não se recusa essa condição à grande siderurgia, em relação às necessidades da indústria nacional de artefatos de ferro; nem à instalação de fábricas de adubos, para atendimento aos reclamos de nossa agricultura; nem à implantação das indústrias de construção naval e automobilísticas, ambas chamadas a responder a um imperativo do desenvolvimento do país; nem à produção estatal do petróleo, como parte do esquema de segurança nacional. Pelos mesmos motivos e na mesma relação de valores, passam a ser, também, infra-estruturais todos aqueles itens do programa de base, destinado a servir de apoio ou alicerce à execução do empreendimento de ocupação da Amazônia. Essas medidas que, em outras circunstâncias de meio e de tempo, conforme justificado em capítulo anterior, seriam apenas de complementação, no caso particular da Amazônia, irão funcionar como verdadeiras plataformas de lançamento, na expressão técnica dos cientistas nucleares. E sua importância não se distancia da que se atribui, na presente conjuntura, àqueles empreendimentos de grande envergadura, que vêm polarizando a preferência, os cuidados e as atenções do governo federal.

A essencialidade de cada um dos termos do item A pode ser assim definida:

**Hotel** — Sem um local de estar oferecendo condições mínimas de conforto, não se torna possível atrair a freqüência de pessoas eventualmente interessadas em conhecer a Amazônia, seja em peregrinação turística,

seja com o objetivo de avaliação de seu conteúdo, para ulteriores investimentos financeiros. Da mesma forma, técnicos e funcionários do governo, incumbidos de dar execução a qualquer plano de obras visando à realização de pesquisas científicas, necessitam de alojamento adequado, onde possam estacionar e residir, durante o desempenho de suas missões.

**Usina termelétrica** — Como elemento de conforto e ponto de partida para empreendimentos industriais, a existência de fonte supridora de energia elétrica é condição de base para o desenvolvimento de qualquer região. Daí porque o aumento do número e do potencial das usinas termo e hidrelétricas do país constitui uma das mais importantes metas do programa desenvolvimentista.

É medida infra-estrutural para o lançamento da empresa de ocupação da Amazônia. Quase todos os demais empreendimentos a realizar com essa finalidade só se tornarão exequíveis na medida em que se dispuser de suprimento de energia elétrica. Iluminação pública e domiciliar, funcionamento de hotéis, hospitais, cinemas, instalações portuárias etc. precisam contar com esse fator de propulsão.

**Campos-de-pouso** — O espaço amazônico impõe o avião como principal meio de transporte. Sua utilização, em larga escala, para a circulação de mercadorias, correspondência postal e pessoas, é procedimento rotineiro. É óbvio, por conseguinte, que a execução de todas as providências destinadas a humanizar a região se encontra intimamente ligada a esse sistema de transportes, o que implica dizer a existência de campos-de-pouso, em todas as cidades, vilas e povoados do interior, que se pretenda utilizar como base ou ponto de partida para o lançamento da empresa de ocupação da área. A construção de campos-de-pouso, é, por conseguinte, medida de evidente prioridade em relação às demais que estão mencionadas no presente capítulo.

**Serviço de abastecimento de água** — É outro tema de alta essencialidade, como argumento de conforto e de higiene, condições que não devem faltar

em cada núcleo populacional destinado a servir de base ao lançamento do processo de utilização da área amazônica.

**Estação Postal e Telegráfica** — Enquadra-se no conjunto de equipamentos de interesse público, reclamados para o desenvolvimento de qualquer comunidade e, no caso da Amazônia, com maior propriedade, em função da natureza dos empreendimentos que deverão ser realizados nos centros populacionais de maior expressão.

**Hospital** — Conhecida a carência absoluta de assistência médica e de recursos sanitários na hinterlândia amazônica, para atender, de forma eficiente e permanente, às suas populações e às eventuais solicitações daqueles funcionários, homens de empresa ou simples turistas, torna-se desnecessário emprestar ênfase ao caráter de essencialidade da construção e do equipamento de um pequeno hospital em cada um daqueles núcleos populacionais. Criadas essas unidades, como bases físicas, sua manutenção seria objeto de posterior estudo e atendimento.

**Edifício Escolar** — Não pode um programa de ocupação de qualquer área esquecer o problema de escolarização de sua infância. Embora enquadrado, mais diretamente, na esfera da ação das administrações estaduais e municipais, não estaria completo o sistema infra-estrutural do plano de ocupação da Amazônia, nos termos de sua presente concepção, sem que um edifício escolar padrão fôsse construído em cada nucleamento-base. O problema do ensino, tão premente como tôdas as demais medidas apontadas, tem como primeiro passo a construção do prédio — base física da escola.

**Cinema** — A construção e o equipamento de um salão para projeção cinematográfica se impõe:

- a) como instrumento de divulgação de métodos de trabalho e de estilos de vida, que devem ser recomendados às gentes do interior;

- b) como forma de apresentação e revelação do desenvolvimento do país, de suas potencialidades econômicas e do papel que o Brasil já representa no panorama internacional;
- c) como argumento de atratividade e evasão espiritual, quebrando a esmagadora monotonia, que caracteriza a vida do homem e de suas famílias no sertão amazônico.

**Frigorífico e fábrica de gelo** — Não será necessário dar ênfase à importância da indústria do frio na zona equatorial, destinada à conservação de alimentos, ao atendimento de hospitais e a outras finalidades que implicam condições elementares de conforto e higiene. Sua instalação nas cidades, vilas e povoados da Amazônia tem inegável prioridade, funcionando como fator de segurança e de atração para quantos pretendam fixar-se nesses lugares.

Um só argumento seria decisivo para aceitar como indispensável a referida indústria, que tem predominância em todos os países altamente evoluídos, mesmo quando seus territórios indiquem contigüidade com os círculos polares. Refiro-me ao fato de repousar no pescado a base alimentar das populações regionais, sobretudo quando sediadas nas cidades, vilas e povoados do interior.

A grande fonte de alimentação que o rio oferece apresenta um período de espetacular abundância, correspondendo à época das vazantes, e outra de extraordinária escassez, que é a fase das cheias, quando ocorre o transbordamento do Amazonas e seus afluentes, invadindo várzeas e igapós. Há considerável sobra de peixe, no primeiro caso, e sua quase inexistência, no segundo.

Do enorme volume de pescado obtido no tempo das águas baixas, somente o pirarucu é objeto de tratamento industrial precaríssimo, permitindo sua presença nos mercados de Manaus, de Belém e de algumas praças do Nordeste, para onde é exportado e vendido

a preços que não se distanciam muito do atribuído ao bacalhau importado.

Desde que existam frigoríficos, para conservação dos excedentes, e abundância de gelo, para operações de pesca em maior escala, não só serão aumentadas, em quantidade e tempo de duração, as disponibilidades para consumo imediato, como se permitirá a prática da indústria doméstica de sua guarda, para utilização posterior.

**Mercado e matadouro** — Grande parte das localidades da hinterlândia amazônica não possui área coberta onde os pequenos agricultores exponham à venda o produto de suas colheitas. Nem dispõem, tampouco, de local adequado e higienizado, para o abate de animais destinados ao consumo da população. São lacunas a preencher num plano de reestruturação sócio-econômico das comunidades do interior.

**Centro de experimentação agropecuária** — Nenhum avanço foi feito na área, até o presente momento, com vista à domesticação de suas essências vegetais mais valiosas. O impressionante exemplo da seringueira que, domesticada pelos ingleses, se converteu numa das maiores fontes de riqueza do equador asiático, deveria ser meditado e seguido com relação a inúmeros outros vegetais de grande utilidade, frequentes na região. A sistematização da cultura dessas plantas não pode ser mais transferida. E somente através de centros de experimentação agrícola, que estudem sua genética, criem processos de reprodução por enxertia e promovam a formação de viveiros para distribuição de material botânico aos seus futuros cultivadores, é que se pode provocar a expansão dessas culturas, gerando grandes e permanentes fontes de riqueza. Por sua vez, o desenvolvimento da pecuária na região está na dependência da instalação de fazendas-modêlo, para o fornecimento de reprodutores e assistência veterinária, em suas diversas modalidades, visando à melhoria e aumento dos rebanhos.

**Rêde de esgotos.** — Não se pode compreender ou admitir civilização e urbanização, apoiadas em fos-

sas biológicas. Rêde de esgotos é, como as outras medidas alvitradas, operação de infra-estrutura. Cada nóduo populacional chamado a integrar o sistema de bases para ocupação da Amazônia, é o embrião de uma futura cidade de proporções imprevisíveis. Deixar de provê-las, desde logo, com êsse melhoramento será comprometer suas condições de higiene e criar futuros problemas de engenharia sanitária, como está acontecendo em Manaus e em outras cidades do país. Rêde de esgotos é alicerce, é infra-estrutura e não será lícito recusar-lhe prioridade.

**Armazém portuário** — Qualquer remota e insignificante vila ou povoado do Brasil meridional e do próprio polígono nordestino, servido por via férrea ou rodovia, dispõe de áreas cobertas para acomodação de mercadorias e de produtos regionais. São os depósitos ou armazéns das estações rodoviárias ou ferroviárias. Na Amazônia, raras são as sedes municipais que dispõem dêsse armazém para o recebimento e guarda de produtos e mercadorias que saiam ou ingressem nessas localidades. No momento, tudo quanto se recebe ou se expede não tem outro local de guarda a não serem pequenas embarcações — batelões ou canoas — de onde devem ser diretamente retiradas para os estabelecimentos a que se destinam ou de onde procedem. É uma situação notòriamente aflitiva, sobretudo por ocasião do período invernos. O armazém portuário faz, também, parte do conjunto de medidas infra-estruturais, destinadas ao apoio da operação mobilizadora da Amazônia.

**Cais fixo ou flutuante** — A quase totalidade das cidades, vilas e povoados da Amazônia, excluídas as duas capitais, a do Território de Rondônia e algumas localidades do Baixo Amazonas, está desprovida dêsse equipamento indispensável. Embarcações de tôdas as partes carregam e descarregam por intermédio de unidades auxiliares onde a força muscular dos trabalhadores se exaure em operações que poderiam e deviam ser mecanizadas. É óbvio que não se exigem ins-

talações portuárias de grande porte, mas simples flutuantes ou pequenas faixas de cais fixo, as quais seriam suficientes para humanizar e simplificar aquelas operações.

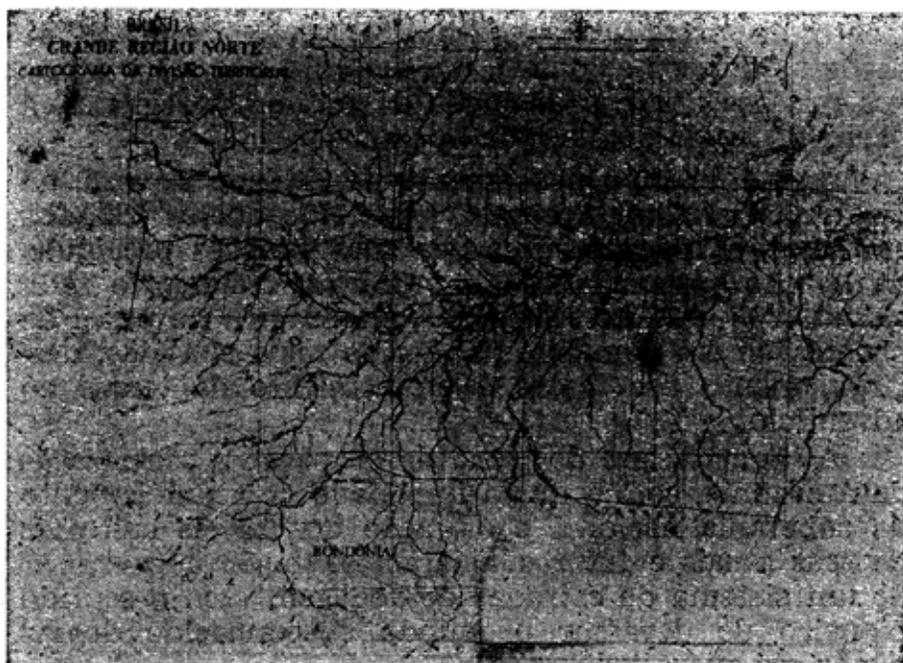
## ESTRADAS DE PENETRAÇÃO

Foi afirmado em capítulo anterior que a penetração da Amazônia, por via fluvial, já havia concluído seu ciclo de expansão, logrando levar a presença do homem à quase totalidade das terras vicinais de sua imensa rede potamográfica. Mercê da utilização desses caminhos aquáticos se deu o apossamento, legal ou de fato, das infindáveis extensões ribeirinhas, que marcam as linhas de frente de mais de 95% das propriedades destinadas ao extrativismo ou à agricultura de pequeno ciclo. Os fundos dessas propriedades, somente visitados em caráter expedicionário, permanecem como terras devolutas, sem donos legítimos ou ocupantes eventuais, e seu domínio permanente se encontra na dependência do lançamento de rodovias de penetração. Com efeito, sem o concurso de um sistema de caminhos terrestres que, partindo das margens dos rios principais, se projetem no rumo das terras centrais desabitadas, que caracterizam o verdadeiro e imenso espaço vazio da Amazônia, não se poderá dar início ao processo de sua ocupação.

Ao longo dessas rotas terrestres, partindo daqueles adensamentos demográficos e traçadas segundo as implicações da geomorfologia local, é que se deverá fazer a marcha para o interior. Elas funcionarão como eixos no processo de expansão da cobertura demográfica e de transformação dos estilos de vida até hoje preponderantes na Amazônia. Na extensão de seu percurso deverá ser tentada a implantação de empreendimentos agropecuários, capazes de provocar a fixação do homem e a transformação da paisagem.

As cidades, vilas e povoados, de onde derivarão essas rodovias, desde que aparelhados na extensão pro-

posta anteriormente, darão cobertura social, colaboração econômica e assistência técnica aos que se forem fixando às margens desses novos caminhos, para o exercício de atividades permanentes, sobretudo relacionadas com a cultura dos vegetais autóctones de maior rendimento econômico, e a formação de fazendas.



Mapa indicativo dos núcleos populacionais de onde deverão partir estradas de penetração rumo às terras centrais desabitadas.

Apoiados nos recursos que o aparelhamento das localidades ribeirinhas venha a oferecer, nos termos do Item A, prováveis iniciativas capitalísticas se farão presentes, inclusive no setor da indústria madeireira e de mineração, que são formas do extrativismo onde, embora se desaconselhe o empreendimento individual, as aplicações de capital e de técnica, através de empresas

convenientemente organizadas, se tornam perfeitamente admissíveis.

Aceite-se, como ponto pacífico, que a ocupação e a dinamização do deserto amazônico, que começa onde terminam os fundos das propriedades ribeirinhas, teria que resultar, irrecorrivelmente, do lançamento de rodovias. Rodovias que deverão ter como ponto de partida e, ao mesmo tempo, de vazão, aquêles adensamentos populacionais, que a navegação fluvial, como instrumento do extrativismo, permitiu que sobrevivessem, desde os tempos coloniais, e a despeito dos altos e baixos que assinalam a evolução da economia regional, a partir do início do ciclo da borracha.

Esse é, aliás, o pensamento de Edilson Távora, ao dizer no trabalho já citado, que "Nos outros Estados em geral, a rodovia surge nas suas funções precípua de ligação (escoamento de produtos, transporte individual...)" "Já no Amazonas, ela surgirá no papel de penetração em demanda das terras mais elevadas, desvirginamento das matas e oferecimento de terras ao adventício...".

A segunda fase do plano de ocupação e mobilização da Amazônia, com a dupla finalidade de acautelamento da soberania nacional e elevação dos níveis culturais de seus atuais e futuros habitantes, impõe a existência de um sistema de estradas de rodagem com o sentido pioneiro de devassar o mundo desconhecido dessas terras até agora inacessíveis.

Historiando o processo de ocupação do Canadá, por imigrantes oriundos das províncias francesas de Bretagne, Vendée, Normandie, Poitou e Saintonge, Pierre Deffontaines relata que «A via aquática» (o rio São Lourenço e seus grandes afluentes) foi, por longo tempo, a única comunicação. Ela permitia a comunicação entre vizinhos, de uma para outra margem, tanto no verão como no inverno, porquanto o congelamento estendia pontes de gelo pelas quais se podia passar facilmente. Assim, durante os dois primeiros séculos de colonização somente as margens dos cursos d'água se povoavam; em 1700, subindo o São Lourenço, em

navio até Montreal e Richelieu, até o lago Champlain, podiam-se ver quase tôdas as casas do Canadá se sucedendo com frente para a água. Depois que as frentes dos rios foram quase tôdas ocupadas, tornou-se forçoso deixar as zonas ribeirinhas; então as novas propriedades se estabeleceram ao longo de uma estrada traçada paralelamente ao leito do rio, além da primeira linha dos lotes ribeirinhos já colonizados”.

Em certo sentido o processo de ocupação da Amazônia oferece as mesmas características: — em principio o apossamento das terras marginais, como vem acontecendo por força de razões até certo ponto idênticas às que prevalecem no Canadá, nada obstante a diferença do clima (alívio ao isolamento, facilidade de transporte etc. ), para depois projetar-se sôbre as terras interiores, ao longo das estradas de rodagens, paralelas aos cursos d'água ou buscando as terras centrais, tendo em vista, evidentemente, as características topográficas da região.

## REATIVAÇÃO DOS ORGANISMOS FEDERAIS

A relativa inoperância dos inúmeros e diversificados organismos que devem traduzir a atuação do Governo Federal na Amazônia tem sido uma das causas retardantes de seu desenvolvimento, dentro da atual estrutura sócio-econômica da região, vinculada às atividades extrativistas. Sua participação ativa se faz, porém, indispensável, na estruturação do sistema de medidas destinado a realizar os objetivos nacionais em relação ao polígono amazônico. Ser-lhes-á atribuído papel de indisfarçável importância na constituição da infra-estrutura, sobre a qual se deverá apoiar a empresa de mobilização dessa área. Sua reativação é, por conseguinte, termo de fundamental importância no desenvolvimento dessa operação.

Esses organismos que deveriam projetar a ação vivificadora dos Ministérios da Viação, da Agricultura, da Educação e Cultura, da Saúde, do Trabalho, do Comércio, da Fazenda e da Aeronáutica e de autarquias diretamente subordinadas à Presidência da República, não têm proporcionado à Amazônia o quinhão de assistência que deles se deveria esperar e que integram suas finalidades.

Razões que não vem a pêlo mencionar, embora visível a irregularidade na entrega das dotações orçamentárias, sua gritante exigüidade, a insuficiência de pessoal técnico e a falta de programas específicos têm impedido que essas extensões regionais da administração pública federal contribuam, na medida em que o poderiam e deveriam fazer, para o desenvolvimento da Amazônia, nos setores de sua atuação e jurisdição.

Armadas essas extensões ministeriais, autárquicas

ou diretamente comandadas pelo executivo federal, com suficientes dotações orçamentárias e pontualidade nos respectivos pagamentos, providos normalmente seus quadros técnicos e burocráticos, e equipadas com os implementos necessários ao seu funcionamento e à prestação de serviços para os quais foram criadas, estará completa a estrutura exigida para o êxito daquelas operações fundamentais, visando à posse útil e ampla da Amazônia. A omissão desses organismos, pela transferência de suas atribuições específicas à atual Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com a utilização indevida de sua dotação constitucional, não pode nem deve continuar.

As falhas que oneram tais serviços, dentre eles merecendo especial referência os transportes marítimos entre os portos do sul e a área amazônica, o exagero das tabelas de fretes fixados para os serviços do Snapp (Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará), com o só objetivo de minorar os **deficits** ocasionados pela precariedade de sua organização e de seu aparelhamento, a incapacidade das instalações portuárias de Manaus para seu atual movimento, precisam ser imediatamente corrigidos.

## “VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA” — PROBLEMA DE ENGENHARIA CIVIL

Como se verifica, a empresa estatal de mobilização, tendo como finalidades específicas a terra e o homem, deve ser confinada naqueles três grupos de providências. Cumpridas as recomendações que nêles se enquadram, o que implica a extensão do domínio efetivo do país sobre a vastidão de seus territórios amazônicos e asseguradas condições para que o homem possa ali desenvolver sua ação criadora, o que resta a fazer pertence à esfera da iniciativa privada, através da utilização racional dos solos e das riquezas naturais da área.

Constatam-se, por isto, a inutilidade e o contrasenso da instituição de organismo polimórfico, nos moldes da atual Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com a pluralidade de seus departamentos, comissões e delegações, completando sua tarefa, pulverizando seus recursos orçamentários e ensejando a intervenção indevida e comprometedora dos grupos políticos em seus processos de ação.

Dentro de minha concepção do que deve ser a Valorização da Amazônia, no sentido nacional, isto é sua ocupação e mobilização, infere-se que êsse grande e intransferível empreendimento se enquadra, especificamente, num problema de engenharia civil, para cuja execução não se faz necessária a complexa organização. Edifícios, armazéns portuários, abastecimento de água, rede de esgotos, estradas de rodagem são especialidades desse ramo de ciência aplicada. E, para seu planejamento e execução não seria necessário mais do que uma comissão de estudos e um departamento de obras.

## REAÇÃO INEVITÁVEL

Surgirão argumentos em contrário a êsse corpo de medidas, que considero infra-estruturais. Serão alegações aparentemente justas, porque fundamentadas no pressuposto da inexistência de fatores de utilização das construções e dos equipamentos que venham a ser instalados ou aperfeiçoados. Ocorre, entretanto, que a finalidade de tais medidas é, exatamente, a de provocar a **eclosão** dos referidos fatores, pelo estabelecimento daquelas condições mínimas de conforto, que despertarão o interesse das populações locais e dos ádvenas, inclinando-os à permanência ou à preferência por um ambiente compatível com os padrões de vida porventura existentes em seus lugares de origem.

Com efeito, se procurarmos atrair imigrantes que não sejam simplesmente párias ou trabalhadores braçais de categoria inferior, a exemplo dos que se atiram à árdua aventura do extrativismo nômade, seremos perguntados se, nos lugares a que pretendamos levá-los, existem recursos hospitalares, possibilidades para educação dos filhos, distrações sadias para as pessoas de sua famílias, meios regulares de comunicações, etc., sem os quais, dificilmente, se conformarão em aceitar seu enclausuramento nos sertões da Amazônia.

Eis por que os termos do problema antropogeográfico da Amazônia devem ser considerados através de prismas de todo diferentes daqueles em que o binômio homem-terra é apresentado em relação ao Brasil meridional e centro-leste e à quase totalidade dos demais países.

Na generalidade dos casos, é o homem que precisa da terra, dando origem aos mais graves problemas sociais e criando a necessidade de legislações específicas,

de que são exemplo de cada dia as chamadas reformas ou revisões agrárias, visando a melhor distribuição dos solos utilizáveis. Aqui é a terra em busca do elemento humano, para povoá-la e utilizá-la.

Com relação ao deserto amazônico, é a terra vazia que reclama a presença humana, para ocupá-la e beneficiá-la. Como uma cortesã desprezada e esquecida, cabe-lhe ataviar-se com todos os recursos de sedução, para que o homem a aceite e a procure, possuindo-a e fecundando-a num amoroso conúbio, que provocará sua humanização e valorização.

Vestindo-a e enriquecendo-a com os atrativos da natureza e do poder de aliciamento permitidos por aquela aplicação específica dos recursos assegurados pela Constituição, nada mais se faz do que propiciar êsse encontro inadiável, do qual resultará a transformação da Amazônia, em futuro não previsível, naquela Canaã dos sonhos ufanistas de muitas gerações decepcionadas.

## RITMO MUNICIPALISTA

Uma das conseqüências mais apreciáveis da nova orientação a ser dada ao emprêgo da reserva orçamentária destinada à ocupação e mobilização da Amazônia, seria seu caráter municipalista.

Nenhuma doutrina política tem conseguido tanta receptividade nos círculos pensamentais, entre sociólogos e economistas e, sobretudo, entre os dignitários das diversas confissões religiosas, onde sobressai a ação inconfundível e humanitária dos bispos católicos de todo o país, como a que elege o município para o lançamento da empresa de reabilitação econômica e cultural do homem brasileiro. É um ângulo que não pode ser esquecido, porque responde a anseios e apelos de proporções universais e ensejará a grande e decisiva experiência da validade dos postulados do municipalismo.

A extraordinária experiência social, em torno de um tema que não tem provocado controvérsias, lograria incomum oportunidade por ser conduzida e processada em condições altamente favoráveis, alicerçada em ponderável soma de recursos monetários e integrada na própria filosofia de governo, que promete adotar o executivo federal, nos termos de seu programa administrativo, que elege o homem como objetivo primordial.

Antecipando-se à ação dos executivos municipais, o mecanismo sugerido tornará efetivo o pensamento de Océlio de Medeiros, quando afirmou, em «Organização Municipal», verdadeira bíblia do Municipalismo no Brasil: "Ao invés de uma autonomia meramente lírica, com aquela fraseologia que o romantismo político tanto su-

blimou nos arroubos de seu condoreirismo oratório, o Município precisa mais angustiosamente de água, de energia, de um sistema de abastecimento barato de gêneros de primeira necessidade, de rede de esgotos, de parques de recreação, com piscina e campos públicos de esportes, de escolas, hospitais, de dinheiro, enfim”.

Tôdas as providências indicadas para o desenvolvimento do processo de ocupação dirigem-se no sentido dos ideais municipalistas, convergindo para um só objetivo, que é o de elevar o conteúdo econômico e cultural dessas unidades políticas que, aglutinadas, configuram o Estado e a Nação.

## ANTES DAS "LIGAS CAMPONESAS"

Outra experiência valiosa pode ensejar a adoção do mecanismo sugerido para aplicação direta da verba destinada à «Valorização», em termos de política municipalista: O estabelecimento, nas terras devolutas da Amazônia, de uma estrutura agrária nova e, sobretudo, diferente da que prevalece no Nordeste, argüida como responsável pelo atraso econômico e cultural do polígono. As terras virgens e vazias, que o lançamento de estradas de penetração oferecerá aos lavradores de outros Estados, onde exceda a mão-de-obra, e a uma boa parte daqueles 60% de trabalhadores rurais e florestais sem terra, que o padre Betencourt afirma existirem na região, seriam o material e os condimentos para esse notável ensaio, no plano social e nos limites de cada município, como unidade geográfica e econômica.

O fenômeno do lavrador sem gleba própria — tarefeiro, meeiro ou assalariado — é tão agudo na Amazônia, como em qualquer outra parte do Brasil, de que é mostra inconfundível o seringueiro, cuja odisséia tem fornecido motivo para os piores julgamentos da estrutura social predominante na área.

Esse tipo de trabalhador sem gleba própria ainda não é, aqui, entretanto, fruto do que se chamaria de injustiça social. Não é um espoliado em seus direitos fundamentais de participar do domínio dos solos em que trabalha ou de um trato da floresta que explora por conta de terceiros. Ele nada mais representa do que uma injunção do extrativismo que dominou e ainda domina quase toda a região. Extrativismo para o qual a terra, em si mesma, pouco representa. O que importa é sua cobertura florística, em árvores de castanha e de borracha, de sôrva, de copaíba e de outras essências vege-

tais, cujo aproveitamento, para ser econômico, precisa desenvolver-se sobre enormes extensões, e ao amparo de um sistema de relações comerciais de características próprias.

Sem necessidade de reforma ou revisão agrária, que também se justificaria na Amazônia, onde, nada obstante a abundância de terras devolutas, existe enorme percentagem dos que trabalham em glebas cedidas ou arrendadas, aquela medida contribuiria para criação de um estamento agrário, capaz de elevar os níveis culturais do homem da hinterlândia, dentro de um esquema social, político e econômico, que teria a virtude de não provocar conflitos ou traumatismos.

Enquanto os financiamentos empresariais, que têm preponderado na sistemática do processo de Valorização da Amazônia, ocasionam a formação de massas proletárias, sua aplicação em operações de infra-estrutura, nos moldes propostos, se revestirá de sentido nitidamente socializante, integrando, por isso mesmo, uma filosofia que já não tem fronteiras, porque de configuração universal.

Semelhante critério bem que poderia abrir novo capítulo dentro da temática do subdesenvolvimento brasileiro. Uma direção revolucionária e certa, para diminuir a miséria e a fome crônicas de muitos milhões de nordestinos, que aguardam os benefícios ainda remotos da SUDENE. Os seis bilhões de cruzeiros que a Nação deverá fornecer à Amazônia, desviados daqueles objetivos ocasionais, visando a criar bases capitalísticas para empreendimentos industriais e outras aventuras, uma vez utilizados em sentido social e político mais amplo e mais humano, poderão dar solução a dois grandes problemas nacionais: o da ocupação e dinamização dessa área e o da recuperação do homem nordestino, fazendo-o instrumento vivo desse processo intransferível.

Defrontamo-nos com este panorama singular: de um lado, a imensidão verde e deserta dos sertões amazônicos, reclamando a presença humana; além, no Nordeste das caatingas ressequidas e das estradas poeiren-

tas, multidões de brasileiros famintos, clamando por um pedaço de terra e pela bênção das chuvas. O primeiro, necessitando povoamento e humanização da paisagem; o segundo, exigindo espaços livres onde suas populações subnutridas possam viver e prosperar, longe do impacto devastador das secas e dos efeitos de uma estrutura agrária desumana. Nunca os termos de uma equação se apresentaram tão claros e definidos. Termos que abrangem a tragédia secular das gentes nordestinas e a ameaça que ensombra o futuro do país pela ausência de conteúdo humano na parte mais vulnerável de seu território. A aceitação pacífica dessa realidade e algumas polegadas de bom senso e de espírito público representam o material que está faltando para o lançamento dessa empresa, de que são alvos imediatos o encaminhamento de dois grandes problemas setoriais, afetando áreas diferentes e distantes, ambas somando o grande problema de configuração nacional, de que este ensaio se ocupa.

Antes das "ligas camponesas" e, talvez, contribuindo para a neutralização de seu espírito comunizante, poderá realizar-se na Amazônia, fundindo, em um só termo, a terra sem dono e o homem sem terra, tanto da própria região como do Brasil arcaico de Jacques Lambert, uma experiência política e antropogeográfica de grandeza e de resultados imprevisíveis.

## REFORMA DA LEGISLAÇÃO DE BASE

Não alimento a esperança de que meus raciocínios e pontos de vista sensibilizem ou mereçam atenção e estudo das assessorias técnicas do governo federal. O “deixar como está para ver como fica” já se converteu em postulado filosófico neste país de arranha-céus fabulosos e choupanas miseráveis. O Brasil moderno e o Brasil arcaico de Jacques Lambert ainda estão longe de vir a integrar um denominador comum, que seria um Brasil homogêneo, sem áreas altamente desenvolvidas ao lado das zonas de alarmante pobreza e de imensos desertos abandonados. Ainda será, por muito tempo um país, a respeito do qual li, em “Conjuntura Econômica” (outubro de 1960) êste conceito emitido por Bernard Bins, a êsse tempo em alto pôsto diretivo da F.A.O.: — “uma aldeia pobre da Índia é equivalente a uma aldeia africana, porém uma aldeia brasileira é pior do que ambas”.

A Amazônia como simples deserto, marcada por incrustamentos populacionais que não eliminam essa característica, não se enquadra, rigorosamente, na liquidez daquele conceito. Isto, porém, não impede que, desde já, se procure desviá-la dessa contingência por meio de uma política de ação infra-estrutural, que ali permita implantar-se uma civilização capaz de impedir que seus habitantes marchem para aquela condição de inferioridade cultural.

Para que isso aconteça faz-se necessário reconverter a empresa valorizadora num instrumento mais adequado à consecução dêsse objetivo. Transformação que não pode ser apenas de superfície, nem resultará da mudança para melhor de sua cúpula administrativa. Essa providência exige a reformulação de seus métodos

de trabalho, o que implicaria radical modificação da lei que criou e norteou a ação de seu órgão executivo. Isso importaria a subversão do que está criado e caminha para cristalização definitiva e irremovível, se o governo não se ferrar da necessária coragem cívica para demolir esse monólito que, pesando na economia do país, será mais um obstáculo erguido ao desenvolvimento harmonioso da região.

A reforma da legislação de base, que instituiu a S.P.V.E.A. e disciplinou seu funcionamento é, por conseguinte, providência intransferível. O novo diploma que, provavelmente, deverá assemelhar-se à lei estadual que criou o Plano de Ação do Governo de São Paulo, terá que mencionar claramente a destinação das verbas proporcionadas pelo art.º 199 da Constituição, dentro dos limites de aplicação, estabelecidos pelo interesse nacional, com a finalidade de ocupar e mobilizar a Amazônia. Na impossibilidade dessa reformulação, que afetará áreas políticas forçosamente interessadas em manter o *statu quo*, seria talvez admissível que o Executivo Federal, a que se subordina a SPVEA, lhe impusesse a orientação, que a lei 1 806 inadvertidamente omitiu, mas que precisa ser adotada em obediência àqueles imperativos de segurança nacional e ao dever que pertence ao Estado de melhorar as condições existenciais do homem do interior.

## O ESTRUTURAL E O CONJUNTURAL

No desdobramento do tema central dêste ensaio, que adota como filosofia política a necessidade de ser feita a ocupação da Amazônia, por meio de suficiente cobertura demográfica, expressão concreta do domínio efetivo do país sôbre essa parte maior de seu território, e sugere, para instrumento de execução dessa política, a criação de indispensável infra-estrutura destinada a servir de apoio à ação do homem que deverá realizá-la, deixaram de ser considerados os aspectos consuetudinários de sua economia e os desajustes sociais daí resultantes.

Não se trata, no caso, da subestimação dêsses problemas, que exigem atendimento pelos poderes públicos, no tempo e na extensão em que se dimensionam. As deficiências de transporte e alimentação, de educação e saúde e muitas outras carências que atormentam os atuais ocupantes da região, nos sertões e nas cidades, não podem e nem devem, na realidade, aguardar a execução e a frutificação de medidas com rendimento a longo prazo, que seriam as preconizadas para a transformação da Amazônia num espaço brasileiro, ocupado e dinamizado pelos meios apontados. Não há porque sacrificar as gerações atuais em holocausto aos objetivos perseguidos. A ação governamental, com vista à correção e solução das dificuldades conjunturais, que são extensas e multiformes, deverá desenvolver-se, em simultaneidade com o corpo de medidas estruturais, destinado a suportar os fundamentos daquela política de ocupação.

Uma nação em estado de guerra, quando as operações de natureza militar se sobrepõem a quaisquer outras, nem por isso deixa de atender aos demais se-

tores do interesse público, no plano civil. Da mesma forma, ao intentar-se a operação de magna escala, a que se deverá submeter a região, não seria compreensível relegar ao esquecimento os graves problemas setoriais que afligem as populações da Amazônia, fenômeno que atinge, com igual intensidade, à totalidade dos brasileiros domiciliados no interior.

Apenas, para dar ênfase àquele tema central, é que ocorre aparente omissão do quadro conjuntural da Amazônia, marcado por gritantes anormalidades sociais e econômicas. São, porém, um e outro, campos de ação perfeitamente definidos, para os quais não se estabelecem prioridades, mas que devem ser dissociados, de sorte a permitir que o primeiro, sem abandono do segundo, polarize as atenções e as responsabilidades do governo federal.

Ao estabelecer novos rumos à ação governamental na Amazônia, situando em plana destacada o imperativo de sua cobertura demográfica, não se deve concluir que aqueles desajustamentos, que têm seu clímax nos setores da saúde, da alimentação e do transporte, dispensem corretivo imediato, tendo a pessoa humana como objetivo primordial.

Acontece, entretanto, que a eliminação de tais falhas se enquadra na órbita da ação rotineira dos governos estaduais, municipais e territoriais, com a colaboração supletiva do governo federal, por intermédio de suas secretarias de Estado e, ainda, pela atribuição de consideráveis recursos financeiros, resultantes do imposto de renda, do imposto sobre combustíveis líquidos e dotações outras freqüentemente consignadas nos orçamentos da República.

Devem harmonizar-se e seguir caminhos paralelos aquele empreendimento de configuração nacional e de resultados mediatos e duradouros e as medidas de natureza imediata, interessando às circunscrições político-administrativas em que se fraciona o polígono amazônico e aos seus atuais ocupantes.

Tenha-se, porém, em conta, que grande parte dessas falhas, senão, quase tôdas, pode ser corrigida,

através da reativação dos serviços federais, na área, objeto do item C do capítulo — Desenvolvimento do Processo de Valorização. Desde que as extensões ministeriais e demais órgãos representativos de autarquias ou diretamente subordinadas à Presidência da República, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a Petrobrás e outros, realizem satisfatoriamente suas missões, a vida econômica e social da região prosseguirá em ritmo normal de desenvolvimento, contribuindo, quiçá, para que as operações consubstanciadas no plano de ocupação racional da Amazônia se desenvolvam com maior rendimento. A admissão de fatores e critérios novos no processo de utilização da Amazônia não afasta nem diminui a importância desse complexo do ponto de vista material como de seu conceito humanístico.

Como prognosticou Leopoldo Peres, em sua fundamentação à emenda de que resultou o art. 199, da Constituição, “ninguém ousará sustentar comportem os temas da Amazônia solução imediata, sequer um razoável equacionamento no curso de alguns poucos anos. Essa será tarefa para o esforço ininterrupto de várias gerações. Mas é indispensável que eles passem a constituir desde já, no seu conjunto, na escala de seus valores assim econômicos como espirituais e políticos, no seu conspecto geral, um assunto brasileiro, de primeira plana, a fim de que possamos começar a resolvê-los, ainda que parcelada e gradativamente, como se impõe”.

Será longa, talvez demasiado longa, a pausa de espera para que se comecem a sentir os efeitos revitalizadores da introdução de novos processos e critérios na política de utilização e ocupação da Amazônia, e durante essa dilatada fase de transição todos os valores que configuram sua atual estrutura econômica, política e social, têm que ser respeitados e preservados, na medida em que não entrem em conflito com a nova ordem cultural que se intenta estabelecer na região.

## CONCLUSÃO

Este ensaio é uma tentativa de reapresentação da Amazônia, para efeito da adoção de medidas, tendo como objetivos o aproveitamento racional de seus solos, a elevação das condições econômicas e sociais de seus habitantes e o fortalecimento do domínio político do Brasil sobre esse vasto e vulnerável território.

Desfazendo equívocos, preconceitos e julgamentos apressados que a deformavam, definindo a natureza e a extensão de seu conteúdo econômico e traçando, em linhas gerais, um esquema do que me parece indicado para nortear a ação dos poderes públicos com a finalidade de ocupá-la e mobilizá-la, acredito haver contribuído, na medida de minha experiência, para que se realize, sem maior tardança, esse intransferível empreendimento .

Assalta-me, entretanto, o receio, para não dizer a quase certeza, de que escrevo para a posteridade. Minhas palavras não serão ouvidas nem meditadas, no momento em que a Nação, saindo do êxtase desenvolvimentista, mergulha na realidade de seu desmantêlo econômico e se alarma, em face das inquietantes desigualdades de níveis de vida entre o Norte e o Sul do País, provocadas pelo abandono de problemas que já deveriam estar equacionados ou a caminho de solução.

Estas palavras de advertência serão apenas memória, quando a Nação se defrontar com os graves obstáculos, oriundos de contingências internacionais inarredáveis, que bloquearão seu acesso aos destinos de grandeza justamente cobijados pelo povo brasileiro.

Nossa cultura, implicando normas de vida, inclinações espirituais, vocação democrática e enorme senso de fraternidade, ainda imatura, não terá forças para

resistir ao impacto de culturas multimilenárias, de impermeável cristalização. E será desmesurado o risco de absorção, se não criarmos, desde agora, no espaço geográfico onde esse encontro deverá verificar-se, condições mínimas para superá-las ou neutralizá-las.

## BILHETE AO LEITOR OCASIONAL

Devo a feitura e publicação dêste ensaio à cumplicidade amistosa de um historiador de renome nacional, Arthur Cezar Ferreira Reis, que me ditou a tarefa como penitência irrecorrível; a um cientista que enobrece a cultura amazônica, realizando trabalho de alto nível, na direção do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Dr. Djalma Batista; e ao ilustre professor de Direito, Dr. José Lindoso, expoente das letras jurídicas do Amazonas, todos já distinguidos com as láureas da imortalidade pela Academia Amazonense de Letras. Não fôssem o estímulo e a orientação que me propiciaram, tocados, ao mesmo tempo, por uma eiva de desafio, e não estaria, aqui, brincando de escritor, quem nasceu para as lutas obscuras e inglórias das atividades rotineiras, na indústria, no comércio e na lavoura.

Sem adequada formação cultural, condição que estimo indesligável dos que se outorgam o privilégio de ter idéias e de poder transmiti-las aos seus contemporâneos ou à posteridade, cedi à imposição e aceitei o desafio. Estas, as motivações e as origens de "Amazônia em Novas Dimensões", trabalho de inspiração eminentemente pessoal e, por isso mesmo, sem qualquer vestígio de subordinação a escolas, a formas convencionais e a critérios de disciplina, que seria lícito exigir.

As repercussões favoráveis que, porventura, venham a marcar o aparecimento de "Amazônia em Novas Dimensões" devo, honestamente, reparti-las com aquêles cúmplices deliberados, ficando para o autor, com exclusividade de incidência, o insucesso e as desventuras, com que o inexorável julgamento do público possa vir a castigá-lo.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 — Araújo Lima — Amazônia — A Terra e o Homem — Rio de Janeiro — 1933.
- 2 — Arthur Cezar Ferreira Reis — A Amazônia e a Cobiça Internacional — Rio — 1960.
- 3 — Adolfo Ducke — Revisão do Gênero Hevea — Manaus — 1941.
- 4 — Antonio Carlos — Prefácio ao livro de José Carlos de Macedo Soares, sobre a questão da borracha.
- 5 — Antonio Mourão — Relatório sobre sementes oleaginosas apresentado ao Seminário Sócio-Econômico do Amazonas, como representante do INPA — Manaus — 1960.
- 6 — Alfred Wallace — Impressões de viagem à Amazônia.
- 7 — Amando Mendes — As pescarias amazônicas e a piscicultura no Brasil — São Paulo — 1938.
- 8 — Benedito Bezerra — INPA — Estatística vital da cidade de Manaus — Boletim da Associação Comercial do Amazonas — Manaus — janeiro 1960.
- 9 — Banco de Crédito da Amazônia — Exposição de Motivos da Presidência — Belém — 1960.
- 10 — Bernard Kayser — Economie et Sociétés Rurales des Régions Tropicales — Paris — 1960.
- 11 — Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio — Carta Mensal — outubro 1960.
- 12 — Cosme Ferreira Filho — A Borracha — Problema Brasileiro — Manaus — 1939.
- 13 — Celestino Pesce — Oleaginosas da Amazônia — Belém — 1941.
- 14 — Couto de Magalhães — Monografia Brasileira de Peixes Fluviais.

*Cosme Ferreira Filho*

- 15 — Charles Wagley — Uma comunidade amazônica — S. Paulo — 1940.
- 16 — Celso Caldas — Amazônia — Clima caluniado.
- 17 — Craveiro Costa — A Conquista do Deserto Ocidental — S. Paulo — 1940.
- 18 — Djalma Batista — Estudo médico-social de uma população hinterlandina — Manaus — 1960.
- 19 — Djalma Batista — Paludismo no Amazonas — Manaus — 1946.
- 20 — Desenvolvimento e Conjuntura — Outubro de 1957.
- 21 — Euclides da Cunha — «Os Sertões».
- 22 — Edição «Capes» — Estudo do desenvolvimento regional — Rio de Janeiro — 1959.
- 23 — F. Osborne — Los limites de la Tierra — México — 1956.
- 24 — Felisberto Camargo — Terra e Colonização no antigo quaternário da zona bragantina — Denver — EE. UU. — 1948.
- 25 — Fundação Getúlio Vargas.
- 26 — Frederico Schmidt — O Guaraná sua cultura e indústria — Rio.
- 27 — Gilberto Freyre — Sociologia (2.º volume) — Rio de Janeiro — 1945.
- 28 — Gilberto Osório — Um complexo antropogeográfico (lineamentos para uma geografia total da Amazônia) — 1940.
- 29 — Getúlio Vargas — Discurso do Rio Amazonas.
- 30 — Henri Prat — L'homme et le Sol — Paris — 1949.
- 31 — IBGE — 1955 — Anuário Estatístico Brasileiro.
- 32 — Instituto Brasileiro de Economia.
- 33 — IBGE — 1958 — Anuário Brasileiro de Estatística.
- 34 — José Edilson de Melo Tavares — Conjuntura Rodoviária do Amazonas — Manaus — 1952.
- 35 — James Bryce.
- 36 — L. Granato — O arroz — S. Paulo — 1914.
- 37 — Leopoldo Peres — Justificativa à apresentação da emenda à Constituição Brasileira — 1946 — (art. 199.º)

- 38 — M. B. Lira — Aspectos Bromatológicos do Guaraná — S. Paulo — 1946.
- 39 — Marston Bates — Les tropiques — Paris — 1953.
- 40 — Miran de Barros Latif — O homem e o Trópico — Rio — 1959.
- 41 — Oliveira Boléo — Clima e Colonização.
- 42 — Osório de Almeida.
- 43 — Ocelio de Medeiros — Reorganização Municipal — Rio de Janeiro — 1946.
- 44 — L'Homme et l'Hiver au Canada — Pierre Deffontaines — Paris — 1957.
- 45 — Paul Le Cointe — Amazônia Brasileira — Árvores e Plantas Úteis.
- 46 — Padre José de Souza Bittencourt — Aspecto demográfico social da Amazônia Brasileira — SPVEA — Rio de Janeiro — 1960.
- 47 — R. F. A. Altman — A exploração industrial de sementes oleaginosas amazônicas — Rio — 1958.
- 48 — Rubens Rodrigues Lima — Boletim do Instituto Agrônômico do Norte — Belém — 1956.
- 49 — Raimundo Moraes — Na Planície Amazônica — Manaus — 1926.
- 50 — SPVEA — Fundamentação do plano de emergência — Belém.
- 51 — Victor de Hagen — Pioniers des Amazones — Paris — 1950.
- 52 — Yves Lacoste — Les Pays Sous-développés — Paris — 1960.

# INDICE

## *Primeira Parte — INTERPRETAÇÕES E CONCEITOS*

Nos limites da Amazônia clássica .....	19
Escalonamento .....	22
Lenda e realidade .....	24
Anterioridade geológica .....	27
Geomorfologia .....	29
Várzea e terra firme .....	32
Caminhos fluviais e caminhos terrestres .....	35
O fator água .....	39
O tema da inferioridade dos solos .....	42
Considerações sobre o clima .....	46
O pressuposto da agressividade .....	51
Demografia .....	56
Espaço e densidade demográfica .....	59
Colonização e povoamento .....	62
O equívoco da apropriação da terra .....	66
O equívoco da integração .....	69
O equívoco da recuperação .....	72
Os limites do extrativismo .....	74
Governos extrativistas .....	79
Domesticação .....	81
A preferência pela planta exótica .....	85
Árvore — argumento de fixação .....	87
Conceito de subdesenvolvimento .....	89
Industrialização e desenvolvimento .....	94
A Amazônia na geografia da fome .....	97
A Amazônia na economia mundial .....	103
Dimensão geográfica — fator de predomínio político .....	109
A cidade e o sertão .....	112
Município, célula-máter .....	114

Conceito de infra-estrutura .....	117
A verdadeira posse útil da Amazônia .....	120
Pausa de espera .....	121
Descapitalização .....	106

*Segunda Parte — CONTEÚDO ECONÔMICO*

Produção e renda .....	129
Quatrocentos anos depois .....	134
A riqueza que vem da terra .....	138
Borracha .....	140
Aspectos sociais e econômicos da heveicultura .....	142
Extrativismo da borracha — Problema social .....	149
O "crime" de Henry Wickman .....	155
Castanha .....	157
Guaraná .....	162
Oleaginosas .....	165
Outras fontes de produção .....	169
Madeiras .....	172
Minérios .....	174
Fauna aquática .....	182
Pecuária .....	185
Fruticultura .....	190
Pimenta-do-reino .....	192
Juta .....	194
Arroz .....	199
Turismo .....	205
Produzir para exportar .....	201
Repercussões sociais .....	207

*Terceira Parte — OCUPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO*

Mobilização em vez de valorização .....	213
Ocupação da Amazônia — Tema nacional .....	215
Objetivos do empreendimento de ocupação .....	217
Descaracterização da emenda Leopoldo Peres .....	220
O preceito constitucional e a Lei nº 1 806 .....	222
Desvirtuamento da empresa de "valorização" .....	227
O plano quinquenal .....	229
Minha concepção do empreendimento de ocupação .....	231

Desenvolvimento do processo de ocupação .....	233
Aparelhamento dos núcleos populacionais .....	235
Estradas de penetração .....	242
Reativação dos organismos federais .....	246
"Valoração da Amazônia" — Problema de engenharia civil	248
Reação inevitável .....	249
Ritmo municipalista .....	251
Antes das "Ligas Camponesas" .....	253
Reforma da legislação de base .....	256
O estrutural e o conjuntural .....	258
Conclusão .....	261
Bilhete ao leitor ocasional .....	263
Bibliografia .....	265



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS  
1918 · 2018



AMAZONAS  
CULTURA DE  
VALOR

Secretaria de  
Cultura e Economia  
Criativa



SECRETARIA ESPECIAL DA  
CULTURA

MINISTÉRIO DO  
TURISMO

